

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE NEGÓCIOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E  
CIDADANIA CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL**

**A AMPLIAÇÃO DA FRENTE INTERNACIONAL DO PRIMEIRO COMANDO DA  
CAPITAL E OS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM RORAIMA:**

**um estudo de caso**

**Dissertação de mestrado**

**EMILE CAROLAINE DE SOUZA RIBEIRO**

**BELO HORIZONTE**

**2023**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE NEGÓCIOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E  
CIDADANIA CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL**

**EMILE CAROLAINE DE SOUZA RIBEIRO**

**A AMPLIAÇÃO DA FRENTE INTERNACIONAL DO PRIMEIRO COMANDO DA  
CAPITAL E OS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM RORAIMA:**

**um estudo de caso**

**Dissertação de mestrado**

**FAPPGEN/CBH/UEMG**

**BELO HORIZONTE**

**2023**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE NEGÓCIOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E  
CIDADANIA CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL**

**A AMPLIAÇÃO DA FRENTE INTERNACIONAL DO PRIMEIRO COMANDO DA  
CAPITAL E OS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM RORAIMA:**

**um estudo de caso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Violência, Crime e Controle Social

Orientador: Prof. Dr. Francis Albert Cotta Formiga

Coorientador: Prof. Dr. Lúcio Alves de Barros

FAPPGEN/CBH/UEMG

BELO HORIZONTE

2023

R484a

Ribeiro, Emile Carolaine de Souza.

Ampliação da Frente Internacional do Primeiro Comando da Capital e os imigrantes venezuelanos em Roraima: um estudo de caso. Emile Carolaine de Souza Ribeiro. - Belo Horizonte, 2023.

121p. il.

Orientador: Francis Albert Cotta Formiga.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Minas Gerais. Faculdade de Políticas Públicas, Belo Horizonte, 2023.

1. PCC. 2. Imigração venezuelana. 3. Crime organizado transnacional. I. Formiga, Francis Albert Cotta. II. Barros, Lúcio Alves de. III. Universidade do Estado de Minas Gerais. Faculdade de Políticas Públicas. Programa de Pós-graduação *strictu-sensu*. IV. Título.

CDU 343.91

CDD 345

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Dissertação intitulada “A Ampliação da Frente Internacional do Primeiro Comando Capital e os Imigrantes Venezuelanos em Roraima: Um Estudo de Caso”, elaborada pela mestranda Emile Carolaine de Souza Ribeiro, apresentada à banca examinadora do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania, composta pelos avaliadores:

Prof. Dr. Francis Albert Cotta  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
Orientador

Prof. Dr. Lucio Alves de Barros  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
Coorientador

Prof. Dr. Danny Zahreddine  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Avaliador

Prof. Dr. Otávio Henrique Ferreira da Silva  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
Avaliador

A banca examinadora considerou a dissertação \_\_\_\_\_.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de novembro de 2023.

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho às minhas avós, que sempre serão um exemplo de força e graça. À Maria de Jesus da Cruz (in memoriam) e à Maria Martins de Souza (in memoriam) que partiu durante os últimos momentos da realização deste estudo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares, especialmente meus pais e minhas irmãs. Vocês me nutrem de todo amor do mundo, obrigada por apoiarem minha escolha, mesmo que ela nos tenha feito ficar fisicamente distante por tanto tempo

Aos meus amados amigos, de tantos lugares, que me incentivaram, com palavras e atitudes, a dar esse passo na minha formação. Obrigada aos que se fizeram presentes mesmo em meio a distância, foi muito importante. Não citarei nominalmente pois –felizmente- são muitos.

Aos amigos e amigas mineiras que estiveram comigo desde a minha chegada e não me deixaram sentir sozinha: Sabrina, Jéssica, Kalil, Wadson, Maxnei e Ana Rosa. Obrigada pelo acolhimento, pela troca, pela gentileza e pela generosidade constantes. Vocês passam a ter um lugar especial no meu coração.

Aos orientadores, Prof. Dr. Francis Albert Cotta Formiga e Prof. Dr. Lúcio Alves de Barros, agradeço por cada reunião, conselho, livro emprestado, contato compartilhado e palavras de apoio em meio a tantas dúvidas. Agradeço também ao corpo docente e técnico- administrativo do programa de pós-graduação em Segurança Pública e Cidadania.

Aos entrevistados, o meu muito obrigado, sem a contribuição de vocês essa pesquisa não teria sido concluída.

Aos leitores deste trabalho espero que as descobertas aqui registradas colaborem com as suas pesquisas, assim como as pesquisas dos muitos autores citados foram essenciais para o desenvolvimento deste estudo.

Às políticas públicas de acesso à educação que tornaram possível o acesso ao ensino superior. E à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, pelo apoio financeiro concedido para o desenvolvimento desta pesquisa.

## RESUMO

A pesquisa analisa a interação entre dois fenômenos significativos e recentes em Roraima: a presença do Primeiro Comando da Capital (PCC) e a imigração venezuelana. O objetivo central da pesquisa é investigar como a cooptação de imigrantes ao PCC em Roraima contribui para a transnacionalização dessa facção criminosa. O estudo adota uma abordagem de estudo de caso, orientado por objetivos específicos, incluindo a apresentação do perfil e trajetória do PCC nacional e internacionalmente, a diversidade de ações econômicas em que atua a facção e busca-se compreender a vulnerabilidade como um fator facilitador da cooptação. Por meio de abordagem qualitativa, com dados provenientes da literatura acadêmica-científica, relatórios e entrevistas semiestruturadas conduzidas com sete autoridades relacionadas à temática, como acadêmicos, defensores públicos, promotores de justiça, policiais militares e policiais penais. Os resultados indicam que, por meio da cooptação de imigrantes venezuelanos, o PCC estabelece uma base significativa no país vizinho, conectando-se a organizações criminosas locais e recebendo membros brasileiros em território venezuelano com mais facilidade. A presença de membros venezuelanos na facção, especialmente em regiões fronteiriças como é o caso de Roraima, facilita atividades criminosas devido à livre circulação na fronteira e à comunicação aberta entre membros, transcende barreiras geográficas, linguísticas e culturais. A pesquisa destaca também a simbiose entre o crime e estruturas estatais, além de evidenciar a diversidade de ações econômicas do PCC no território estudado. Em conclusão, a dissertação identifica descobertas importantes sobre a dinâmica complexa entre imigração e segurança em Roraima, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno.

Palavras- chave: PCC; Imigração Venezuelana, Crime organizado transnacional.



## **ABSTRACT**

The research investigates the interaction between two significant and recent phenomena in Roraima, a state in the northern part of Brazil: the presence of the First Capital Command (PCC) and Venezuelan immigration. The central objective of the research is to investigate how the cooptation of immigrants into the PCC in Roraima contributes to the transnationalization of this criminal group. The study follows a case study approach, guided by specific objectives, including the presentation of the profile and evolution of the PCC nationally and internationally, the diversity of economic activities in which the faction is involved, and an attempt to understand vulnerability as a factor facilitating cooptation. It uses a qualitative approach, with data from academic-scientific literature, reports, and semi-structured interviews conducted with seven authorities related to the issue, such as academics, public defenders, state prosecutors, and police officers. The results indicate that the PCC, through the cooptation of Venezuelan immigrants, has established a significant base in the bordering country, establishing links with local criminal organizations and facilitating the reception of Brazilian members in Venezuelan territory. The presence of Venezuelan members in the group, especially in border regions such as Roraima, facilitates criminal activities due to free movement across the border and open communication between members that transcends geographic, linguistic, and cultural barriers. The research also highlights the symbiosis between crime and state structures, as well as the diversity of the PCC's economic activities in the territory studied. Finally, the dissertation identifies important insights into the complex dynamics between immigration and security in Roraima, contributing to a deeper understanding of this phenomenon.

Key words: PCC. Venezuelan immigration. Transnational organized crime.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Organograma da atual estrutura hierárquica geral.....	37
Figura 2- Volume populacional dos municípios em Roraima .....	72
Figura 3- Capa do Jornal O Estado de S. Paulo, em 5 de janeiro de 2018.....	85
Gráfico 1- Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo ano de solicitação - 2011 - 2022.....	73
Quadro 1- Descrição de crime organizado na Literatura.....	20
Quadro 2- Participantes da pesquisa.....	57
Quadro 3- Principais legislações sobre migração e migrantes no Brasil pós-constituição de 1988.....	68
Quadro 4- Notícias em jornais online sobre a atuação do PCC e a cooptação de imigrantes em Roraima.....	86

## **LISTA DE SIGLAS**

AD - Acción Democrática

ACNUR- Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

BOPE - Batalhão de Operações Especiais

CNIG - Conselho Nacional de Imigração

CV - Comando Vermelho

COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente

CFAE - Comitê Federal de Assistência Emergencial

CG-Conare - Coordenação Geral do Conare

ENCOVI - Encuesta Nacional de Condiciones de Vida

FDN - Família do Norte

FT-Log - Força Tarefa Logística Humanitária

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MRN - Maldição dos Recursos Naturais

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais

ONU - Organização das Nações Unidas

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PCC - Primeiro Comando Capital

PAMC - Penitenciária Agrícola de Monte Cristo

PIB - Produto Interno Bruto

PTRIG - Postos de Integração e Triagem do estado de Roraima

RDD - Regime Disciplinar Diferenciado

SUFAI - Subcomitê Federal Para Acolhimento e Interiorização

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UERR - Universidade do Estado de Roraima

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 CRIME ORGANIZADO, SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA</b> .....	<b>19</b>
1.1 O Crime organizado no Brasil e o Primeiro Comando da Capital (PCC).....	30
1.1.1 A Trajetória: Expansão nacional.....	38
1.1.2 Transnacionalização.....	41
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO: os limites e as possibilidades da pesquisa</b> .....	<b>46</b>
2.1 Linhas gerais sobre o método .....	47
2.2 Cenário da pesquisa.....	48
2.3 Procedimento da coleta de dados .....	51
<b>3 IMIGRAÇÃO VENEZUELANA EM RORAIMA</b> .....	<b>59</b>
3.1 Conjuntura Venezuelana .....	60
3.2 Marco Legal da Imigração .....	64
3.3 O Território .....	70
<b>4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>76</b>
4.2 A ação da mídia .....	84
4.3 A corrupção no sistema: simbiose com o Estado .....	88
4.5 Ampliação da Frente Internacional .....	96
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>105</b>
<b>Anexo I: Roteiro da entrevista</b> .....	<b>117</b>
<b>Anexo II: Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)</b> .....	<b>118</b>
<b>Anexo III: Parecer do Comitê de Ética</b> .....	Error! Bookmark not defined.

## INTRODUÇÃO

O surgimento e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) estão intrinsecamente ligados a eventos e contextos específicos, sendo o Massacre do Carandiru<sup>1</sup> um marco fundamental para compreender a conjuntura da época. Este episódio, ocorrido em 1992 na Casa de Detenção de São Paulo, junto com todo o caos e negligência do sistema penitenciário paulista viabilizou as condições propícias para a gestação de uma facção que tinha como finalidade inicial reclamar a favor dos ideais dos detentos, era um movimento contra o Estado que posteriormente se transformaria no PCC (Feltran, 2018).

Sua origem se dá na Casa de Custódia de Taubaté (CCTT), localizada no interior do estado de São Paulo, conforme documentado por Feltran em 2018. Apesar de a mídia da época ter começado a chamar a atenção para a formação dessa nova organização criminosa entre os detentos, o governo estadual inicialmente negava sua existência, subestimando a realidade emergente, até que se tornou grande demais para ser controlado (Souza, 2007).

O PCC, em contraste com outras facções, adotou uma abordagem distinta para lidar com os problemas enfrentados pelos detentos. Em vez de recorrer imediatamente à violência, o Comando optou pelo uso da força como último recurso, aplicando-a apenas quando eles julgavam estritamente necessário, como durante as rebeliões e confrontos com adversários, diferenciou o PCC, angariando respeito e solidificando parcerias com a massa prisional paulista (Feltran, 2018).

Em pouco tempo, o PCC ganhou notoriedade, e em 1997, quase quatro anos após sua formação, o primeiro estatuto da facção veio a público (Folha de São Paulo, 1997). Composto por 16 itens,

---

<sup>1</sup> Em 2 de outubro de 1992, durante o mandato do então governador Luiz Antônio Fleury Filho, o Batalhão de Choque da Polícia Militar (PM) do Estado de São Paulo invadiu a Casa de Detenção de São Paulo, conhecida popularmente como Carandiru, sob a justificativa de conter uma suposta rebelião que, segundo relatos, teve início devido a um desentendimento entre dois detentos. A ação da PM, que se estendeu por onze horas dentro do presídio, resultou na morte de 111 detentos. Estes, que já estavam rendidos, foram executados, configurando uma flagrante violação dos direitos humanos. Mais informações em: RODRIGUES, A. M. A. Carandiru: formas de lembrar, maneiras de esquecer. Informação, memória e esquecimento. São Paulo, 2021. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-24082021-234649/publico/AdrianaMarianadeAraujoRodriguesVC.pdf>. Acesso em: 7 de maio de 2023.

escrito a mão pelos “irmãos”, como são chamados os membros do PCC, descreve normas de conduta, combinados e objetivos a curto, médio e longo prazo, todos foram alcançados.

O sucesso do método adotado pelo PCC não apenas consolidou sua presença no sistema penitenciário, mas também permitiu a intensa transformação e expansão de seus negócios e ganhos financeiros. Rapidamente, a organização se tornou um dos principais atacadistas de drogas e armas nas fronteiras brasileiras, dominando tanto o mercado atacadista quanto o varejista em vários estados. A presença dominante nos mercados ilícitos de cidades estratégicas conferiu ao PCC vantagens significativas sobre traficantes de outras regiões. A organização estabeleceu sua posição como principal distribuidor de maconha e pasta-base de cocaína para o mercado atacadista nacional.

Contudo, a expansão para os estados do Norte e Nordeste só ocorreu em um momento subsequente, marcado por eventos tumultuados, incluindo um violento motim em 2016 (Manso; Dias, 2018). A entrada do PCC em Roraima foi marcada pela iniciativa da organização em tentar eliminar os rivais do Comando Vermelho (CV) que dividiam espaço na superlotada Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), culminando na maior e mais mortal sequência de assassinatos em massa na história do sistema carcerário brasileiro e mundial. Às vésperas do ocorrido, o PCC de Roraima, que não tinha registro de filiados até então, chegou a batizar quase mil novos irmãos (Manso; Dias, 2018).

No mesmo período, o Brasil se tornou um dos principais destinos de imigrantes venezuelanos que fugiam da profunda crise socioeconômica que assolava a Venezuela. Cerca de 80% dos domicílios se tornaram pobres e 10 milhões de pessoas caíram na extrema pobreza, evidenciando a escassez crítica de alimentos. Além disso, as taxas de violência atingiram níveis preocupantes, com os jovens sendo particularmente afetados por mortes violentas (ENCOVI, 2016).

O aumento dos preços do petróleo permitiu que a dívida externa aumentasse em 4 vezes, entre 2006 e 2012. A transição para o governo de Nicolás Maduro em 2012, em meio às alegações de violações constitucionais, coincidiu com uma série de desafios, incluindo a queda abrupta nos preços do petróleo em 2014. Essa crise econômica, combinada com ataques à democracia e indicadores alarmantes de pobreza extrema, desemprego e violência, levou mais de cinco

milhões de venezuelanos a buscar melhores condições de vida em outros países (Leite; Castro, 2021). A crise na Venezuela resultou em uma crise humanitária, com impactos significativos na qualidade de vida. A escassez generalizada de alimentos, medicamentos e suprimentos médicos, juntamente com a redução dos salários e uma queda acentuada no PIB em 2017, exacerbou a crise econômica. O colapso político e social na Venezuela levou a uma migração em massa, com muitos venezuelanos cruzando fronteiras em busca de oportunidades e condições mais dignas de vida.

O fluxo migratório venezuelano no Brasil, dada suas enormes proporções, tem acarretado exigências suplementares para a administração pública em todas as esferas. A população venezuelana imigrante passou a se aglomerar em praças públicas, construções e outros ambientes indevidos para moradia. O aumento dos roubos e furtos foi quase que inevitável nesse cenário. Os grupos mais frágeis, dentre os já vulneráveis imigrantes, como gestantes, crianças, idosos e enfermos, expunham muitos problemas resultantes de sua situação insalubre em território brasileiro, como: fome, doenças, xenofobia e casos de exploração laboral e sexual (ACNUR; REACH, 2019).

Apesar da tentativa por parte do Estado brasileiro, a ausência de uma resposta apropriada que seja capaz de integrar plenamente os imigrantes nos serviços públicos essenciais para assegurar uma existência digna em seu novo local tem resultado em uma maior vulnerabilidade para esses indivíduos. Isso tem limitado suas oportunidades e, como resultado, os tem direcionado a estabelecer-se em regiões periféricas da cidade, as quais são mais propensas à influência do crime organizado, que segue bem-sucedido em sua expansão no estado, especialmente entre os mais jovens (Lima, 2022).

Levando em consideração o presente contexto, este trabalho se propõe a analisar, do ponto de vista da Segurança Pública e Cidadania, como estes dois grandes fenômenos se relacionam em Roraima: O PCC e os imigrantes venezuelanos. Eles, chegados de um território que vivenciava uma crise sociopolítica muito conturbada, que os conduziu para uma migração massiva em direção aos países vizinhos, incluindo o Brasil que nem mesmo compartilha o mesmo idioma. E aquele, com perfil expansionista, em área de fronteira, com uma enorme diversidade de atividades ilícitas possíveis na região amazônica e naquele momento com um fluxo de



indivíduos no estado demandando ao menos alimentação e moradia. A crise de um abriu um mosaico de oportunidades para o outro.

Diante desta conjuntura, a pergunta que orienta esta pesquisa é: como o PCC utilizou da vulnerabilidade de imigrantes venezuelanos, em Boa Vista, para ampliação de sua frente internacional? Para tanto, a presente dissertação tem como objetivo principal analisar de que modo se dá a contribuição dos imigrantes integrados ao PCC em Roraima na transnacionalização da facção.

Conduz-se então um estudo de caso guiado pelos seguintes objetivos específicos: apresentar elementos relativos ao perfil e trajetória do PCC em território nacional e internacional; avaliar de que modo a vulnerabilidade se apresenta como um fator facilitador para a cooptação, e cooptação neste estudo é um sinônimo de integração e não necessariamente de aliciamento; Analisar a conveniência e o impacto facilitador na persistência do crime, tornando-o progressivamente mais robusto e desafiador de ser enfrentado, devido à simbiose com as estruturas estatais, bem como demonstrar a diversidade de ações econômicas do PCC no território

Justifica-se a relevância desse estudo considerando que, embora seja muito significativa a contribuição da comunidade científica das Relações Internacionais nos estudos de crime organizado transnacional, embora a investigação sobre organizações criminosas brasileiras e sua expansão internacional exista, é consideravelmente menor. Pensar o PCC, que se reestruturou e ampliou sua atuação para além das prisões para se tornar um grande ator violento não-estatal e transnacional, relacionando-o à cooptação de uma população migrante proveniente de um fluxo migratório recente e que ainda causa enorme impacto para os cidadãos venezuelanos, brasileiros e para o território, é uma forma de contribuir com o debate em Segurança Pública e Cidadania. A literatura científica sobre o PCC é extensa, assim como a produção significativa sobre a imigração venezuelana no Brasil. Contudo, há uma escassez de estudos que abordem a interseção desses fenômenos.

Esta pesquisa é metodologicamente viável por meio de abordagem qualitativa. É um estudo de caso que tem como fontes a literatura acadêmica-científica, assim como relatórios e entrevistas semiestruturadas realizadas com sete autoridades que no exercício da sua função lidam com a

temática pesquisada, sendo eles: acadêmicos, defensores públicos, promotores de justiça policiais militares e policiais penais. Mediante análise indutiva, partindo da observação dos fenômenos, analisando-os com intuito de descobrir as causas de sua manifestação. Depois busca-se descobrir como se relacionam, por meio da comparação e então generaliza-se a relação descoberta, entre fenômenos e fatos semelhantes, muitos ainda não observados (Lakatos; Marconi, 2003, p. 87)

O trabalho adota a hipótese que a concentração de imigrantes venezuelanos desassistidos em Roraima, portanto socioeconomicamente vulneráveis, aumenta os transtornos em todas as áreas da administração local, na saúde, educação e particularmente na segurança pública, com o aumento da criminalidade. Apesar de existir algum movimento do Estado e de Organizações da Sociedade Civil para integração dos indivíduos, essa política tende a não ser suficiente para suprir a demanda que existe. Quando o espaço não é plenamente ocupado pelo Estado, o vácuo de poder inexistente, pois é muito conveniente para as organizações criminosas atuarem naquele conturbado ecossistema, especificamente o PCC.

É evidente que o foco não é propagar um discurso generalista e xenofóbico em relação à população venezuelana imigrante. Pelo contrário, compreendemos que se trata de uma minoria de cooptados, que buscam se associar ativamente ou que são aliciados pela facção. A maioria, conforme será apresentado nos dados coletados, não se relaciona com o crime organizado, mas busca alternativas de sobrevivência, ainda que praticamente análogas a escravidão, dado que não são absorvidos de maneira adequada pelo mercado de trabalho.

De modo a facilitar a compreensão desta dissertação, foi feita uma divisão em quatro capítulos: o primeiro focado em fundamentar conceitualmente o crime organizado e outros e conceitos para munir o leitor de referências para compreensão do contexto e análises apresentadas ao longo do trabalho. Neste mesmo capítulo, discorreremos sobre a origem, estrutura organizacional, e expansão nacional (Marques, 2009; Dias, 2011; Bigoli; Bezerra, 2014; Biderman, 2018; Duarte, 2020). Uma vez compreendido este processo, busca-se explorar como se dá e quais as estratégias utilizadas no processo de transnacionalização (Werner, 2009; Biondi, 2014; Jozino, 2014; Manso; Dias, 2018; Feltran, 2018; Ferreira, 2018; Oliveira; Krueger, 2018; Coutinho, 2019; Campos, 2020; Teixeira, 2020; Machado, 2021; Ferreira; Frumento, 2021; Vila et al, 2021), priorizando um recorte espacial de fronteiras brasileiras com países sul-americanos.

O segundo capítulo apresenta o percurso metodológico que fundamenta esta pesquisa, visando primariamente proporcionar uma compreensão abrangente das abordagens e instrumentos utilizados na obtenção, compreensão e análise dos dados cruciais para o estudo em questão. Ao longo dessa exposição, serão abordados os procedimentos adotados, incluindo as dificuldades enfrentadas durante o percurso.

No capítulo terceiro discutimos sobre a imigração venezuelana no Brasil. Será apresentado um panorama histórico sobre a crise na Venezuela, o cenário que acarreta na emigração dos cidadãos venezuelanos e as características do território do estado de Roraima. (Villa, 2005; Zero, 2017; Carvalho, 2017; Aguirre, 2020; Leite; Castro, 2021; Santos e Prado 2021; Alves, 2019b; Sosa, 2023; Moreira, 2012; Oliveira; Sampaio,2020; Silva, 2018; Baeninger, 2017; Correia; Damasceno; Thaynan, 2023).

No capítulo quarto, discutimos os resultados obtidos através das sete entrevistas realizadas e das matérias jornalísticas disponíveis em portais de notícia online (Diário do aço, 2017; Estadão, 2018; Folha de São Paulo, 2018; UOL, 2019; El País, 2021; Ponte; 2021; TAB UOL, 2022; Infoamazonia,2023). Os resultados foram divididos em cinco categorias e analisados com base nas referências bibliográficas visando responder à pergunta de pesquisa e de cumprir com os objetivos principais e específicos desta pesquisa finalizada com a conclusão.

## **1 CRIME ORGANIZADO, SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA**

A existência de diversos atores e organizações criminosas torna mais difícil o consenso no estabelecimento de um conceito do termo “crime organizado” (UNODC, 2002). Para Mingardi (2007), independente da modalidade criminosa praticada, os critérios que definem crime organizado são cinco, sendo eles: hierarquia; previsão de lucros, divisão do trabalho, planejamento empresarial e simbiose com o Estado, nessa ordem. Os quatro primeiros aspectos estão presentes em todo ambiente e atividade corporativa, as empresas trabalham com uma lógica hierárquica, setorizada e que prevê o retorno de seus investimentos. Nesses aspectos, o fenômeno acontece de forma muito parecida na criminalidade organizada, mas não nas quadrilhas comuns, as quais são menos complexas. Nestes casos a liderança não é previamente estruturada. É mais fluida e dependente do potencial do líder em se impor fisicamente.

Sobre a quinta característica - a simbiose com o Estado - Mingardi (2007) caracteriza como a mais polêmica. Sendo a promoção da Segurança Pública uma obrigação estatal que visa defender direitos fundamentais, prezar pelas leis e a manutenção da ordem pública, torna-se uma contradição que o próprio Estado, estando corrompido, não só possibilite, mas facilite a existência e atuação de uma organização criminosa em seu território.

Apesar de muitos governantes e agentes de segurança negarem que seja um fato, Mingardi (2007) garante que todas as organizações mapeadas apresentam uma ligação com a máquina do Estado e por este motivo o autor considera a quinta característica a mais importante para configuração de crime organizado.

Para Jay Albanese (2015) é possível conceituar crime organizado como:

um empreendimento criminoso que age racionalmente para lucrar com atividades ilícitas que muitas vezes são de grande demanda pública. Sua existência persistente é mantida através do uso da força, ameaças, controle do monopólio e/ou da corrupção de funcionários públicos (Albanese, 2015, p. 6)

Esse conceito é embasado na recorrência com que o autor observou que determinadas características são empregadas pelos diversos autores que discutiram esse tópico. Em seu livro, Albanese (2015) atualizou a análise de Frank Hagan (1983) com obras mais recentes. Nessa iniciativa ele observou que há uma tendência ao consenso no que constitui o crime organizado. No entanto, registrou-se 11 diferentes aspectos do crime organizado incluídos nas definições

de vários autores com frequências distintas. O autor organizou um quadro, onde expõe quais são os aspectos e com qual frequência aparecem. Podemos observar:

Quadro 1: Descrição de crime organizado na literatura

<b>Características</b>	<b>Número de autores</b>
Organização hierarquicamente estruturada	16
Busca racional do lucro por meio do crime	13
Uso da força ou da ameaça	12
Corrupção de funcionários públicos visando imunidade	11
Demanda pública pelos serviços ilícitos	7
Monopólio sobre um mercado particular	6
Associação de membros restrita	4
Sem ideologia	4
Especialização	3
Código de sigilo ou Código de honra	3
Extenso planejamento	2

Fonte: Jay Albanese (2015, p. 04).

Para Werner (2009) há uma convergência na percepção de como atua o crime organizado, de como ele se transformou durante as décadas de 1980 e 1990, por não estar mais restrito a determinados grupos étnicos ou regiões do mundo, especialmente devido a novos mercados e ao aumento da demanda por bens e serviços ilícitos. Esse perfil de criminalidade absorve mão de obra, abre vagas e opera com flexibilidade no mercado informal.

O aspecto transnacional do crime organizado é a característica utilizada para explicar a influência da globalização sobre a criminalidade, aspecto esse muito discutido em relatórios governamentais e produzidos por agências de inteligência (Castells, 2010, p. 205-207; Castle, 1997). Nem Mingardi (2007) ou Albanese (2015), tampouco os autores analisados por eles mencionam a “transnacionalização” como uma característica na definição de crime organizado.

Transnacional significa literalmente algo que ocorre através das nações. O termo é utilizado para descrever atividades ou relações que se desenvolvem através e para além das fronteiras

dos Estados de origem e são vinculadas aos movimentos, como sintetizam Evans e Newnham (1998): a) de objetos físicos, incluindo populações humanas, b) de informações e ideias; c) de dinheiro e créditos.

Os primórdios do crime organizado transnacional, de acordo com uma perspectiva eurocêntrica, remetem ao fim da Primeira Guerra Mundial. Tal informação é validada pelo aumento expressivo da criminalidade em razão do fluxo de diversas pessoas através das fronteiras, entre essas também havia muitos criminosos que se aproveitaram de como havia se atualizado a vida social naquele cenário e cometeram crimes, tais como:

a falsificação de dinheiro e de passaportes, roubo em transportes ferroviários, tráfico de escravas brancas e de drogas, utilizando-se das tecnologias disponíveis na época, como a comunicação e o transporte. Esses criminosos tinham em comum a capacidade ímpar de transcender as fronteiras do tempo e do espaço em desrespeito às jurisdições nacionais e às instituições policiais dos Estados (Werner, 2009, p. 55).

De acordo com Castells (2010), o impacto do crime nas instituições e na política do Estado é muito grande. O crime organizado foi capacitado e transformado pela possibilidade tecnológica e organizacional de estabelecer redes a nível global, o que nem sempre foi possível. Diz-se isso pois, por muito tempo, sua estratégia primordial foi se infiltrar nas instituições do Estado em nível local e nacional, ainda em seu país de origem, a fim de sobreviver e proteger suas atividades.

Por exemplo, a italiana; a Yakuza japonesa; as Tríades de Hong Kong, ou Taiwan, ou Bangkok e os cartéis colombianos confiaram em sua capacidade de desenvolver ao longo do tempo uma profunda conexão com segmentos de estados nacionais e regionais, tanto com burocratas como com políticos. Mesmo tendo sido reformulado pela atualização das possibilidades de atuação do crime organizado, esse ainda é um elemento essencial nos procedimentos operacionais do crime organizado: ele só pode sobreviver com base na corrupção e na intimidação de servidores ou mesmo das instituições estatais (Castells, 2010).

As organizações criminosas que eram profundamente fundadas na cultura de suas nações de origem não deixam de existir nas novas redes globais, pelo contrário, o desenvolvimento das redes de escala global possibilitam que as organizações criminosas tradicionais continuem existindo e prosperem, conforme escapam dos controles de um determinado Estado nos momentos mais atribulados (Castells, 2010, p. 206-207).

O criminoso age com racionalidade e avalia os benefícios e custos de suas ações. Assim, ele mantém uma posição ambivalente, e alterna entre o envolvimento com o Estado e o mercado, conforme lhe proporciona vantagens. Isso demonstra sua capacidade de adaptar-se às circunstâncias de maneira estratégica.

O movimento de transnacionalização do crime, embora inconveniente para a segurança nacional e na administração pública do país de origem e destino das atividades criminosas, é socialmente configurado com base nos interesses dos agentes, bem como na cooperação internacional entre países e empresas (Greene, 2006). Dá-se a possibilidade, e o movimento ocorre. Amplia-se o desenvolvimento de um arranjo que é criminoso, mas que opera, economicamente, como qualquer atividade comercial. A ver:

A União Européia enfraquece fronteiras e incentiva o livre fluxo de pessoas e bens. Russos, italianos, romenos, britânicos, e os sindicatos da Córsega simplesmente respondem a uma nova realidade. Não é nem a Máfia (máfia de Odessa, Ucrânia) nem a máfia que criaram essas oportunidades; em vez disso, foram os Estados e as corporações multinacionais. Traficantes de drogas nigerianos não são responsáveis pelo enorme aumento recente no comércio internacional ou no crescente fluxo de pessoas através das fronteiras. Eles meramente tiram proveito dessa situação. [...] Contrabandistas nigerianos têm um mecanismo em vigor para utilizar de forma eficiente e vantajosa as novas tecnologias e respectivas oportunidades. A colaboração é tão natural quanto a que existe entre fabricantes de automóveis dos EUA e produtores de peças no Brasil ou no México (Greene, 2006, p. 1293).

O que o autor descreve não é uma culpabilização integral dos Estados por amenizar a burocracia de acesso às fronteiras, por exemplo. Inevitavelmente, em um momento ou outro, como já foi necessário tantas vezes, em tantas regiões, pela garantia da dignidade de cidadãos de diversos países, se fará necessário tomar medidas como esta. O que está posto é o quão conveniente é o momento de as organizações criminosas tirarem proveito do acesso Estatal, para, simplesmente, se desenvolverem. E assim o fazem.

Os grupos criminosos organizados italianos estão entre os mais antigos do mundo e foram alguns dos primeiros a operar transnacionalmente. São engajados em uma série de atividades ilícitas, formados por hierarquias rígidas e códigos de honra. Em meados do século XIX, na Sicília, houve um colapso simultâneo do feudalismo e declínio da aristocracia fundiária, com o surgimento de uma nova burguesia, ou seja, um período de mudança estatal. A máfia surge num momento em que pode proporcionar a proteção que o Estado era incapaz de garantir às empresas emergentes e à nova classe proprietária de terras, principalmente no sul da Itália (Shelley, 1995).

A Cosa Nostra, como era conhecida a máfia italiana, obteve significativas vantagens com o colapso do Bloco Socialista na Europa Oriental. Os mercados nesta região tornaram-se vulneráveis e suscetíveis à penetração, especialmente devido à unificação europeia, que diminuiu os controles nas fronteiras. Isso facilitou a mobilidade tanto de pessoas, incluindo criminosos, quanto de capital financeiro dentro da Europa naquele momento (Shelley, 1995).

A globalização e a identidade interagem na economia criminosa da América Latina (Castells, 2010). O crime organizado colombiano é diferente dos outros grupos criminosos porque opera como um cartel. Os cartéis de Medellín e Cali surgiram nos anos 1970 e eram, quase desde seu início, organizações internacionais. Inicialmente, os traficantes de drogas da Colômbia forneciam cocaína a outros grupos criminosos como a Cosa Nostra e várias quadrilhas mexicanas e cubanas (Shelley, 1995). O cartel tira vantagem da posição de monopólio no mercado para controlar artificialmente o preço e o acesso a determinadas mercadorias, controlando não apenas a disponibilidade do produto, mas também o seu valor e qualidade.

Além disso, coopera com outros grupos criminosos e usa técnicas sofisticadas para lavar seu dinheiro. Na década de 1980, os traficantes de drogas colombianos expandiram seu mercado para incluir a Europa e desenvolveram laços com a máfia italiana, assim como com organizações criminosas como a máfia nigeriana e as tríades chinesas (Shelley, 1995). O tráfico de drogas é uma indústria latino-americana controlada e orientada para a exportação, com competitividade global comprovada. O principal mercado consumidor desse mercado ainda se encontra nos Estados Unidos da América (EUA), ou seja, a demanda parte do norte global. Os EUA lidam com custos policiais, judiciais e penitenciários muito grandes, sintomas da criminalização das drogas e gestão do problema por vias da segurança (Castells, 2010).

As soluções políticas não podem ser simplesmente homogêneas, uma vez que grupos de crime organizado transnacional podem se desenvolver sob uma variedade de condições políticas e econômicas. Todos se beneficiam das deficiências na aplicação da lei em seus países de origem, e cada um explora leis criminais, bancárias e de investimento conflitantes entre as nações. Não há nenhuma forma de governo que seja imune ao desenvolvimento de uma organização criminosa transnacional, nenhum sistema legal que pareça capaz de controlar totalmente o crescimento após o crime organizado transnacional e nenhum sistema econômico ou financeiro capaz de resistir à tentação de lucros em níveis e proporções desproporcionalmente maiores do que o sistema lícito oferece (Shelley, 1995, p. 485)

Como resposta a esse cenário de criminalização, o narcotráfico desenvolveu-se vigorosamente enquanto negócio empresarial de grande escala e mercado clandestino. Ao passo que as leis e



iniciativas domésticas e internacionais se aperfeiçoaram ansiando a supressão do tráfico de drogas, tornou-se comum o crime organizado articular suas redes, visando estabelecer uma presença transnacional bem-sucedida (Rodrigues, 2012).

Historicamente, a criminalização dos entorpecentes foi impulsionada também por uma ânsia de controlar os fluxos migratórios internacionais e domésticos de grupos étnicos específicos, mas muito mais pela manutenção do poder político dos EUA que em relação à América Latina acabou por ditar regras e normas que fazem parte hoje de nossa política de drogas (Valois, 2019). Isso forneceu um elemento crucial no argumento da proibição.

Ainda que o uso de tais substâncias para fins não medicinais seja realizado por indivíduos provenientes de todas as classes sociais e etnias. As políticas proibicionistas são implementadas:

“sob a justificativa de melhorar a vida individual e coletiva – e abriu espaço para a perseguição e apresamento de grandes contingentes de indivíduos tidos como perigosos à ordem social e que pertenciam, precisamente, às camadas mais pobres e numerosas dos centros urbanos” (Rodrigues, 2012, p.13).

É com o mesmo propósito de estigmatizar determinados grupos étnicos e associar o uso recreativo de entorpecentes ao descumprimento da lei que ocorre a campanha antidrogas amplamente promovida pelos EUA, entre as décadas de 1970 e 1980. O Ato de Controle do Crime Organizado<sup>2</sup> de 1970, assinado pelo presidente estadunidense Richard Nixon, foi o principal instrumento do governo federal no enfrentamento ao crime organizado.

Ao declarar que as drogas eram o inimigo número um do país, Nixon insere a problemática das drogas na agenda de segurança, tratando o uso abusivo de entorpecentes não como um problema de saúde pública, mas como uma questão a ser resolvida por meios jurídicos e militares (Pereira, 2015). Construindo, assim, um inimigo através da fala. O ato de fala é central para o processo de securitização, pois é a ferramenta pela qual a ameaça é publicamente construída. Em geral, quem tem acesso à fala que será amplamente ouvida e credibilizada é um ator influente, como um chefe de estado, Richard Nixon, por exemplo, ou um representante de uma organização

---

<sup>2</sup> Ver: BLOCK, Alan. *The Organized Crime Control Act, 1970: Historical Issues and Public Policy*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3376969>

internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) (Buzan; Wæver; De Wilde, 1998).

O objetivo da securitização é entender os processos de construção de um entendimento compartilhado do que deve ser considerado e respondido coletivamente como uma ameaça. O processo de securitização é o que, na teoria da linguagem, é chamado de ato de fala. Não é interessante como um sinal que se refere a algo mais real; é o próprio enunciado que é o ato. [...] O que podemos estudar é essa prática: Quem pode "fazer" ou "falar" sobre segurança com sucesso, sobre quais questões, sob quais condições e com quais efeitos? É importante observar que o ato de fala sobre segurança não é definido pelo enunciado da palavra segurança. O que é essencial é a designação de uma ameaça que exija ação emergencial ou medidas especiais e a aceitação dessa designação por um público significativo. (Buzan; Wæver; De Wilde, 1998, p. 26-27, *tradução própria*).

A inclusão da característica transnacional no crime organizado implica em novas questões para os Estados-nação. Inevitavelmente acarreta consequências nas questões de segurança pública locais, regionais e globais. Para lidar com um inconveniente desta proporção e flexibilidade é imprescindível que os Estados cooperem transnacionalmente nas três esferas. A cooperação estratégica entre Estados e instituições internacionais segue consolidando-se com o objetivo de dismantelar redes criminosas. Em razão das dimensões atingidas, o infortúnio que o narcotráfico e outras atividades ilícitas e transnacionalmente executadas representam para os Estados, não poderiam ser enfrentados, efetivamente, com iniciativas exclusivamente domésticas, mas poderiam com estratégias de saúde, habitação e fortalecimento de laços entre países.

Para Keohane (1984, p. 51) a cooperação ocorre quando

os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou antecipadas de outros, através de um processo de coordenação de políticas [...] A cooperação intergovernamental ocorre quando as políticas efetivamente seguidas por um governo são consideradas pelos seus parceiros como facilitando a realização dos seus próprios objetivos

Complementando este raciocínio, o autor defende que a cooperação não deve ser definida, necessariamente, como a ausência de conflito entre dois Estados, mas como “um processo que envolve o uso da discórdia para estimular o ajuste recíproco“ (Keohane, 1984 p. 46). A cooperação intergovernamental pode ocorrer visando diversas finalidades. No que é discutido aqui, coopera-se visando o enfrentamento ao crime organizado transnacional e o dismantelamento das organizações criminosas, tendo como propósito final a garantia da segurança pública para os cidadãos dos territórios protegidos.

A segurança pública pode ser definida como

um bem democrático multidimensional, legitimamente desejado por todos os setores sociais, um direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada pessoa. Para a concretização da fruição desse bem democrático as cidadãs e os cidadãos que optaram por serem servidoras(es) públicas(os) e/ou pesquisadoras(es) dedicadas(os) à garantia de um direito social, no âmbito policial, necessitam de constante reflexão para a sistematização de saberes necessários às suas práticas, uma vez que o mandato policial deve ser exercido com conhecimento, de forma legal, legítima e consentida (Cotta, 2022, s/p).

Em seu discurso durante a reunião do “Conselho de Segurança” sobre o narcotráfico na África Ocidental, o Secretário-Geral ONU (2013) reiterou que em todo o mundo o tráfico de drogas e o crime organizado transnacional ameaçam a segurança, minam o respeito pelo Estado Democrático de direito e põe em risco a paz e a estabilidade. Para Shelley (1995), a gravidade do problema encontra-se na complexidade dessas organizações e suas atividades, sua penetração global e a ameaça que elas representam para o desenvolvimento econômico legal.

A lucratividade extraordinária que é possível obter com atividades criminosas está diretamente relacionada à ilegalidade. Embora ela aumente os custos de entrada na atividade, acaba por ajudar a eliminar uma parcela dos potenciais concorrentes das organizações criminosas. Essa rentabilidade é diretamente proporcional à intensidade da ação estatal contra o crime, dado que, quanto mais difícil for ofertar um bem ou serviço ilícito, inevitavelmente o sobrepreço será maior para o consumidor. “A perseguição contra o crime organizado baseado em mercados tende simultaneamente a combatê-lo no nível das unidades e fortalecê-lo no nível dos mercados” (Cepik; Borba, 2011, p. 381).

A capacidade de imposição das organizações criminosas pode esclarecer a corrupção no baixo escalão governamental, enquanto a penetração dessas organizações na alta política é geralmente resultado de arranjos explícitos ou ajustes tácitos de colaboração, ao invés de força ou ameaça. Ou seja, a associação entre criminosos e políticos não é caracterizada por vítimas, mas sim interesses (Von Lampe, 2008).

Segundo Cepik; Borba (2011), na Itália, por exemplo, o crime organizado estabeleceu diversos acordos colaborativos com a Democracia Cristã, enquanto no Japão a Yakuza estava ligada ao Partido Liberal Democrático. Já o escândalo colombiano na década de 1990, que relaciona a campanha do presidente Ernesto Samper ao Cartel de Cali, não pode ser facilmente explicado

como uma ação do crime organizado contra o governo, mas sim como uma cooperação estabelecida entre parte da elite política e o narcotráfico colombiano. Há tanta sociedade e Estado dentro do crime organizado quanto há crime organizado na sociedade e no Estado, ou seja, há uma interdependência (Lyman e Potter, 2000<sup>3</sup> *apud* Cepik; Borba, 2011).

[...]a relação Estado- contrabandista é paradoxal: [...] o contrabandista é perseguido pelo Estado, mas ao mesmo tempo é mantido no negócio pelo Estado. O contrabandista é dependente do Estado em múltiplas formas. A mais óbvia e essencial é que as leis criadas pelo Estado oferecem a abertura para (e a alta rentabilidade do) contrabando acima de tudo (Andreas, 1999, p. 91)

Desse modo, a relação das organizações criminosas com a esfera lícita não seria de tipo predatório e sim “parasitário”, isto é, o crime organizado não age no sentido de dominar ou destruir a forma a qual a ordem social está estruturada, mas sim de beneficiar-se dela. A existência do hospedeiro garante a sobrevivência do parasita (Cepik; Borba, 2011).

Para Werner (2009) a percepção supranacional do crime organizado transnacional pode ser observada por meio das respostas políticas dadas pelas organizações internacionais, com destaque aos posicionamentos da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e União Europeia (EU), que incluíram em suas discussões o impacto do crime organizado.

Em 1995 as Nações Unidas identificaram 18 categorias de delitos transnacionais, cujo início, perpetração e/ou efeitos diretos ou indiretos envolvem mais de um país. Depois, a ONU realizou uma pesquisa entre os Estados-Membros, que pediu aos participantes que listassem casos de crime organizado transnacional em suas respectivas jurisdições. Contudo, apenas alguns poucos tiveram condições de responder de maneira satisfatória e sem equívocos (UNODC, 2002). As ofensas listadas incluíram lavagem de dinheiro, atividades terroristas, roubo de objetos artísticos e culturais, roubo de propriedade intelectual, tráfico ilícito de armas, sequestro de aeronaves, pirataria marítima, fraude de seguros, crimes informáticos, crimes ambientais, tráfico de pessoas, comércio de partes do corpo humano, tráfico ilícito de drogas, falência fraudulenta, infiltração de negócios legais, corrupção e suborno de funcionários públicos ou partidários e representantes eleitos, conforme definido na legislação nacional.

---

<sup>3</sup> Lyman Michael; Potter, Gary. *Organized crime. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2000.*

É ampla a lista das atividades que as organizações criminosas estão envolvidas, dentre elas, as já vastamente divulgadas como tráfico de drogas, armas e pessoas, também com contrabando de automóveis. Além disso, se envolvem com o contrabando de mercadorias embargadas, espionagem industrial e tecnológica, manipulação do mercado financeiro e a corrupção e controle de grupos dentro e fora do sistema estatal. A “lavagem de dinheiro” tornou-se uma característica central para sua sobrevivência, é essencial pois os grupos criminosos precisam ocultar receitas cada vez maiores e esta atividade ocorre através de múltiplos investimentos em bancos, instituições financeiras e empresas ao redor do mundo (Shelley, 1995). Uma característica relevante dos crimes de “colarinho branco” reside na sua complexidade investigativa e na dificuldade de denúncia.

Para além das atividades mencionadas por Shelley (1995), o documento da UNODC (2002) inclui à lista: atividades terroristas; roubo de propriedade intelectual; sequestro de aeronaves; pirataria marítima; crime cibernético; crime ambiental e tráfico de órgãos.

Uma vez identificado o tipo de ameaça que o crime organizado representa para o Estado e o sistema de Estados, torna-se necessário examinar as estratégias empregadas pelas forças de segurança para controlar e dismantelar o crime organizado. Cepik; Borba (2010, p. 391-392) destacam três pontos que necessitam de atenção:

Primeiro, o imperativo de atuar contra o crime organizado não advém apenas da constatação abstrata de sua ilegalidade, mas principalmente da verificação empírica de que ele gera insegurança à população, além de restringir serviços públicos e participação política. Segundo, da constatação de que as relações entre o crime organizado e a sociedade são de tipo parasitário, não resulta nenhum tipo de apologia à passividade. Compreender o crime organizado como uma parte do sistema político e econômico não implica assumi-lo como imutável ou benéfico. Quanto mais preparado o poder público estiver para lidar com as organizações criminosas e seus efeitos colaterais, menor será o poder dessas organizações e mais o Estado e a sociedade poderão dedicar esforços a outros temas da agenda pública, sobretudo o provimento de bem-estar social e o desenvolvimento. Terceiro, a disposição em inserir o crime organizado nos estudos internacionais não pode conduzir a um viés disciplinar na avaliação das iniciativas necessárias à sua contenção. É importante frisar que o sustentáculo de uma política contra o crime organizado está no nível dos Estados (políticas nacionais de segurança pública), e as ações em âmbito internacional (diplomacia multilateral, organizações internacionais especializadas e cooperação policial-judiciária) possuem um caráter complementar, ainda que em expansão relativa.

O crime organizado tende a ter um impacto negativo significativo na cidadania dos indivíduos nas áreas que são impactadas por algumas de suas ações. Isso ocorre porque as atividades

criminosas das organizações costumam minar os direitos e garantias individuais e coletivos, como por exemplo: restrição do direito à segurança devido aos altos índices de violência e insegurança nas áreas onde atuam; restrição do direito à liberdade de ir e vir; dadas as limitações de acesso impostas nos territórios subordinados às organizações criminosas; limitações essas muito convenientes para manutenção do domínio. As consequências negativas impactam na economia local, impedindo a atração de investimentos e causando danos às empresas locais.

A dignidade da pessoa humana é uma característica inerente a todos os indivíduos e representa um dos principais fundamentos de um Estado Democrático de Direito. Para Martha Nussbaum (2007), o enfoque das capacidades tem por objetivo construir uma base fundamentada no respeito pela dignidade humana, a fim de priorizar os indivíduos e evitar a exclusão de determinados sujeitos dos arranjos sociais. Essa abordagem procura assegurar que todas as pessoas tenham a oportunidade de desenvolver suas capacidades e potencialidades, de forma a alcançar uma vida plena e satisfatória, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Cada elemento listado na relação de capacidades é essencial para garantir que todos os seres humanos tenham acesso ao mínimo necessário para conduzir suas vidas com dignidade, sendo eles:

1. Vida – ter a capacidade de viver até o fim de uma vida humana de duração normal; não morrer prematuramente, ou antes que a própria vida se veja tão reduzida que não valha a pena vivê-la.
2. Saúde física – ter capaz de ter boa saúde, incluindo a saúde reprodutiva; de receber uma alimentação adequada; de dispor de um lugar adequado pra viver.
3. Integridade física. ter capaz de se movimentar livremente de um lugar a outro; de estar protegido contra ataques de violência, inclusive agressões sexuais e violência doméstica; dispor de oportunidades para a satisfação sexual e para escolha em questões de reprodução.
4. Sentidos, imaginação e pensamento. Ser capaz de usar os sentidos, a imaginação, o pensamento e o raciocínio – e fazer essas coisas de um modo “verdadeiramente humano” um modo informado e cultivado por uma educação adequada, incluindo, sem limitações, a alfabetização e o treinamento matemático e científico básico. Ser capaz de usar a imaginação e pensamento e conexão com experimentar e produzir obras ou eventos, religiosos, literários, musicais e assim por diante, da sua própria escolha. Ser capaz de usar a própria mente de modo protegido por garantias de liberdade de expressão, com respeito tanto a expressão política quanto artística, e liberdade de exercício religioso. Ser capaz de ter experiências prazerosas e evitar dores não benéficas.
5. Emoções. Ser capaz de manter relações afetivas com coisas e pessoas fora de nós mesmos, amar aqueles que nos ama e se preocupam conosco; sofrer na sua ausência;

em geral, ser capaz de amar, de sentir pesar, sentir saudades, gratidão e raiva justificada. Não ter o desenvolvimento emocional bloqueado por medo e ansiedade (Apoiar essa capacidade significa apoiar formas de associação humana que podem se revelar cruciais para seu desenvolvimento).

6. Razão prática. Ser capaz de formar uma concepção de bem e de ocupar-se com a reflexão crítica sobre o planejamento da própria vida (isso inclui proteção da liberdade de consciência e de prática religiosa).

7. Afiliação- a) Ser capaz de viver com e voltado para os outros, reconhecer e mostrar preocupação com outros seres humanos, ocupar-se com várias formas de interação social; ser capaz de imaginar a situação do outro. (Proteger essa capacidade significa proteger as instituições que constituem e alimentam tais formas de afiliação e proteger a liberdade de associação e de expressão política.) b) Ter as bases sociais de autorrespeito e não humilhação; ser capaz de ser tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos outros. Isso inclui disposições de não discriminação com base em raça, sexo, orientação sexual, etnia, casta, religião, origem nacional.

8. Outras espécies- ser capaz de viver uma relação próxima e respeitosa com animais, plantas e o mundo da natureza. 9. Lazer. Ser capaz de rir, brincar, gozar de atividades recreativas.

10. Controle sobre o próprio ambiente:

a) Político. Ser capaz de participar efetivamente das escolhas políticas que governam a própria vida; ter o direito à participação política

b) Material. Ser capaz de possuir propriedades (tanto terras quanto bens móveis) e ter direitos de propriedade em base igual a dos outros; ter o direito de candidatar-se a empregos em base de igualdade com os demais; ter a liberdade contra busca e apreensão injustificadas. No trabalho, ser capaz de trabalhar como ser humano, exercendo a razão prática e participando de relacionamentos significativos, de reconhecimento mútuo com demais trabalhadores (Nussbaum, 2007, p. 76,-78).

Essas condições são diversas e têm como objetivo fornecer suporte e assistência a todos os indivíduos, abrangendo uma ampla variedade de fins que garantem condições adequadas para atender às necessidades de todas as pessoas em uma sociedade. Nesse sentido, a discussão sobre o *modus operandi* do crime organizado, tanto em âmbito nacional quanto internacional, seus mecanismos, objetivos e os impactos que essas atividades ilícitas causam na sociedade é de grande relevância. Essa análise servirá como base para as reflexões subsequentes nos próximos capítulos deste trabalho, tendo como base os elementos que a autora lista como essenciais para a condução de uma vida digna.

### **1.1 O Crime organizado no Brasil e o Primeiro Comando da Capital (PCC)**

Segundo a lei n.º 12.850 de 2013, considera-se organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza,

mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Em 2018, durante um evento que debateu questões relacionadas ao Sistema Penitenciário Federal, Raul Jungmann, Ministro da Defesa e Ministro Extraordinário da Segurança Pública do governo Temer, revelou que o Brasil tinha aproximadamente 70 facções criminosas ativas no país. A informação foi divulgada no jornal O Globo<sup>4</sup>. A maior e mais bem articulada de todas, até hoje presente em diversos estados brasileiros e se internacionalizando cada vez mais é o PCC.

O episódio de repercussão internacional conhecido como Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, quando a Polícia Militar do Estado de São Paulo interveio para conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo e causou a morte de 111 detentos, colocou em evidência o fortalecimento das diretrizes militarizadas de controle criminal no Brasil (Rodrigues, 2021). Somados a esta postura violenta das forças policiais, os interesses políticos e econômicos incentivaram um movimento de interiorização das penitenciárias, principalmente em São Paulo (Silvestre, 2016<sup>5</sup> *apud* Duarte, 2020, p. 505).

Quando se fala em PCC, considerar o episódio do Massacre do Carandiru é compreender a conjuntura que estava dada à época, conjuntura esta que viabilizou a criação e o desenvolvimento de uma facção com ideais que foram compartilhados com a massa carcerária na reivindicação por suas demandas. O Primeiro Comando da Capital é uma organização criminal vastamente conhecida como “PCC” e até mesmo “1533”, que são os números ordinais correspondentes às letras da sigla no alfabeto. Sua origem remete ao mês de agosto de 1993, menos de um ano depois do massacre, na Casa de Custódia de Taubaté (CCTT), no interior do estado de São Paulo (Feltran, 2018)

A facção tinha como finalidade inicial reclamar a favor dos ideais dos presos. Kaskão, ex-detento, confidenciou durante entrevista à equipe da UOL Play para a série documental “Primeiro Cartel da Capital” que o PCC “antes de ser uma facção, um movimento contra o

---

<sup>4</sup> Ver: O GLOBO. “Cerca de 70 facções atuam no Brasil”, diz o ministro da Segurança Pública. Brasília. 03 de setembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/cerca-de-70-faccoes-atuam-no-brasil-diz-ministro-da-seguranca-publica-23035855>. Acesso em: 17 de março de 2023.

<sup>5</sup> Silvestre, Giane (2016), “‘Enxugando iceberg’: como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo”. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.



Estado, é um sentimento e eles não combateram porque sentimento é igual palavra, não volta vazia, depois que você soltou alguém vai se identificar” (UOL, 2019, s/p).

Os detentos passavam por problemas e o PCC tinha um modo para tentar resolver. O uso da violência, diferente do método anterior das outras facções e da vida na cadeia, era aplicado em último caso, apenas quando realmente necessário. A violência esteve muito presente nas rebeliões e mortes dos adversários, mas não era considerado o jeito mais inteligente de proceder.

O acordo é que os presos batizados pelo PCC, os chamados irmãos, operassem como intermediários, conciliadores dos debates que inevitavelmente aconteciam e juntos, após esclarecidos sobre a situação, decidiam quem estava certo e quem estava errado na determinada condição, resolvendo as contendas de forma mais diplomática, se é possível e razoável. É um método de resolução que tende à praticidade e, segundo eles, à justiça, pois dá o direito às duas partes exporem seus pontos de vista referente ao problema, que após a decisão final deve ser resolvido conforme orientações. Se está devendo, tem que pagar, se o devedor não paga um familiar será cobrado e caso não seja possível, o devedor será expulso do convívio, por exemplo (Feltran, 2018).

Embora o ritual de batismo de novos integrantes varie conforme o local e as condições em que ocorre, a leitura do estatuto do PCC é um elemento sempre presente. Em todos os relatos que descrevem os rituais de adesão à organização, os novos membros recebem uma cópia do estatuto do PCC e são instruídos a lê-lo em voz alta, fazendo um juramento de obediência aos 16 itens presentes no documento, além de expressar lealdade ao seu padrinho, um irmão que já faz parte da organização e o convida a também a compor (Dias, 2011).

Em maio de 1997, uma publicação no jornal Folha de São Paulo listava os 16 itens do que era o primeiro estatuto<sup>6</sup> do PCC que o jornal se referiu usando os seguintes termos: “Leia a seguir o conteúdo do estatuto da suposta organização dos presos” demonstrando o quanto a mídia, talvez como reflexo da tratativa indiferente do Estado no que se refere ao potencial de articulação do grupo.

Os cinco primeiros refletem muito do caráter “fraternal” e “colaborativo”, ainda que impositivo da organização, a ver o Estatuto do PCC, conforme consta no manuscrito:

---

<sup>6</sup> O texto é apresentado na sua versão integral e conserva os erros de português originais.

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido.
2. A Luta pela liberdade, justiça e paz.
3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.
6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham à sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenado à morte sem perdão.
8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorção dentro do Sistema.
9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a honriedade, solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
10. Todo o integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
11. O Primeiro Comando da Capital -P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto "a Liberdade, a Justiça e a Paz".
12. O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.
13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos, foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.
14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozés.
15. Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.
16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos

consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros.

Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.

**LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!!!**

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV.

**UNIDOS VENCEREMOS**

Era interessante para os presos os resultados práticos das políticas impostas. Sob tal disciplina os estupros foram intermediados, o homicídio, que acontecia com muito mais frequência, foi considerado injusto. Dentro das celas, eles comandavam o tráfico de drogas tanto dentro como fora do sistema prisional, impondo aos detentos a contribuição de uma “caixinha” mensal. Aqueles que se recusaram eram ameaçados de morte e o dinheiro arrecadado era utilizado para financiar fugas e resgates. Como o governo não deu credibilidade, o PCC se estruturou e passou a controlar cada vez mais as operações dentro das prisões (Souza, 2007).

Ao longo dos anos, aboliu-se o crack em todas as cadeias da facção no estado de São Paulo. Em um dos capítulos de seu livro, “Estação Carandiru”, Drauzio Varella (1999) narra o que observou do fenômeno da chegada do craque aos presídios e seus efeitos. O crack invadiu a cadeia em meados de 1992, foi o substituto do famoso ‘baque’, como era conhecido o uso da cocaína injetável, uma droga compulsiva, mas a ação do crack era ainda mais instantânea e altamente viciante.

Para além da proibição da venda e consumo do crack, a atuação da facção viabilizou as visitas, o acesso aos itens de higiene básica como sabonetes e creme dental, para o preso em dificuldade, como aquele que não recebe visitas e nenhum tipo de ajuda externa, por exemplo. Organizaram também um modo de fazer negociações lícitas e ilícitas com funcionários do presídio. Desse modo, conseguiam oferecer aos presidiários uma ordem previsível para a vida cotidiana, ao contrário do cenário anterior. Tudo isso passou à frente do Estado que pagou pela sua omissão e improbidade administrativa e prevaricação (Feltran, 2018).

E assim o Comando alcançou o respeito e contou com a parceria da massa prisional paulista. Em fevereiro de 2001, o sistema penitenciário do Estado de São Paulo foi fortemente

impactado. Durante um domingo à tarde, dia de visita, estrategicamente escolhido para conter uma reação violenta das autoridades, 29 unidades prisionais da cidade de São Paulo, da Região Metropolitana e do interior do estado gradativamente rebelaram-se e funcionários e familiares de detentos foram feitos reféns. Estima-se 30.000 presos envolvidos e 10.000 familiares reféns (Manso; Dias, 2018; Salla, 2006).

A maioria das prisões que se rebelaram compunham a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e as outras ao sistema policial. Uma parte das unidades prisionais estava previamente articulada para compor este ato e outras apenas foram aderindo, conforme chegava a informação através da mídia sobre as revoltas coletivas em diversos presídios. Esse impressionante movimento sincronizado, a maior rebelião já registrada na história do Brasil até então, foi liderado pelos prisioneiros membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) (Salla, 2006).

Os objetivos das rebeliões eram muito claros: não só eles queriam pressionar a administração penitenciária para que os líderes voltassem à Casa de Detenção de São Paulo, pois haviam sido removidos dali, bem como denunciavam as péssimas condições das prisões em diversos âmbitos, alimentação ruim, falta de assistência médica ou judiciária, as opressões praticadas pelas autoridades, superlotação e, enfim, diversas violações de direitos humanos (Salla, 2006). Existia o propósito de demonstrar o surgimento e progresso do PCC como uma organização capaz de desafiar o Estado e iniciar um movimento de ação em grupo para expandir o número de adeptos do partido. Amplamente veiculada pela mídia, a megarrebelião atraiu a atenção de milhares de espectadores que acompanharam pela televisão via mídia nacional, para além da veiculação internacional dos fatos (Souza, 2007).

De acordo com Josmar Jozino, sociólogo, repórter policial, escritor e especialista na história do PCC, durante entrevista à série documental do UOL (2019) sobre a facção, todo secretário de segurança negava a existência do PCC à época e ao não reconhecer a existência, não previram a dimensão que chegaria, por isso não foi devidamente combatido desde o início. Após a dimensão das rebeliões em 2001, foi muito difícil continuar negando (Souza, 2007).

Com o objetivo de criminalizar as lideranças do PCC foi criado o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). O detento passava, no máximo, 360 dias em uma cela individual, com visitas mais restritas e com saídas da cela mais limitadas, porém essa estratégia foi insuficiente

para deter as rebeliões. Depois de toda projeção da mídia, a organização ganhou mais visibilidade com a adesão de novos membros, após o episódio de 2001 (Manso; Dias, 2018)

Entre 2002 e 2003 a estrutura interna do PCC passou por uma reorganização. Os chefes do Comando eram Cesinha e Geleião, que tinham como prioridade chocar as autoridades com atos antissistema, mas Marcola vinha se destacando como liderança por enxergar no PCC um negócio muito lucrativo. Os primeiros, desconfiando da lealdade de Marcola, mandaram assassinar a esposa dele, que era advogada. Essa atitude fez com que a massa carcerária ficasse ao lado de Marcola, expulsando os outros dois (Manso; Dias, 2018).

Marcola consolidou liderança e o PCC uma das maiores facções do país. O sistema de gestão do PCC é organizado por *Sintonias*<sup>7</sup> autônomas, incorpora as estruturas de empresa e de comando militar ao modo mais amplo de se pensar como rede, mas a interpretação mais adequada é percebê-la como uma “irmandade secreta”. O compromisso com o mundo do crime é a principal cobrança para com o membro que depois de batizado se torna um irmão, esteja ele em que posição da hierarquia estiver. (Manso; Dias, 2018; Feltran, 2018).

Na hierarquia da organização as posições de sintonia ou de disciplina demonstram autoridade, não do indivíduo, mas da posição, embora as pessoas que ocupem um lugar nas seguintes sintonias precisem merecer, ter competência suficiente para estar nessas posições. A responsável pela arrecadação do dinheiro é a Sintonia do progresso, à Sintonia Restrita cabe cuidar dos planos de estratégia, a parte inteligência da facção (Feltran, 2018).

Um membro<sup>8</sup> de uma determinada sintonia sabe exclusivamente o que compete à sua função e as informações da sintonia que ele compõe. A sintonia final geral, por vezes chamada de cúpula, seria um conjunto de 12 ou 14 posições políticas responsáveis pelas decisões políticas de toda irmandade nacional e internacionalmente. Essa sintonia final geral fica responsável pelos assuntos vedados às sintonias de todos os estados brasileiros e países em que há irmãos atuando, também de todas as cadeias do PCC, de todas as quebradas, do Paiol, as armas da facção, dos

---

<sup>7</sup> “Regime de relações que permite que uma iniciativa, idéia, ato ou enunciado de alguém acione uma cadeia imitativa que ressoe, não sem resistências e adaptações, entre os que estão ‘na mesma caminhada’.”. Ver glossário de termos nativos em: BIONDI, Karina. Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC. Editora Terceiro, 2010. Disponível em: [bit.ly/3t7Ck3Q](http://bit.ly/3t7Ck3Q).

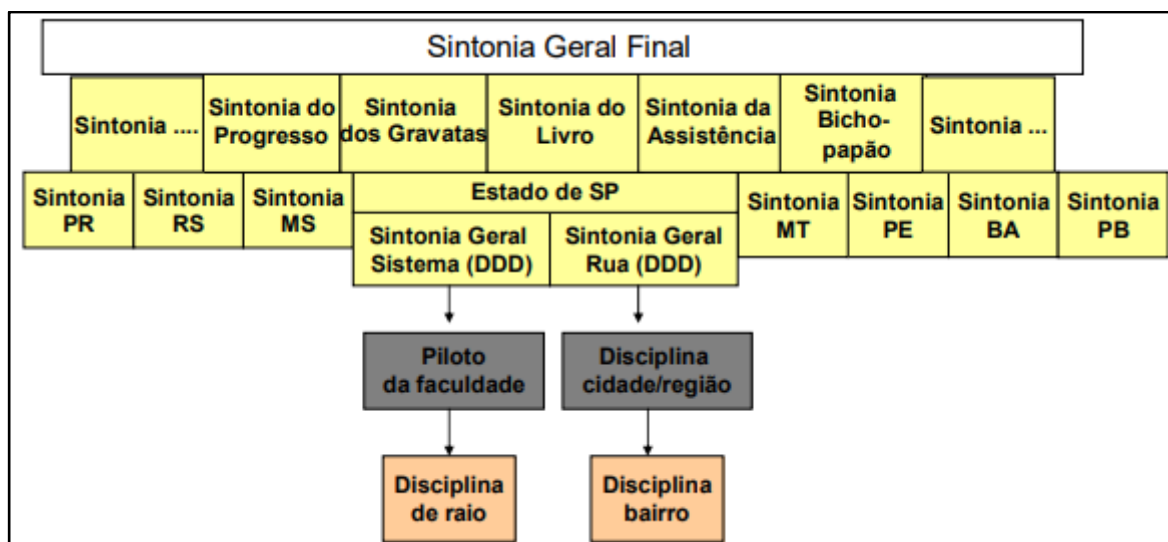
<sup>8</sup> Também chamado “disciplina”. Ver: Ferreira, 2018; Feltran, 2018

chamados Gravatras que são os advogados e do Progresso, responsável pelo dinheiro (Feltran, 2018).

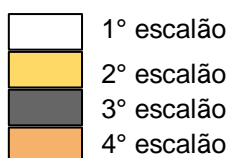
Conforme destacado por Dias (2011) a análise da dinâmica do PCC e de suas implicações nas áreas em que atua de forma mais intensa requer a consideração dos dois pilares que compõem e sustentam sua estrutura: o aspecto político e o econômico. Os desafios para manter essa estrutura e posição tornam-se significativamente mais complexos quando se leva em conta a forte dependência em relação ao apoio político, seja ele anterior ou durante o crescimento econômico. Esses pilares, presentes desde a fundação do PCC, embora se modificados ao longo do tempo, mantêm-se em constante interação e complementaridade, conferindo à organização sua singularidade, que não pode ser simplificada por categorizações pré-concebidas.

Ao representar a estrutura a seguir, do PCC, Dias, 2011 optou por dividi-la em três níveis de abrangência, evidenciando as conexões entre esses níveis hierárquicos e as ramificações que possibilitam ao Comando estender sua influência por várias localidades, demonstrando assim a capilaridade desse poder exercido através dos *irmãos* da organização.

Figura 1: Organograma da atual estrutura hierárquica geral



Fonte: Dias (2011, p. 222).



Embora a estrutura acima possa parecer hierárquica, em todos os casos, as posições são, na realidade, intercambiáveis. Na filosofia do PCC, todos os criminosos devem estar prontos para assumir uma liderança por um período determinado, dependendo da ameaça das forças de segurança à organização. Essa estrutura estabelece um código de conduta único que define os padrões de interação de poder em diversos ambientes controlados pelo PCC (Ferreira, 2018).

### **1.1.1 A Trajetória: Expansão nacional**

A literatura especializada sobre o PCC mostra que partindo do estado de São Paulo, o PCC conseguiu exercer o papel de agência reguladora, mediando conflitos entre seus membros, criou e impôs protocolos comerciais, regras de convivência e castigos para aqueles que as descumprissem. O método não só funcionou, como possibilitou a ampliação de seus negócios e ganhos financeiros, alcançando atacadistas de drogas e armas nas fronteiras, e assim distribuiu mercadorias para vendedores no varejo enquanto dominam o mercado do atacado em vários estados brasileiros.

Não só o PCC dominou o cotidiano de mais de 150 presídios, mas controlou os territórios das periferias paulistas para ali exercer seu poder. Ou seja, quem desrespeitasse interesses criminosos coletivos teria que prestar contas quando fosse preso, uma vez que dominam o sistema prisional paulista. Em maio de 2006, o Comando realizou diversos atentados contra agentes de segurança, delegacias, ônibus e postos policiais. Em um único fim de semana 59 policiais e agentes foram mortos. O ataque começou em São Paulo e se espalhou por outros estados do Brasil, como Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Manso; Dias, 2018).

Os criminosos deram uma demonstração de violência e poder de intimidação depois que o governo do estado de São Paulo transferiu mais de 700 de suas lideranças para um presídio de segurança máxima. O ocorrido foi interpretado como uma demonstração de violência e poder de intimidação do PCC, para mostrar aos criminosos que havia uma autoridade a ser respeitada no mundo do crime paulista e para os governantes que perceberam que tinham um problema enorme para lidar (Manso; Dias, 2018).

O PCC estabeleceu sua presença dominante nos mercados ilícitos de cidades estratégicas, especialmente nas proximidades da tríplice fronteira do Paraná e em municípios sul-mato-grossenses como Ponta Porã, Bela Vista, Coronel Sapucaia e Corumbá. Essa presença

estratégica permitiu ao PCC vantagens significativas sobre traficantes de outros estados brasileiros, consolidando sua posição de destaque como principal distribuidor de maconha e pasta-base de cocaína para o mercado atacadista nacional. Isso impulsionou o processo de nacionalização do grupo, que se intensificou em seguida, conforme confirmado por depoimentos na CPI do Tráfico de Armas entre 2005 e 2006 e internacionalmente posteriormente (Manso; Dias, 2018).

Embora a presença do PCC tenha se consolidado no Sul e Centro-Oeste, foi somente em um momento subsequente que o PCC expandiu sua influência para os estados do Norte e Nordeste, estendendo ainda mais sua presença e controle sobre os mercados ilícitos nessas regiões. A nacionalização do PCC foi um processo complexo e multifacetado, e que envolveu tanto a expansão dentro dos sistemas prisionais quanto fora deles. Essas duas dinâmicas, dentro e fora das prisões, se complementam e reforçam mutuamente. Além disso, a expansão do grupo para regiões fora do Sudeste, principalmente o Norte e o Nordeste, ocorreu por meio da migração de indivíduos vinculados a esses grupos, muitos deles envolvidos em quadrilhas que realizavam grandes roubos, como bancos, carros-fortes e cargas. Essas quadrilhas buscaram refúgio em áreas menos protegidas e com menor capacidade de resposta às ações ousadas, que muitas vezes envolviam o uso de armas de fogo de alto calibre e altos rendimentos. Esse processo marcou o início de uma migração criminal dos centros urbanos para regiões mais afastadas (Manso; Dias, 2018).

A chegada do PCC em Roraima foi marcada por uma série de eventos significativos. Em outubro de 2016, na superlotada Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), iniciou-se “a maior e mais mortal sequência de assassinatos em massa na história do sistema carcerário, do Brasil e do mundo”. A situação precária da prisão, com cerca de 1,5 mil presos em um espaço projetado para apenas 750 pessoas, refletia o descaso do Estado, com direitos básicos negligenciados, como saúde e assistência jurídica. O presídio era praticamente uma pequena vila, com lojas, uma igreja e até uma academia de ginástica construída pelos presos com barracas de lona, placas de madeira e embalagens de marmitex. Enquanto as autoridades demonstraram aparente flexibilidade no enfrentamento às facções, incluindo o Comando Vermelho (CV), essas já estavam se fortalecendo em Roraima. O PCC começou a se organizar no estado em 2014 e, para enfrentar o Comando Vermelho, adotou uma estratégia de filiação em massa, chegando a quase 1000 filiados antes do violento motim de outubro de 2016. Esse



contexto tumultuado marcou a entrada do PCC em Roraima, ampliando sua influência no mundo das prisões da região (Manso; Dias, 2018).

A chegada do Primeiro Comando da Capital (PCC) em Roraima e sua subsequente rivalidade com o Comando Vermelho (CV) foram marcadas por uma série de eventos e estratégias. O CV começou a se organizar no estado em 2014 e no Natal daquele ano, membros do grupo coordenaram uma série de ataques a ônibus em Boa Vista, como forma de protesto contra as condições nas prisões. No ano seguinte, o PCC implementou sua estratégia de adesão em massa para rivalizar com o CV atraindo quase mil novos membros antes do tumultuado motim de outubro de 2016. O ambiente na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo tornou-se cada vez mais explosivo à medida que os grupos cresciam. Os presos fabricavam armas brancas com materiais improvisados, e a ruptura formal entre os grupos em junho de 2016 criou um impasse, levando o PCC a iniciar uma ação surpresa durante as visitas de domingo. Usando um pedaço de coluna de concreto como aríete, eles abriram buracos em paredes que os separavam dos rivais, invadindo armados com facas e chaves de fenda. O confronto resultou na morte de dez pessoas, incluindo Valdiney de Alencar Souza, conhecido como Vida-Loka, um dos organizadores dos ataques a ônibus em 2014. A violência incluiu decapitações e corpos queimados, tornando-se um padrão nos conflitos (Manso; Dias, 2018).

A disseminação das imagens da barbárie por meio de celulares, contrabandeados para as prisões de várias maneiras, chamou a atenção das autoridades e da sociedade em geral. A luta para bloquear os sinais de celular nas prisões envolveu um debate de duas décadas entre governos estaduais, federais e operadoras de telefonia móvel, mas os dispositivos continuaram em uso. Embora a situação parecesse temporariamente sob controle após as rebeliões em Roraima e outros estados, as tensões entre os grupos criminosos persistiram, com o PCC enviando um comunicado para a massa carcerária, popularmente conhecido como salve geral, listando conflitos isolados em diferentes estados e apontando a falta de cooperação do CV em punir dissidentes como motivo para a desunião. Isso indicou que o cenário de instabilidade estava longe de ser resolvido, e as placas tectônicas do crime continuavam a se movimentar, prenunciando futuros terremotos no submundo do crime brasileiro (Manso; Dias, 2018, p.24).

PCC — Comunicado Geral\* — Data 11/11/2016 — \*Estados e Países...\*

Que apesar das turbulências todos possam estar com saúde força e vontade de lutar. O resumo disciplinar dos estados e países vem através deste determinar para todos irmãos

que estiverem em unidades que possam estar correndo risco de vida ou até mesmo de ser agredido pelo \*CV\* ou qualquer outra facção rival que saia \*Imediatamente\* da unidade ou \*Rasgue a nossa camisa\* pois não vamos permitir que irmãos fiquem no meio de inimigos nosso, pois é determinação pra que saia imediatamente. E se estiverem em unidades que são favoráveis a nós e tenha \*CV\* ou qualquer outra facção rival é pra colocar pra fora e se o mesmo se negar a sair é pra quebrar na madeira e se persistir infelizmente lhe custará a vida, o nosso objetivo é limpar nosso meio ou sair de unidades desfavoráveis, pois não tem mais lógica conviver com quem não quer convívio com nós. \*O Primeiro Comando da Capital\* nunca buscou guerra mais fomos desafiados a ponto de chegar a esse extremo. Estamos buscando preservar a vida de todos nossos irmãos e se precisar de qualquer apoio pra sair que busque a sintonia do seu estado e se não tiver apoio busque a \*hierarquia acima\* mais deixamos claro que não vamos mais admitir que nossos irmãos vivam em meio a constrangimento. Aquele que deixar de cumprir essa \*Determinação\* sera passivo de \*Punição\* e sua atitude sera analisada pela sintonia. No mais fica aqui o nosso leal e sincero abraço e deixamos claro que estamos juntos de verdade.

\*Ass: Resumo disciplinar dos Estados e Países.

As autoridades não atuavam de forma a solucionar efetivamente os massacres. A responsabilidade de conter os estragos ou interromper essa sequência recaiu sobre os próprios presos. Em novembro de 2016, o PCC tentou tomar medidas para resolver a situação, instruindo seus membros em presídios onde eram minoria a buscarem transferências imediatas ou a saírem do grupo. Esse movimento marcou o fim de uma convivência que durara mais de 15 anos entre as duas maiores facções criminosas do Brasil.

### **1.1.2 Transnacionalização**

O Primeiro Comando da Capital (PCC) é um exemplo notável de atores violentos não estatais que ultrapassam fronteiras e demonstram uma notável estrutura organizacional, com duas características distintas: primeiramente torna-se evidente que se trata de um grupo não estatal que não se limita ao mercado interno, mas expandiu suas operações para diversos países da América do Sul. Isso o classifica como um ator transnacional, envolvido no tráfico de drogas e em atividades violentas, como extorsões, homicídios e ataques às autoridades do Estado, não apenas em sua nação de origem, mas também no Paraguai e na Bolívia, estabelecendo parcerias com organizações criminosas violentas, conhecidas como "bandas criminales", na Colômbia (Ferreira, 2018).

Seus negócios têm alcance global e atendem consumidores na Europa e na América do Norte, utilizando a África Ocidental como um ponto de trânsito crucial. Essa tendência foi inicialmente

relatada pelas autoridades judiciais brasileiras em 2009 e tem se mantido nos anos mais recentes com enorme repercussão na mídia e entre as autoridades no assunto (Ferreira, 2018).

O processo de transnacionalização do PCC se intensifica na década de 2010 por meio de um plano chamado “projeto Paraguai” (Manso; Dias, 2018). O projeto tinha vários objetivos, dentre eles, os principais: Expansão em território nacional, conhecimento sobre a plantação e distribuição de drogas ilícitas e disputa pela rota do tráfico. A execução deste novo projeto se dava na fronteira do Brasil com o Paraguai, que também faz fronteira com a Argentina e a Bolívia, uma região com muitas disputas perigosas em relação ao tráfico de drogas. Quem controla a região da fronteira conseguia comandar a transação de mercadorias ilícitas entre os países latinos e o Brasil. Há mais de uma década a facção mantém a Interpol e o FBI, além do Departamento de Narcóticos dos Estados Unidos atentos (Feltran 2018; Manso; Dias 2018).

Em janeiro de 2015, contas na China e nos Estados Unidos, suspeitas de serem usadas para lavagem de dinheiro do PCC, foram desvendadas pela polícia e pelo Ministério Público. Durante o período de 2013 a 2014, há a suspeita de que a facção tenha movimentado uma quantia estimada em R\$100 milhões, embora esse valor seja apenas uma estimativa (Hisayasu, 2016).

Em junho de 2016, o PCC conduziu uma operação para assassinar Jorge Rafaat, um chefe do tráfico bem estabelecido que controlava grupos criminosos que operavam na área de fronteira. A morte de Rafaat é considerada um fato importante na dinâmica ilícita da região e o início do domínio do PCC. O evento teve um impacto significativo nas rotas do tráfico de drogas e reformulou as relações entre as organizações criminosas. Após o assassinato, o PCC rompeu alianças com a principal facção criminosa do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho - que usava intensamente a fronteira paraguaia para o tráfico de drogas. Esse rompimento fez com que as duas organizações, que cooperavam há muito, se armassem uma contra a outra e buscassem novas alianças (Machado, 2019).

No mesmo ano, já podia-se afirmar que 80% dos lucros do PCC vinham do tráfico de drogas, aproximadamente 40 toneladas de cocaína ao ano, totalizando R\$200 milhões ao ano. Os 20% residuais do lucro geral da organização são resultado de outras atividades ilícitas, como roubo a bancos, sequestros, tráfico de armas, rifas vendidas aos detentos e a mensalidade de seiscentos reais que cada um dos, mais de 10.000, membros do PCC pagavam naquele momento em troca

de proteção. Ao menos 7.000 deles estavam privados de liberdade. A nível de exemplo não apenas de ganhos, mas também de gastos, uma planilha financeira confiscada pela polícia no mesmo ano revelou R\$ 1.800.000 pagos para advogados apenas no estado de São Paulo (Hisayasu, 2016; Ferreira, 2018).

A América do Sul abriga países produtores de cocaína, como Colômbia, Peru e Bolívia, além de um produtor de maconha de boa qualidade, o Paraguai. O Brasil tem mais de 15.000 km de fronteira com dez países diferentes. A posição geográfica do país, combinada com a infraestrutura estabelecida, é estratégica para os traficantes internacionais de drogas que se beneficiam de vários portos marítimos, aeroportos e da presença irregular do Estado em grandes áreas de seu território. Esses são alguns dos fatores que levaram o Brasil a ocupar a primeira posição entre os países sul-americanos como ponto de partida da cocaína que chega à Europa, África e Ásia (Machado, 2019).

Dado que o PCC está habituado a operar em um monopólio de mercado, como faz no estado de São Paulo, a desorganização do CV e a preocupação com os concorrentes na guerra de facções do Rio de Janeiro foram vistas como um obstáculo. A cisão entre as duas maiores facções criminosas do Brasil gerou um conflito violento que afeta não só o Paraguai, mas também o Norte do Brasil. Além da vingança, o conflito nas prisões do Norte do Brasil faz parte de uma competição no mercado de drogas e demonstra que a rota de drogas da Amazônia não seria facilmente controlada pelo PCC. A maior cidade do norte do Brasil, Manaus, é um centro de tráfico para enviar drogas para a Europa e a África Ocidental (Ferreira, 2018).

Facções menores do que o PCC já operaram o tráfico de drogas no norte do Brasil na chamada rota do Solimões, se aliaram ao CV, como a Família do Norte (FDN). Foi exatamente o controle da rota do Solimões que esteve em jogo nos violentos confrontos nas prisões em outubro de 2016 e janeiro de 2017. Como o PCC monopoliza a rota Paraguai-Santos-Europa, o grupo vê o controle dessa rota de alta rentabilidade e proximidade fundamental com produtores como Peru e Colômbia como o próximo passo para a expansão de seu negócio no tráfico de drogas (Neher, 2017; Sampaio 2017<sup>9</sup> *apud* Ferreira, 2018). Portanto, para alcançar a hegemonia no país, a facção trabalha para construir uma rede de contatos e se fortalecer em pontos estratégicos do

---

<sup>9</sup> Sampaio A (2017) *Aggressive takeover: shifts in Brazil underworld augur rising violence*, IHS Jane's Intelligence Review, 44-49

Brasil: no Norte, o foco são os estados que fazem fronteira com países produtores de cocaína, como Bolívia, Peru e Colômbia. É justamente no Mato Grosso do Sul e no Paraná, que fazem fronteira com o país vizinho, o Paraguai, que a influência do PCC é mais forte fora de São Paulo (Alessi, 2017; Ferreira, 2018).

Em 2018 o Ministério Público estimou mais de 30 mil integrantes batizados em todos os estados da federação brasileira. Estima-se pelo menos mais dois milhões de homens, mulheres e adolescentes, mesmo que não batizados prestando serviço ao Comando nas periferias, ruas e favelas de todo o país, no mesmo período. Integrantes da facção fazem negócios legais, o que configura a simbiose com o Estado previamente mencionado, e negócios ilegais no atacado em ao menos quatro continentes. Tem em sua rede de contatos e colaboradores as mais diversas origens étnicas, nacionais e sociais, ou seja, apesar dos estereótipos, é evidente que nem só de favelados e presidiários é composto o PCC (Feltran, 2018).

Dados apontam para a ocorrência de batismos transnacionais, envolvendo bolivianos, peruanos, colombianos e, mais recentemente, venezuelanos que se tornaram membros do PCC, como relatado em diversas matérias jornalísticas (El País, 2021; Estadão, 2018; Folha de São Paulo, 2018; UOL, 2019). A maneira como a organização e a vida na prisão em Puerto Suárez, uma cidade boliviana na fronteira com o Brasil, estão estruturadas, sugere, no mínimo, uma influência do PCC na Carceleta Bahia, uma prisão local. É plausível que a organização tenha exercido um controle direto sobre as operações de tráfico, tanto dentro quanto fora das prisões na Bolívia. Oliveira; Krueger (2018) expõem a hierarquia prisional, descrevem as influências do PCC na disciplina das celas, que, na configuração prisional boliviana, desempenham um papel semelhante ao estabelecido nas prisões brasileiras onde o Comando está presente.

Atualmente, é evidente que o PCC exerce controle sobre o mundo do crime em Corumbá- MS e está expandindo sua influência na Bolívia. Esse controle se manifesta por meio do estabelecimento de novas redes de relacionamento que surgem das relações de poder, delineando territórios que ultrapassam as fronteiras. A estrutura organizacional consolidada do PCC no Brasil está resultando na reconfiguração do tráfico de drogas, facilitado por meio do sistema prisional, e se expandindo para além das fronteiras, afetando a Bolívia e outros países vizinhos (Oliveira; Krueger, 2018).

Os imigrantes venezuelanos, por exemplo, devido a onda migratória já estão presentes em um número bastante expressivo no território roraimense, principalmente por ser o estado que faz fronteira com a Venezuela, assim sendo, esta pesquisa busca compreender como a cooptação desses indivíduos tem colaborado no processo de expansão internacional do PCC. Segundo denúncia do Ministério Público, ao menos 740 venezuelanos integram a facção no estado de Roraima. O Comando teria articulado aliança com o grupo criminoso “Trem de Aragua” da Venezuela (El País, 2021). O batismo e inclusão dos venezuelanos como *hermanos* e não apenas colaboradores mostra um estreitamento de laços entre os países por meio dos imigrantes.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO: os limites e as possibilidades da pesquisa**

No presente capítulo será detalhado o arcabouço metodológico que sustenta esta pesquisa. O objetivo principal é proporcionar uma compreensão dos meios e ferramentas utilizados para acessar, extrair, compreender e analisar os dados essenciais para esta dissertação. Ao longo desse percurso, serão discutidos os processos empregados, bem como as limitações enfrentadas ao longo da jornada. Essa seção é fundamental para a compreensão do modo como este trabalho será desenvolvido, abrangendo a ocorrência de episódios específicos, e destaca a disponibilidade e a contribuição da literatura acadêmica relevante que constituem a base da pesquisa. De acordo com Queiroz (1991, p.46)

O termo “ pesquisa” significa um esforço da inteligência, esforço cuidadoso, constante, atento, aprofundado e conseqüente, no sentido de chegar-se a conhecer algo. A pesquisa se refere a uma questão que pesquisador ou equipe se propõe responder e, portanto, encerra dificuldades a serem vencidas; todo trabalho visando solucionar algo requer ao mesmo tempo reflexão crítica e ação organizada, requer portanto esforço mental e esforço material.

Nesse contexto, Queiroz (1991) enfatiza a natureza desafiadora da pesquisa e sua demanda por um esforço intelectual e de organização contínuos. Ao adentrar no percurso metodológico desta dissertação, é crucial compreender a seriedade e a profundidade inerentes a essa jornada de descoberta e compreensão. A começar pela dificuldade de lidar com um objeto que se reveste de toda uma complexidade que acaba por abrir inúmeras possibilidades de entendimento.

Para a compreensão do fenômeno estudado não chegaríamos ao todo desse mosaico de conhecimento sem a “imaginação sociológica” proveniente dos conceitos de C. Wright Mills (1982). Em sua obra, já clássica, conseguimos caminhar no sentido da praticidade, da verificação de dados, da solução de variáveis - antes sem pontos e cortes - e do respeito aos limites da burocracia e dos espaços livres e fissuras institucionais nos quais captamos as mensagens reais de todo processo.

Percebemos em sua obra como a estrutura social se modifica ao sabor das relações humanas que se configuram e se reconfiguram a todo momento e, não menos importante, como a ciência humana pode ser apresentada como um “artesanato intelectual” (Mills, 1982, p. 211), principalmente na pintura de um quadro na qual se faz presente os problemas da coleta de dados, as informações empíricas – as quais podem inicialmente nos enganar -, as dependências do

meio, a labuta diária do próprio trabalho de pesquisa, bem como todo o esforço de se afastar de nossos valores na tentativa de compreender o fenômeno como ele é, e não como deveria ser (Mills, 1982). A partir dessa compreensão, delineamos as linhas gerais do método que nortearam nossa investigação, destacando a abordagem que adotamos para enfrentar as complexidades e os desafios que em todo caminho se fizeram presentes.

## **2.1 Linhas gerais sobre o método**

Entendemos o conceito de metodologia tal como exposto por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1991), isto é “a metodologia seria a reflexão sobre o caminho ou caminhos seguidos pelo cientista em seu trabalho, nas diversas fases da proposição da pesquisa e de sua realização [...] pela ação do cientista sobre a realidade” (Queiroz, 1991, p. 27).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que por meio da análise indutiva buscou identificar as causas subjacentes de sua manifestação e, em seguida, procurou compreender como ocorreram as conexões entre os fenômenos. O argumento indutivo em pesquisa qualitativa visa ampliar o conhecimento, permitindo diferentes graus de força e generalização conforme a sustentação das premissas à conclusão, embora possa sacrificar, por natureza das ciências humanas, a precisão (Mills, 1982). O processo envolve três etapas: observação dos fenômenos para descobrir suas causas, descoberta de relações entre eles por meio de comparação e, finalmente, a generalização da relação dos fatos semelhantes os quais nos levaram à classificação, categorização e conhecimento da realidade apresentada. Esse método visa observar, em resumo, o que nos ensinou Lakatos e Marconi (2003), os acontecimentos, fatos ou fenômenos, seguido posteriormente pela classificação e, por fim, o alcance da generalização baseada nas relações outrora identificadas.

O estudo de caso, conforme descrito por Goldemberg (2004), é um método de pesquisa que se baseia na ideia de que o conhecimento sobre um fenômeno pode ser obtido por meio da investigação intensiva de um único caso. Originado na tradição médica, esse método tornou-se uma abordagem central na pesquisa qualitativa em ciências sociais. Ele não se limita a ser uma técnica específica, mas sim uma análise abrangente que busca compreender uma unidade social, que pode ser um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, em seus próprios termos. O estudo de caso é utilizado não apenas para analisar uma parte do todo, mas para representar o todo em si. No que se refere a um objeto delimitado em seu espaço e tempo, ele



busca capturar a totalidade de uma situação e nos auxilia a descrever a complexidade do caso em pesquisa.

A combinação de técnicas no estudo de caso, conhecida como triangulação tal como indica Goldemberg (2004, p. 63) “tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social”. Na pesquisa qualitativa, adotamos uma abordagem que reconhece a importância de elementos que podem ou não passar pelas medidas de tendência central provenientes da estatística, mas que em nosso trabalho foram utilizadas somente como pontos de explicação.

No caso em tela, optamos pela pesquisa qualitativa, em estudo de caso, dado que estamos analisando informações provenientes de atores privilegiados no cenário da segurança pública. Temos nessa conjuntura, crenças, valores e interpretação de informações divergentes e muitas vezes iguais e soberanas nos discursos acerca das idiossincrasias do objeto. A complexidade de compreensão do objeto em análise repousa bem na pesquisa qualitativa, na qual lidamos com categorias simbólicas, cristalizadas por imperativos morais e éticos. E, não poucas vezes, crenças e ideias que não devem caminhar no erro ou em opiniões equivocadas tal como quer o tempo da mídia.

Nossa pesquisa operou no sentido da comparação, da verificação empírica de narrativas e da existência do caso em pleno desenvolvimento e amadurecimento no tempo e no espaço determinado. A partir dessas considerações, o processo de pesquisa se iniciou pela análise das referências bibliográficas.

## **2.2 Cenário da pesquisa**

As considerações acerca do cenário desta pesquisa adquiriram relevância significativa em virtude de dois fatores: em primeiro lugar, do tema da pesquisa e, em segundo lugar, do seu recorte geográfico. O tema abordado, que trata da expansão da atuação internacional de uma organização criminosa, envolve complexidades que tornam especialmente desafiador o acesso às informações, sobretudo quando a isso está somada a possível cooptação de mão de obra imigrante para a execução e manutenção dessa empreitada transnacional. Tornando difícil pela questão do denominado “crime organizado” e sensível em razão da questão migratória.

Explorar a organização criminosa PCC como tema de pesquisa já foi, por si só, um desafio considerável; no entanto, investigar sua atuação no estado de Roraima, região norte do país, estando em Minas Gerais, adicionou uma série de obstáculos, a começar pelos mais de quatro mil e quinhentos quilômetros de distância. Como destacado por Donald Cressey (1967) são escassos os estudos conduzidos por cientistas sociais que abordam o crime organizado utilizando dados primários, ou seja, informações coletadas diretamente por meio de métodos tradicionais de pesquisa nas ciências humanas, como entrevistas, questionários e etnografia. Essa escassez de pesquisas é - em grande parte - resultado das complexidades metodológicas intrínsecas ao objeto de estudo, caracterizado pela natureza sigilosa das atividades da organização e pela confidencialidade das investigações, assim como dos dados obtidos pelas agências de controle.

De acordo com Frida Möller (2011), ao lidar com a violência em nível da análise, as notícias e as narrativas são duas fontes importantes de informação para o pesquisador. É difícil realizar uma pesquisa de campo convencional para analisar um “ator” como um “grupo criminoso” em seu *habitat*, pois eles agem de forma sigilosa, dado que suas atividades são na maioria das vezes ilícitas. Assim, investigamos uma combinação de fontes para fornecer uma análise adequada. Em primeiro lugar, foi realizada a busca pela literatura acadêmico-científica, bem como relatórios do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) que possibilitasse a descrição e compreensão da origem do grupo PCC no sistema penitenciário, tal como o seu *modus operandi* e eficácia de sua expansão para outros territórios domésticos até o momento em que sua atuação transcende as fronteiras nacionais, tornando-se a maior organização criminosa da América do Sul, bem como referências que pudessem embasar a discussão sobre a relação entre segurança pública, Estado e atores criminais.

Em segundo lugar, levando em consideração que o PCC atrai muita atenção da mídia, as notícias foram consideradas fontes complementares e foram examinadas como narrativas de reportagens jornalísticas de diferentes fontes, especialmente as que tratavam sobre a presença de membros venezuelanos cooptados pelo PCC atuando em Roraima. Ao contrário da literatura acadêmica, dentre as várias notícias pesquisadas sobre a atuação do PCC na região norte do Brasil, publicadas entre 2018 e 2023, pelo menos dez tratavam sobre a cooptação de imigrantes venezuelanos em Roraima e mencionaram a ampliação internacional da facção neste processo.

Essas reportagens, no sentido de legitimação da informação, têm em seu conteúdo a presença de entrevistas com funcionários da Segurança Pública do Estado de Roraima e do Sistema Penitenciário, que apresentam dados e documentos que comprovam não apenas a colaboração de imigrantes venezuelanos nas atividades da facção, mas também que eles estão sendo batizados e considerados “irmãos” do PCC. Além disso, algumas reportagens revelam que alguns dos imigrantes cooptados já estão ocupando posições de maior responsabilidade dentro da hierarquia da facção, operando não apenas na base, mas também assumindo cargos de liderança.

Em razão da pouca disponibilidade de estudos anteriores sobre cooptação de imigrantes pelo PCC e mais especificamente a ausência de publicações científicas sobre cooptação de imigrantes venezuelanos, já que se trata de um fenômeno relativamente recente, esta dissertação apresenta algumas limitações. Esse tema de pesquisa foi escolhido por ser de suma importância e a literatura especializada tem se esforçado para debater os dois elementos integrados destacados acima, ou seja, o PCC e a cooperação de imigrantes venezuelanos. O estado de Roraima faz fronteira com a Venezuela e tem sido a principal porta de entrada para esses imigrantes no país, o que resulta em uma concentração significativa deles no estado. O presente método de pesquisa envolveu a abordagem de estudo de caso justamente para examinar a interseção desses dois fenômenos: o PCC e a imigração venezuelana, e compreender como o PCC utilizou e de que maneira vem maturando e desenvolvendo o tráfico com essa mão de obra.

O cerne deste trabalho residiu na importância de investigar essa questão, uma vez que se compreende que o PCC, um ator violento não estatal de grande porte e impacto, pode exercer influência significativa sobre os imigrantes venezuelanos, não apenas em Roraima, mas em todo o território brasileiro. No entanto, nosso foco geográfico específico é o estado de Roraima e como a atuação da facção coloca os imigrantes em uma posição ainda mais vulnerável, considerando sua já existente vulnerabilidade socioeconômica. Buscamos compreender se essa vulnerabilidade preexistente se tornou uma facilitadora do recrutamento desses indivíduos pela facção criminosa.

Nesse contexto, tínhamos apenas um único contato em Roraima, uma pessoa que já não falávamos há muito tempo, com quem havíamos tido um vínculo profissional há alguns anos

em um projeto que auxiliava pequenas empreendedoras imigrantes venezuelanas na gestão de seus pequenos empreendimentos, durante a pandemia. Contudo, não tivemos nenhum contato pessoal com ninguém de Roraima, nem com as beneficiárias do projeto, tampouco com a ex-colega moradora de Boa Vista. Assim que decidimos pelo recorte geográfico em que se desenvolveu a pesquisa, contatamos esta ex-colega que, com exceção de residir em Roraima, em nada se relacionava com a temática pesquisada, nem pessoal nem profissionalmente, nem com imigrantes, nem com brasileiros membros da organização criminosa, mas que prontamente se disponibilizou a buscar e indicar pesquisadores da universidade que tivesse condições de contribuir por meio de entrevistas e informações.

### **2.3 Procedimento da coleta de dados**

Tratando-se do percurso metodológico associado à pesquisa sobre organizações criminosas, a reflexão de Cressey (1967) é fundamental, uma vez que os desafios metodológicos que são inúmeros derivam de natureza clandestina e violenta das atividades exercidas por essas organizações.

Os problemas metodológicos básicos decorrem do fato de que as atividades contínuas dos criminosos organizados [...] simplesmente não são acessíveis à observação do cidadão comum ou pelo cientista social comum. Mesmo para obter acesso às observações feitas pelos órgãos de aplicação da lei e órgãos de investigação, é preciso ter conexões (Cressey, 1967, p. 102).

De acordo com Queiroz (1991), a qualidade do material obtido em uma pesquisa está intrinsecamente ligada à seleção do informante, o que, por sua vez, demanda que o pesquisador possua algum grau de conhecimento prévio sobre o entrevistado em questão. Quanto maior for a familiaridade do pesquisador com o informante, maior a confiabilidade do relato que será obtido. No entanto, quando o pesquisador tem menos conhecimento prévio sobre o informante, a qualidade das informações pode depender mais de fatores imprevisíveis, como a sorte, a conjuntura, o contexto e várias circunstâncias nas quais se encontra o entrevistado. Mesmo ao lidar com informantes bem conhecidos, o pesquisador não pode garantir com certeza o curso que a narrativa tomará, uma vez que esse desdobramento depende da experiência pessoal do informante, sua habilidade de comunicação e vários fatores momentâneos que também influenciam a qualidade da narrativa.

Após decidido que a terceira ponta da triangulação das fontes deste estudo de caso seria composta por uma entrevista semiestruturada, iniciamos a busca por conexões que pudessem intermediar possíveis contatos para entrevistas. Após a qualificação, com as caras contribuições da banca, àquela altura ainda não havíamos definido a qual narrativa daríamos ênfase, a condição objetiva e subjetiva dos imigrantes cooptados pelo PCC, ou a percepção das autoridades e pesquisadores da área. Por indicação de um professor, na mesma semana contatei uma pesquisadora mais experiente das temáticas de segurança pública e violência. A conversa com ela foi essencial para compreender, de forma mais concreta, as limitações em optar por entrevistar os imigrantes venezuelanos cooptados trariam para a pesquisa. Já seria difícil acessar as autoridades para realizar as entrevistas, porém contatar os *hermanos*, seja no cárcere ou fora dele, além de extremamente incerto seria muito arriscado. Ela deixou bem claro que escolher um lado seria necessariamente fechar a porta com o outro. A partir daí não houve mais dúvidas, a abordagem seria pelo ponto de vista das autoridades: agentes das forças de segurança, gestores da administração pública, defensores públicos e acadêmicos de Roraima.

Durante quase seis meses, foram pelo menos trinta contatados, alguns do zero, mas a maioria partiu de uma indicação atrás da outra, entre pessoas físicas, organizações da sociedade civil e inclusive o programa do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima (UERR). Contatei a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação desta última para averiguar se alguém do corpo docente teria disponibilidade para uma conversa, mas nunca tive retorno do e-mail enviado e apesar das tentativas, por telefone também não.

Um professor, de fora do mestrado, que havia estado há pouco em Roraima e se interessara quando compartilhei o tema e os desafios de conseguir contatar as pessoas, logo compartilhou o contato de um ex-secretário adjunto de educação do estado de Roraima que havia conhecido. Apesar da boa vontade do professor e da promessa de analisar de que modo poderia fazer contribuir com a pesquisa, infelizmente não obtivemos retorno nas últimas tentativas.

Por meio da ex-colega de trabalho que vive em Roraima, foi possível conseguir o contato de um dos entrevistados, o qual pesquisa mercados ilícitos. Ele confirmou ter muito interesse em contribuir e relatou inclusive já ter tentado avançar na temática do cooptação de imigrantes venezuelanos pelo PCC em um trabalho de campo. Disse ter identificado venezuelanos

prestando serviço para a organização criminosa, mas que até então não teve sucesso nas tentativas de entrevistá-los. “É um processo de conquista da confiança deles e não há garantias de que vá ser bem-sucedido”. Por meio dele tivemos a recomendação de um outro pesquisador que também concordou em colaborar com a pesquisa.

Um colega do mestrado, defensor público, participou de um congresso de defensores em nível nacional e solicitamos sua ajuda em relação ao contato de alguém da defensoria pública de Roraima, não havia ninguém do estado presente no congresso, mas uma defensora do Amazonas conseguiu o contato de uma defensora com quem conversamos. Ela não podia colaborar com a pesquisa pois a atuação dela em nada se relacionava com a temática pesquisada, mas nos auxiliou a conseguir o contato de uma defensora da vara de crimes e tráfico de drogas de Boa Vista e de um promotor de justiça que atua na vara de execução penal. Felizmente ambos concordaram em conceder as entrevistas. Um deles inclusive tentou intermediar um contato com uma pessoa que já dirigiu a principal penitenciária do estado, mas não foi bem-sucedido.

Conseguimos o contato de três policiais militares de Boa Vista, um deles chegou a concordar em conceder a entrevista, foi marcada, mas no dia combinado ele optou por não conceder a entrevista e indicou um outro colega, que de acordo com ele tinha mais experiência no combate ao crime organizado, os outros dois acabaram por não ser entrevistados, mas colaboraram muito indicando outros nomes, também militares, que toparam conceder a entrevista. Dentre eles, um general do exército que atua na Operação Acolhida e que prontamente aceitou participar da pesquisa, porém para que isto acontecesse era necessário solicitar autorização do Ministério do Desenvolvimento Social.

Assim fizemos, mas quando recebi o retorno do ministério fui orientada que “As ações acadêmicas a serem desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida devem passar por avaliação do Subcomitê Federal Para Acolhimento e Interiorização (SUFAI)” que tem critérios e procedimentos específicos. Mesmo sendo apenas uma entrevista com o Comando Operacional era preciso passar por esses critérios e ser submetido à apreciação do SUFAI em Reunião Ordinária. Para tanto, ao chegar nessa fase foi solicitado o envio do projeto de pesquisa, metodologia, roteiro de perguntas a ser aplicado nas entrevistas e aprovação pelo Comitê de Ética, o grande impeditivo é que o comitê de ética ainda não havia aprovado nossa solicitação e seguiu sem aprovar por mais um mês e meio, conforme desenvolveremos melhor a seguir.

Nesse caminho, não foi possível entrevistar um representante da operação acolhida e analisar as contribuições que ele traria para discussão do ponto de vista da ação que envolve o Governo Federal, estados, municípios, as Forças Armadas, órgãos do Judiciário, organizações internacionais e mais de 100 organizações da sociedade civil.<sup>10</sup>

O número de pessoas contatadas as quais deram respostas negativas ou tampouco responderam é substancialmente superior ao número de entrevistados finais. Portanto, é possível afirmar que foi um processo que demandou considerável investimento de tempo e energia e recursos financeiros. Em algumas ocasiões, após muito tentar via telefone com algumas ONGs, indicadas como organizações parceiras no site do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) onde em um primeiro contato por e-mail, me apresentei, expliquei os detalhes da pesquisa, incluindo seu escopo, que abrangia não apenas imigrantes venezuelanos, mas também a organização criminosa.

Em resposta, os membros afirmaram que não tinham contribuições a fazer para a discussão ou que não tinham interesse em participar. Alguns sequer responderam e somente depois de um mês perguntaram se a pesquisa ainda estava acontecendo e que ficariam felizes em contribuir. Respondemos já combinando como poderia ser feita a entrevista com o roteiro de perguntas, mas não houve retorno até o momento da defesa deste trabalho. A sensação é de que por ter a organização criminosa envolvida no debate torna o tema muito sensível e “arriscado de se falar sobre”, principalmente partindo do pressuposto de que há cooptação de imigrantes ocorrendo no território.

Um servidor do sistema penitenciário de São Paulo, também estudioso do PCC e com uma vivência diária com membros dentro das cadeias em que trabalhou desde a origem da facção, por meio de um professor, se prontificou a colaborar com a pesquisa, o que veio a render uma ótima entrevista. Também tentamos com alguns representantes de uma Organização da Sociedade Civil que tem uma iniciativa cultural e o público alvo é imigrantes em situação de vulnerabilidade, até houve um esforço entre eles de entender quem seria a melhor pessoa para indicar, mas sem sucesso.

---

<sup>10</sup> Para mais informações sobre a operação acolhida, ver: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Operação Acolhida. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>.

O projeto de pesquisa foi submetido ao comitê de ética no dia 28 de julho de 2023. Cinco dias depois, no dia 3 de agosto eles pediram para fazer uma correção num documento, a inclui de uma data, que foi feito no dia 5 de agosto e depois de quase dois meses sem absolutamente nenhuma atualização entramos em contato por e-mail para entender o que tinha acontecido pois precisavamos da confirmação para dar continuidade na pesquisa e nos comunicaram que o sistema teve um problema técnico e eles não estavam localizando o trabalho. Submetido mais uma vez, a pedido do comitê, dois meses depois, para finalmente ser localizado na plataforma e no início de outubro eles confirmaram o recebimento dos documentos e aprovaram no dia 13 de outubro.

Não foi um processo fácil, planejamos que acontecesse a tarefa de localizar as pessoas e manter combinado uma data até que tudo estivesse em ordem para entrevistá-las, mas levou meses até conseguirmos todos os contatos. Com toda a burocracia de conseguir os contatos e aprovação do comitê de ética, ir presencialmente para Roraima deixou de ser uma opção sequer considerável, pois não teria como finalizar todas as entrevistas em uma única semana conforme o ideal e permanecer muito tempo lá unicamente para isso com um espaço de dias entre uma entrevista e outra tornou-se cada vez mais prática e financeiramente inviável.

O roteiro foi finalizado levando em conta a complexidade do tema e a diversidade de entrevistados disponíveis, é composto por 16 perguntas, disponíveis no Anexo I, e quando foram feitas consideramos as questões que aparecem ao longo do trabalho na discussão teórica, nas reportagens na mídia e também no que planejamos analisar para entendermos o que esses diferentes participantes da pesquisa de diferentes áreas, em geral, podiam contribuir com o conhecimento sobre o mesmo fenômeno.

Na entrevista iniciamos perguntando qual era o cargo da pessoa e como funcionava o acontecimento em destaque e, ao longo da entrevista, tentamos entender como que o fenômeno pesquisado estava relacionado com o trabalho desse entrevistado, como que o fenômeno da imigração especificamente afetou o trabalho, entender do ponto de vista desse profissional como foram as políticas públicas locais para absorver o fluxo enorme de imigrantes que entrou no estado e ainda entra inclusive, entender a opinião do entrevistado sobre a simbiose do crime organizado com o Estado. Também visava entender um panorama geral sobre a criminalidade no estado e a atuação de organizações criminosas e especificamente de PCC nas atividades ilícitas executadas e deixava também ao final da entrevista um espaço para que esse entrevistado nos trouxesse algo que não havíamos



perguntado, mas que ele entendia que era importante de ser dito sobre o que estava sendo discutido.

As perguntas iam sendo respondidas como eles se sentiam confortáveis e em quase todos os casos aconteceu de os respondentes adiantarem os tópicos que seriam perguntados a seguir, já trazerem para discussão antes e irem complementando a fala. O que nos faz entender de que foi um roteiro bem alinhado que tinha conexão entre as perguntas e que foi possível construir ali uma conexão, embora algumas perguntas fossem isoladamente sobre imigração e outras sobre crime organizado. O objetivo geral era entender como esses dois fenômenos se encontram.

Conforme os convidados foram confirmando a possibilidade de serem entrevistados construiu-se um quadro de contatos e prometemos voltar contatá-los quando fosse um momento correto de marcar e quando isso aconteceu enviamos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Anexo II) para todos eles antes que a entrevista acontecesse para que eles lessem o termo e dissessem se estavam de acordo em conceder a entrevista de forma voluntária. Quando as sete (07) entrevistas aconteceram, todas elas (Quadro 2) por vídeo via um software de chamada de vídeos online, foram todas gravadas, o que nos permitiu verificar a tonalidade, a assertividade, por vezes a simplicidade e a força da argumentação. Obviamente, é claro que a duração das entrevistas foi muito variada. A mais longa durou duas horas e a mais curta durou 23 minutos. Foi bem diverso o tempo de duração. Pareceu boa praxe deixar que o próprio entrevistado colocasse um fim ao seu depoimento, e assim foi feito, sempre que possível.

Entrevistados	Ocupação
Entrevistado 1	Pesquisador
Entrevistado 2	Defensora Pública
Entrevistado 3	Coronel da Polícia Militar
Entrevistado 4	Promotor de Justiça
Entrevistado 5	Tenente do Batalhão de Operações Especiais
Entrevistado 6	Pesquisador
Entrevistado 7	Policia Penal

Fonte: Pesquisa e documentação da pesquisadora

Curiosamente, a despeito de todo avanço tecnológico, as entrevistas semiestruturadas ou não, ainda causam grande ansiedade e preocupação no pesquisador (ZALUAR, 1986 ; DURHAM, 1986). No passado não tão recente os pesquisadores, notadamente os que mais se dedicavam ao campo, faziam de tudo um pouco para não perder a gravação ainda feita com o gravador de fitas. Muitos gravavam, paravam a entrevista e depois confirmavam se o gravador realmente tinha salvado a fala do entrevistado. Nos dias de hoje, temos gravadores MP3, celulares e notebooks que, pelos pesquisadores mais cautelosos, ainda são utilizados conjuntamente.

Em nosso caso, todas as pessoas entrevistadas atuavam no estado de Roraima, o que nos atentou a gravar no computador e na rede pessoal compartilhada em nuvem digital, somente para não perder o enredo e as informações. Uma única pessoa do Estado de São Paulo foi entrevistada, um policial penal que foi o último a ser entrevistado e nem todas as perguntas foram feitas para ele da mesma forma que foram feitas para os que atuam em Roraima, dado que o entrevistado não tinha o conhecimento - especificamente do fenômeno - da imigração que estava a ocorrer.

Um desafio enorme de fazer as entrevistas online foi a conexão com a internet dos entrevistados. Quase todos de Roraima apontaram essa questão já no início, podia ser que caísse a internet ou que falhasse porque a internet. A maioria deles estava em Boa Vista, mas disseram que a internet de lá era ruim, e de fato aconteceu em várias entrevistas de ter falhas ou inclusive de cair a ligação algumas vezes. Algumas pessoas estavam nos seus escritórios, nas suas casas ou inclusive na rua, dentro da viatura, então teve esse desafio da conexão com a internet o que acarretou na qualidade do áudio da gravação e que acabou acarretando numa transcrição mais

demorada e em algumas situações inclusive com dificuldade de compreensão do áudio por causa da má qualidade da internet e da falta de conexão que cortou o áudio em alguns momentos.

Apesar disto, as entrevistas por vídeo permitiram uma flexibilidade muito maior de horário, por não demandar uma locomoção prévia. Além da agenda dos entrevistados, também estava sendo levado em conta o fuso horário de uma hora a menos em Boa Vista em relação ao horário de Brasília. O processo de transcrição demandou muitas horas de dedicação, as sete entrevistas totalizaram um documento com cerca de 80 páginas.

Devido à falta de acesso e questões de segurança, imigrantes cooptados pelo PCC não foram entrevistados. No total, sete entrevistas foram conduzidas com profissionais relacionados à temática pesquisada, dentre os quais seis atuam em Roraima e apenas um no estado de São Paulo.

### 3 IMIGRAÇÃO VENEZUELANA EM RORAIMA

Neste capítulo o objetivo principal é compreender o contexto da imigração proveniente da Venezuela, destacando as razões que levaram grande parte de seus cidadãos a emigrar em massa para outros países, incluindo o Brasil, em busca de melhores condições de vida. O foco está em analisar a legislação atual e suas mudanças em relação à anterior, especialmente no que diz respeito à recepção de imigrantes e refugiados no Brasil. Este capítulo aborda a rota e o ponto de entrada dos imigrantes na fronteira brasileira, geralmente por uma pequena cidade localizada em Roraima, na região norte do país. Além disso, há uma breve discussão sobre esse território, que se vê abruptamente sobrecarregado por um fluxo migratório tão significativo, ressaltando os desafios e impactos dessa dinâmica na região.

Saskia Sassen (2016) aborda a questão das "expulsões" na economia global, em sua obra denominada "Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global" indo além da visão convencional de desigualdade e crescimento. Ela destaca como certas formas de conhecimento e inteligência contribuem para cadeias de transações que resultam na expulsão de pessoas ou comunidades, podendo coexistir com o crescimento econômico convencional. Os canais pelos quais as expulsões se manifestam são diversos, desde políticas de austeridade que afetam economias até negligências ambientais.

A desigualdade, se continua crescendo, pode, em algum momento, ser descrita mais precisamente como um tipo de expulsão. Para os que estão na base da pirâmide ou no meio da pobreza, isso significa a expulsão de um espaço de vida; entre os que estão no topo, isso parece ter significado a saída das responsabilidades de pertencer à sociedade por meio da auto exclusão, da concentração extrema da riqueza disponível em uma sociedade e da falta de inclinação para redistribuir essa riqueza<sup>11</sup> (Sassen, 2016, p.15, *tradução própria*)

Sassen (2016) argumenta que os processos de expulsão, independentemente de sua natureza, indicam a presença de uma afinidade sistêmica por trás deles e propõe uma análise que parte de dados locais sem a intermediação de instituições habituais, buscando entender as tendências sistêmicas do problema. Seu objetivo é ir além das fronteiras geopolíticas e econômicas para identificar as raízes profundas das tendências que impactam não apenas em um país, mas em

---

<sup>11</sup> texto original.

múltiplas sociedades, visando compreender as dinâmicas subjacentes que moldam a realidade econômica e social contemporâneo.

### **3.1 Conjuntura Venezuelana**

No cenário socioeconômico da Venezuela<sup>12</sup>, a economia manteve-se centrada na produção de petróleo. Uma das críticas que o país enfrenta em nível internacional é que a economia política se manteve centrada nesse recurso, falhando em diversificar-se o que resultou em desafios econômicos e políticos especialmente em relação à democracia e interesse das elites. Essa falta de diversificação, combinada com questões políticas complexas, culminou em uma crise profunda nos anos 2000 que desencadeou um êxodo significativo de venezuelanos em direção a outros países, dentre eles o Brasil, através da fronteira no estado de Roraima. Para compreender plenamente essa migração em massa, é crucial explorar as raízes históricas das questões econômicas e políticas que estão moldando o país.

O petróleo se tornou o principal produto de exportação da economia venezuelana, mas não resultou em um desenvolvimento econômico e social autossuficiente. Tal como o Brasil, a Venezuela continuou dependente de países capitalistas avançados, mantendo uma relação de centro-periferia. Isso levou ao que é conhecido como a "Maldição do Petróleo" ou "Maldição dos Recursos Naturais (MRN)" - um paradoxo em que a riqueza do petróleo não foi suficiente para impulsionar a diversificação econômica e, ao mesmo tempo a manutenção de uma estabilidade política, prejudicando outros setores da economia devido a regras cambiais desfavoráveis (Carvalho, 2017).

No contexto ocidental influenciado pelo ideal libertário das ideias iluministas, regimes ditatoriais são tolerados apenas enquanto não ameaçam os interesses das sociedades que governam de maneira aparentemente democrática. O Pacto de Punto Fijo, estabelecido na Venezuela em 1958, buscava a defesa da constituição, o direito de governar, a unidade nacional e um programa mínimo de governo para evitar o retorno de governos ditatoriais na Venezuela. Este pacto de governabilidade excluía setores, como o Partido Comunista. Isso levou a um sistema bipartidário dominado pela Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização

---

<sup>12</sup>A Venezuela situa-se na América do Sul, tendo Caracas como sua capital e o espanhol como idioma oficial. A moeda utilizada é o bolívar venezuelano, e a população estimada é de 28.301.696, conforme dados de 2022. Mais informações em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/venezuela>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

Política Eleitoral Independente (COPEI), que controlaram amplamente o poder legislativo e se alternaram no poder executivo até 1998 (Villa, 2005).

Enquanto o resto do mundo enfrentava uma crise econômica na década de 1970 devido ao aumento dos preços do petróleo, a Venezuela estava em uma situação favorável. Isso se deu pelo superávit nas contas propiciado pelo aumento da exportação ao dinheiro que ganhavam com a exportação de petróleo, a qual garantia alguma estabilidade política. Os dois partidos políticos mantiveram a riqueza nas mãos das elites, enquanto ofereciam benefícios sociais limitados aos trabalhadores. No entanto, essa dependência excessiva do petróleo prejudicou outros setores econômicos, considerados menos produtivos. Isso se tornou um problema grave na década de 1980, quando os preços do petróleo caíram drasticamente e se iniciou uma crise internacional. As políticas neoliberais dos países centrais, que visavam reduzir gastos públicos e cortar custos trabalhistas para pagar dívidas crescentes, agravaram ainda mais a crise na Venezuela (Carvalho, 2017).

O governo venezuelano, liderado por Carlos Andrés Pérez (AD), implementou também medidas liberais de austeridade, privatizações, desvalorização da moeda, redução de salários e cortes nos programas sociais para os mais pobres. Como em todos os países que optaram pelo mercado, o impacto foi devastador na classe trabalhadora, cujos empregos dependiam em grande parte do governo. A desigualdade social aumentou e a qualidade de vida diminuiu drasticamente, inclusive os índices de acesso à educação, pensões, aposentadorias, pobreza extrema, subnutrição e mortalidade infantil bem como a manutenção dos programas de proteção social do Estado destinados aos mais vulneráveis eram precários (Zero, 2017; Carvalho, 2017).

A crise econômica desencadeou uma forte manifestação em 1989 e duas tentativas de golpe de Estado em 1992, lideradas pelo então Tenente Coronel Hugo Chávez. Compreender a política democrática contemporânea na Venezuela requer a análise desses eventos pregressos. Em 1998, Hugo Chávez venceu o pleito máximo daquele país. Sua eleição representou a ruptura definitiva do modelo político *puntofijista* firmado quarenta anos antes. A institucionalização dos interesses diversos de empresários, da igreja e de movimentos sociais. O governo liderado por Chávez, o qual adotou uma política nacionalista que fortaleceu o papel do Estado e foi fortemente centrado em sua figura. Sob a retórica do “socialismo”, Chávez contestou as

estruturas democráticas tradicionais do capitalismo e enfatizou a participação das massas populares em partidos como meio de mudança (Aguirre, 2020; Carvalho, 2017)

O governo chavista, apesar de se distanciar dos EUA diplomaticamente, construiu alianças com outros países. À medida que o conflito entre governo e oposição se intensificava na política interna, as ações políticas se radicalizaram. O conflito direto foi desencadeado pelas medidas de estabilização econômica, implementadas por meio do “Programa Econômico de Transição”<sup>13</sup> (1999-2000), que desafiaram o poder das elites estabelecidas e buscaram garantir a governabilidade (Carvalho, 2017)

No último ano da administração de Hugo Chávez, antecedendo seu falecimento em março de 2013, verificamos que:

A Venezuela assiste ao esgotamento do regime bolivariano em face de todas as pressões sofridas no âmbito político interno e externo. A queda brusca da receita do país em decorrência da redução do preço internacional do petróleo, retira por completo a capacidade do governo gerenciar os conflitos internos auferindo vantagens políticas. A falta de divisas se reflete na ausência de dinheiro para custear as importações de bens básicos e insumos dos quais a Venezuela é extremamente dependente. Uma aguda crise de desabastecimento passa a assolar o país e nesse contexto alguns setores de oposição, que controlam determinados setores produtivos, boicotam qualquer iniciativa do governo para tentar equacionar os problemas crescentes (Carvalho, 2017. p. 62)

Com o aumento substancial dos preços do petróleo durante o chamado "boom das commodities" e a disponibilidade de recursos no mercado globalizado, a Venezuela conseguiu quadruplicar sua dívida externa em apenas seis anos, de 2006 a 2012. Além disso, em 2012, antes da queda dos preços do petróleo, o país já havia quase esgotado suas reservas internacionais líquidas, devido a limitações no fluxo de entrada e despesas elevadas com o serviço da dívida. A transição de poder aconteceu em meio a turbulências, envolta em alegações de violações constitucionais, se dá após a realização de eleições adicionais, Nicolás Maduro, sucessor do legado de Chávez foi eleito em 2012, e está no poder até hoje (Leite; Castro, 2021).

---

<sup>13</sup> O *Programa Económico de Transición* insistiu na retórica de reafirmar a máxima chavista do discurso de posse: “tanto mercado quanto seja possível, tanto Estado quanto seja necessário”. Mais informações em: Barros, P. S. (2006). Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana. Cadernos PROLAM/USP, ano 5, vol. 2, p. 209-237. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81813>. Acesso em 15 de outubro de 2022

Em 2014, a situação da Venezuela ficou consideravelmente dramática especialmente devido à queda no preço do barril de petróleo, caindo de US\$114,92 em junho para US\$46,59 em janeiro do ano seguinte<sup>14</sup>. Essa redução está diretamente ligada à perda de competitividade na produção nacional, causada pela sobrevalorização do bolívar resultante da política cambial destinada a controlar a inflação (Leite; Castro, 2021).

De acordo com Carvalho (2017), embora a democracia na Venezuela já tivesse problemas durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013), no governo de Maduro (2013- atualmente), ela sofre ataques mais intensos. No governo de Nicolás Maduro, os ataques à democracia foram utilizados como uma estratégia para manter o poder nas mãos de um grupo político bastante hegemônico, mesmo quando suas bases de apoio estavam enfraquecidas devido à crise política e econômica do país.

Segundo a *Encuesta Nacional de Condiciones de Vida* (ENCOVI)<sup>15</sup>, ainda em 2016, 80% dos domicílios se tornaram pobres e 10 milhões de pessoas foram à pobreza extrema, 93,3% dos agregados familiares ficaram em situação de “insegurança alimentar”. As taxas de violência também são desanimadoras e os jovens foram os mais atingidos por mortes violentas, o impacto na saúde e nos serviços públicos de educação também foram expressivos. O corte drástico nas importações, atingindo cerca de 76% em 2017, tem um impacto significativo tanto no consumo direto quanto indireto. Isso resultou na escassez generalizada de alimentos, medicamentos e suprimentos médicos, afetando também a produção de bens nacionais. A redução dos salários reais, juntamente com uma inflação elevada e uma queda de 39,5% no PIB em 2017, agravou ainda mais a situação econômica (Leite; Castro, 2021). Consoante às palavras de Santos e Prado (2021), a Venezuela hoje pode ser apontada como:

O maior colapso político social sul-americano, evidenciando uma crise humanitária em plena progressão, com números que evidenciam um crescimento cada vez maior de pobreza extrema, desemprego, mortalidade infantil, com queda acentuada de taxa de natalidade e expectativa de vida.

---

<sup>14</sup> Ver em: G1. "Entenda a queda do preço do petróleo e seus efeitos." São Paulo, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

<sup>15</sup> Ver mais informações sobre alimentação, saúde, segurança e educação na Venezuela em: <https://www.proyectoencovi.com/encovi-2016>. Acesso em 23 de outubro de 2023.



Essa síntese dos eventos políticos e econômicos na Venezuela tem como objetivo contribuir com a compreensão dos fenômenos que resultaram nos mais de cinco milhões de migrantes venezuelanos que cruzaram fronteiras buscando mais qualidade e possibilidade de vida sustentável. No tópico a seguir discute-se como parte dessa população imigrante chegou ao Brasil, especificamente em Roraima, estado em região de fronteira, e examinar as dinâmicas de recepção e integração desses indivíduos.

### **3.2 Marco Legal da Imigração**

O deslocamento humano ocorre desde os primórdios da sociedade. O migrante pode ser definido como toda pessoa que se transfere de seu lugar habitual para outro e as motivações podem ser as mais diversas (Alves, 2019b). Para que se dê início a discussão é fundamental enfatizar que, independentemente de seu status migratório, todos os migrantes detêm direitos humanos no país que estão adentrando ou almejam ingressar, simplesmente por serem reconhecidas como pessoas. Nesse contexto, os Estados têm o direito de estabelecer políticas de migração, incluindo medidas de controle de fronteiras, em relação aos não cidadãos, desde que essas políticas estejam em conformidade com os padrões de proteção dos direitos humanos estabelecidos em instrumentos internacionais, como as convenções (ONU, 2017).

Sosa (2023) reflete as várias medidas de interceptação às quais os migrantes estão expostos quando chegam a uma fronteira: rejeição, expulsões coletivas, transferências para um terceiro país dito seguro e separação familiar. Ele também pondera sobre como essas medidas e outros aspectos do controle de fronteiras foram interrompidos e acentuados durante a pandemia de Covid-19, um cenário que impactou a vida de todos e não menos a dos imigrantes. Hammar (2005) argumenta que os Estados desenvolvem políticas migratórias que entrelaçam as esferas da política internacional e da política interna, incorporando as instituições nacionais na sua elaboração.

De maneira semelhante, Moreira (2012) examina a abordagem da política de refúgio no Brasil, que inclui a promoção do acolhimento e da integração social por parte da relação entre atores estatais e não estatais, locais e internacionais. Isso se mostra importante no que se refere à aprovação da nova “Lei de Migração” (2007), para compreender a dimensão social do

*advocacy*<sup>16</sup>. A articulação efetiva com diversos atores e o Estado teve origem, de fato, nas instituições domésticas, permitindo o fortalecimento da capacidade de *advocacy*.

O fortalecimento dessa colaboração entre atores da sociedade civil organizada, acadêmicos, poder público e o Estado tiveram como ponto central as mudanças nos padrões migratórios no Brasil a partir de 2010, quando a imigração haitiana chegou e se intensificou, se espalhando por todo o território nacional a partir de 2013/2014. Posteriormente, esse modelo se repetiu com outros fluxos migratórios, notadamente com a imigração venezuelana a partir de 2016/2017 (Oliveira; Sampaio, 2020).

Para os fins da Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017, a atual Lei de Migração, considera-se um imigrante, a pessoa que é “nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”(p.01). Esta lei foi proposta no Projeto de Lei do Senado (PLS 288/2013). O texto, de autoria do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), tem o objetivo de definir os direitos e obrigações tanto dos migrantes quanto dos visitantes no Brasil, além de regulamentar a entrada e a permanência de estrangeiros. Ele também estabelece diretrizes para a proteção de cidadãos brasileiros no exterior. Essa proposta visa substituir o Estatuto do Estrangeiro, que foi adotado durante o regime militar. O texto foi aprovado no Senado em 2015 e, posteriormente, enviado à Câmara dos Deputados. Em dezembro de 2016, retornou ao Senado para análise e, em seguida, aguardava a sanção presidencial (Baptista; Vilar, 2017).

Os critérios para reconhecimento de um indivíduo como refugiado constam na lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país: não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

---

<sup>16</sup> Em Jenkins (2006) *advocacy* é “uma questão de articular uma posição e mobilizar apoio para ela”. JENKINS, J. Craig. Nonprofit Organizations and Policy Advocacy. In: POWELL, Walter W.; STEINBERG, Richard (ed.). *The Nonprofit Sector: A Research Handbook*. New Haven: Yale University Press, 2006. cap. 13, p.307-332.

Ou seja, a considerar as definições presentes na lei, todo indivíduo refugiado no território é também imigrante, mas não necessariamente todos os imigrantes são refugiados. Por isto adotaremos o termo imigrante ao nos referirmos aos venezuelanos que se encontram em território brasileiro.

A atual Lei de Migração (13.445/2017) estabelece os direitos e deveres de migrantes e visitantes, regulando sua entrada e permanência no Brasil, bem como definindo princípios para políticas públicas em relação aos migrantes. Essa lei revoga o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815 de 1980), que tinha premissas datadas do período ditatorial no Brasil e dispositivos considerados incompatíveis com a realidade atual do país. Trinta e sete anos separam a promulgação das duas legislações sobre migração no Brasil e reflete diferenças conceituais resultantes de uma série de fatores políticos, sociais e contextuais que moldaram a compreensão legal da migração no país (Oliveira; Sampaio, 2020).

O surgimento e posterior aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 288, de 2013 (PLS 288/2013) como legislação nacional em 2017 foram impulsionados por uma combinação de fatores, tais como as mudanças sociais e evoluções no cenário político e institucional. A convergência desses diversos elementos, apresentados à sociedade em momentos distintos e sobrepostos, culminou em um novo paradigma político-jurídico no Brasil, que demandou a reforma da legislação migratória (Oliveira e Sampaio, 2020).

Podemos afirmar que acordos como o de 2005 com a Bolívia e o Acordo de Residência do MERCOSUL<sup>17</sup> em 2009<sup>18</sup> contribuíram para regularizar muitos migrantes em situação irregular. Tanto os acordos quanto as anistias, ao longo das últimas décadas, contribuíram para estabelecer um padrão de política migratória no Brasil, caracterizado pela coexistência de

---

<sup>17</sup> Com mais de vinte anos de existência, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) surge no fim da década de 1980, contexto da redemocratização e reaproximação dos países da América Latina e a uma iniciativa de integração regional da região. Os membros fundadores do MERCOSUL são: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov>>. Acesso 15 de outubro de 2023.

<sup>18</sup> Decreto n.º 6.975/2009: “Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm). Acesso em 15 de out. de 2023.

medidas temporárias e paliativas com uma legislação restritiva que oferecia poucas garantias de direitos. Como é possível observar a seguir:

As anistias são procedimentos estabelecidos e consolidados pelo Estado brasileiro ao longo da história, diante da percepção de que a falta de documentação é o principal fator que conduz os migrantes à informalidade e à precarização do trabalho. Desde a década de oitenta, foram quatro as anistias concedidas: Lei 6964, de 9 de dezembro de 1981; Lei 7685, de 2 de dezembro de 1988; Lei 9675, de 19 de julho de 1998, regulamentado pelo decreto 2771, de 8 de setembro de 1998 e Lei 11961, de 2 de julho de 2009 (Oliveira e Sampaio, 2020).

O ACNUR, por exemplo, desempenhou um papel ativo na aprovação da lei de refúgio em 1997, colaborando com o Senador Aloysio Nunes. A agência continuou envolvida no Brasil, participando do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), e concentrou seus esforços no fluxo migratório sírio, tratando-o como refúgio. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) contribuiu com a defesa dos direitos trabalhistas no Brasil, afetando diretamente os trabalhadores migrantes (Oliveira; Sampaio, 2020).

A articulação entre sociedade civil, academia e governo ganhou força a partir de 2010, devido à imigração haitiana e posteriormente à imigração venezuelana. O panorama migratório vinculado às dimensões político-institucionais compõe as análises aprofundadas do livro com o título “Estrangeiro, nunca mais! Migrante como sujeito de direito e a importância do advocacy pela nova Lei de Migração Brasileira” (2017), que demonstra a capacidade da sociedade civil organizada e suas articulações com o Estado na mobilização por uma nova Lei de Migração que rompe com a categoria estrangeiro e discute sobre as estratégias e desafios do advocacy (Oliveira; Sampaio, 2020).

Quadro 3: Principais legislações sobre migração e migrantes no Brasil pós-constituição de 1988

Número e ano	Disposição
Lei n.º 7.685, de 2 de dezembro de 1988	Dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal em território nacional
Lei n.º 9.474, de 22 de julho de 1997	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências
Lei n.º 9.675, de 29 de junho de 1998	Amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório.
Lei n.º 11.961, de 2 de julho de 2009	Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.
Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017	Institui a Lei de Migração.
Decreto n.º 9.199, de 20 de novembro de 2017	Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2023).

De acordo com Oliveira e Sampaio (2020), no *advocacy* da nova Lei de Migração (2017), alguns objetivos enfrentaram obstáculos e não puderam ser alcançados, como a proposta de criar uma "Autoridade Nacional Migratória", essa tentativa da sociedade civil durante o processo de tramitação dos projetos de lei, que encontrou resistência de órgãos como a Polícia Federal e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) devido ao temor de perderem poder na implementação da política migratória brasileira. Além disso, a não diluição do papel da Polícia Federal como órgão centralizador do controle das fronteiras foi uma frustração.

A anistia aprovada como lei, mas vetada pelo então Presidente Michel Temer (2016-2019), também causou frustração aos envolvidos na *advocacy*, uma vez que a tradição internacional e nacional exige a regularização de migrantes irregulares quando se estabelece um novo regramento migratório, para “zerar o passivo” de migrantes irregulares para que a nova legislação possa ser aplicada a partir dali” (Oliveira e Sampaio, 2020. p. 153). Ainda, tal como assevera os autores mencionados:

Uma das críticas realizadas ao novo texto legal é que ele foi aprovado de maneira muito “aberta”, passível de ser modificado a partir das

regulamentações posteriores por portarias ministeriais ou decretos presidência da república. O Decreto que a implementa foi acusado de descumprir alguns acordos e compromissos já firmados e permitindo que os ministérios regulem a lei por meio de portarias e decretos, pulverizando e fragilizando a legislação em tela. Do ponto de vista conceitual, o veto ao termo migrante, também foi frustrante, uma vez que esta definição é fruto de amplo debate nacional, internacional e acadêmico e deixa um vazio conceitual sobre a pessoa migrante na lei, mas que seria necessária na interpretação dos demais artigos. Em paralelo, a equidade de gênero não aparece na nova lei, como resultado de lobby feito por setores conservadores da sociedade que buscaram retirar o vocábulo do texto. (Oliveira; Sampaio, 2020. p. 154-155)

Do ponto de vista das organizações da sociedade civil muitos foram os desafios para a aprovação da nova lei de migração. A luta de forças entre grupos distintos da sociedade presente durante toda tramitação é inerente à prática do advocacy. No contexto em questão, houve conflitos para aprovação de medidas relacionadas à segurança nacional, controle de fronteiras e preferência pelo trabalhador nacional. Além disso, um desafio importante foi a interpretação simplista de questões relacionadas à migração por grupos políticos xenofóbicos que não apoiavam os princípios dos direitos humanos. Apesar dos desafios, os fluxos migratórios de bolivianos, haitianos, sírios, venezuelanos e suas demandas por moradia, rede local e suporte do Estado movimentaram a opinião pública (Oliveira e Sampaio, 2020).

No Brasil, atualmente, o tema dos refugiados reaparece, uma vez que o país tem recebido muitos refugiados venezuelanos em decorrência da crise humanitária vivida neste país. É assim que se evidencia a importância do Direito Internacional e das Relações Internacionais para entender como o cotidiano regula as relações interpessoais, as relações dos Estados entre si e dos Estados com as Organizações Internacionais (ALVES, 2019b, p. 3).

Vale enfatizar que o artigo 3º da Lei Brasileira de Migração (BRASIL, 2017) estabelece princípios e diretrizes da política migratória do Brasil, enfatizando a importância da universalidade dos direitos humanos e a rejeição de quaisquer formas de discriminação, incluindo xenofobia e racismo. Também proíbe a criminalização da migração e promove a igualdade de tratamento e oportunidades para migrantes e seus familiares, a regularização documental, a integração social e econômica, e a cooperação internacional para proteção dos direitos do migrante.

O artigo 4º garante aos migrantes no território nacional direitos fundamentais, incluindo a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade, em igualdade com os nacionais. Destacam-se direitos civis, sociais, culturais e econômicos, como liberdade de circulação, reunião familiar, proteção a vítimas de crimes, acesso a serviços públicos,

assistência jurídica gratuita, educação pública, proteção trabalhista, transferência de recursos, entre outros. Todos esses direitos devem ser garantidos independentemente da situação migratória e são exercidos em conformidade com a Constituição Federal, sem prejuízo de outros direitos estabelecidos em tratados internacionais.

É crucial ressaltar que todo direito é, inicialmente, uma formalidade até que seja efetivamente colocado em prática e nessa situação a ausência de uma burocracia que assegure a implementação faz com que a experiência dos cidadãos que não tem seus direitos assegurados seja significativamente diferente do que foi delineado no texto da lei. Todas essas tensões se dão em diferentes territórios e, para melhor compreensão desta investigação é necessário um olhar atento às características particulares do território em questão, o que será exposto na próxima seção.

### **3.3 O Território**

A fronteira que separa o Brasil da Venezuela é extensa, são quase 2.200 km entre ambos os países – “a maior parte em áreas de floresta ou de reserva”, com “baixíssima densidade demográfica e quase nenhuma estrutura de contato” (Silva, 2018, p. 639) – do lado brasileiro, a cidade de Pacaraima, estado de Roraima e Santa Elena de Uaiarén, do lado venezuelano seu “principal corredor de circulação de pessoas” (Silva, 2018, p. 640). O fluxo pendular para o consumo, a migração de brasileiros relacionada ao garimpo na Venezuela e a mobilidade indígena estão dentre as principais ações que compunham as dinâmicas mais características dessa região (Silva, 2018). A partir de 2015, houve uma intensa reconfiguração desses processos, à medida que os fluxos migratórios dos venezuelanos para o Brasil adquiriram dimensões transnacionais, evidenciando um movimento migratório decorrente de uma situação de crise (Baeninger, 2017).

O então chamado Território Federal do Rio Branco foi criado em 1943 e desde a Constituição de 1988, há apenas 35 anos, foi elevado a estado de Roraima (SENADO FEDERAL, 2023). De acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Roraima registrava uma população de 451.227 habitantes, refletindo um crescimento de 41,25% em relação ao Censo atual de 2022 (IBGE, 2022) a população do Estado de Roraima é de 636.707 mil habitantes. Roraima é composta por quinze municípios que estão distribuídos em

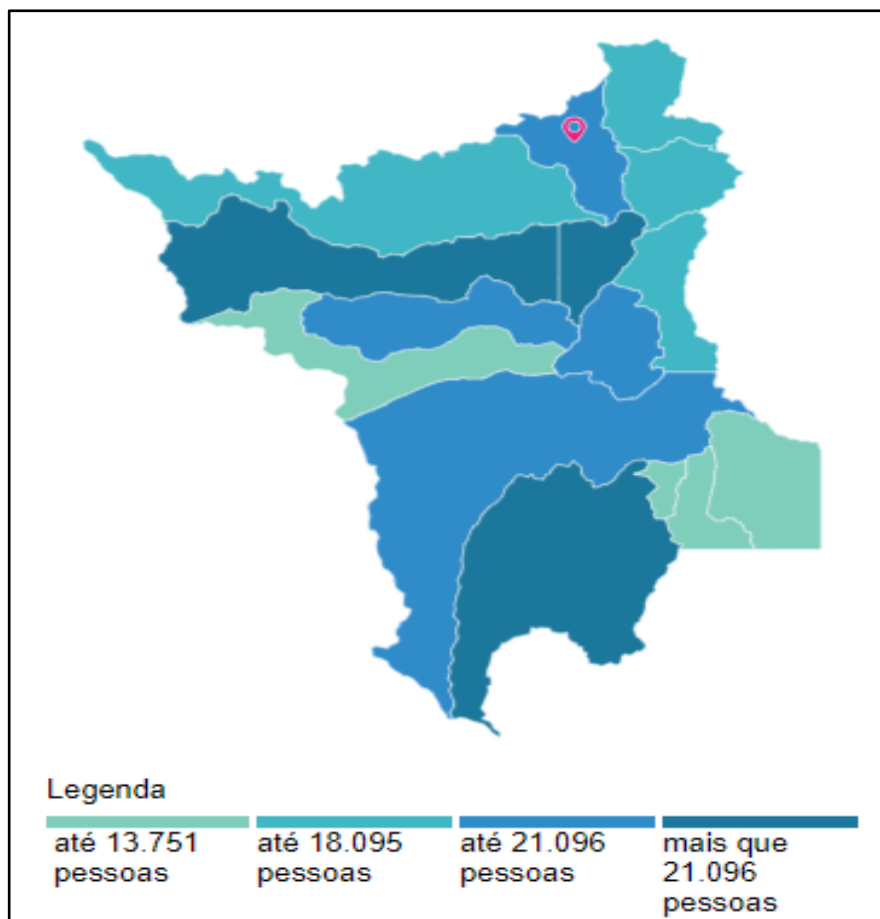
uma área total de 223.444 mil quilômetros quadrados, com densidade demográfica estadual de 2,85 habitantes por quilômetro quadrado. Aproximadamente apenas um por cento dessa área é urbanizada, apesar de estar entre os quinze maiores estados em território, é o menos populoso e tem a menor densidade demográfica da federação.

Roraima ocupa o último lugar no *ranking* do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados brasileiros. Atualmente, a administração pública desempenha um papel significativo no Produto Interno Bruto (PIB) do estado, contribuindo com 47%, enquanto o setor privado representa 53% da economia. Em 2015, quando começou o fluxo migratório em razão da crise no país vizinho, Roraima ocupava a 11ª posição dentre os estados da federação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), já em 2021 caiu oito posições e ocupa a 20ª dentre os estados brasileiro (IBGE, 2022).

A capital, Boa Vista, já era o município mais populoso em 2010, à época com 284.258 habitantes, hoje com é habitada por 413.486 pessoas. Pacaraima, cidade a norte do estado e que faz fronteira com a Venezuela, passou de 10.433 para 19.305 habitantes no mesmo período, o que representa um aumento de 85,04% em comparação com o Censo de 2010. (IBGE, 2022; IBGE, 2010). Este município apresenta uma estrutura espacial que vai além da área urbana central, a única localidade não indígena do município, e conta com 55 comunidades indígenas agrupadas em duas regiões distintas: Surumu e São Marcos (PREFEITURA DE PACARAIMA). No mapa a seguir em destaque está o município de Pacaraima, imediatamente abaixo deste se encontra Boa Vista.



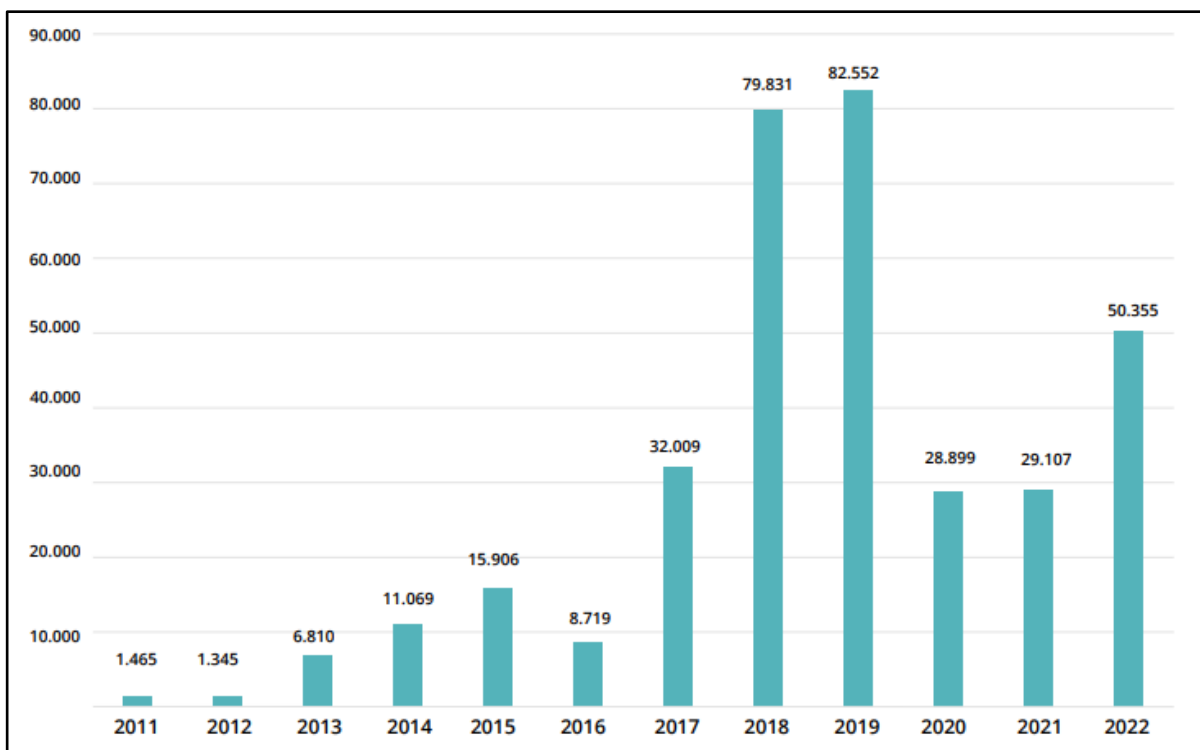
Figura 2: Volume populacional dos municípios em Roraima



Fonte: IBGE, CENSO 2022.

Roraima é o Estado brasileiro com a maior proporção de jovens compondo sua população. Sua idade mediana é de apenas 26 anos, indo na contramão da média nacional que está envelhecendo. Os jovens adultos têm um papel significativo, pois compõem uma parte muito significativa do número total de imigrantes, essa jovialidade da população roraimense é impulsionada pela combinação de uma maior taxa de fecundidade e pelo impacto da imigração (Correia; Damasceno; Thaynan, 2023).

Gráfico 1: Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo ano de solicitação - 2011 - 2022.



Fonte: Elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2023), a partir dos dados da Coordenação Geral do Conare (CG-Conare)<sup>19</sup>.

O mapa demonstra o número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado ao longo dos últimos anos, apesar de muito serem números bastante ilustrativos e importantes para compreensão do cenário, a totalidade de imigrantes que cruzaram a fronteira e fixaram residência em Roraima é ainda maior, pois nem todos solicitaram reconhecimento na condição de refugiado. O crescimento populacional apresentado no mapa acentuou os desafios já presentes para os jovens no que diz respeito ao acesso a oportunidades de emprego e serviços essenciais em Roraima. Fabio Martinez, economista e secretário adjunto de Planejamento do governo de Roraima, em entrevista ao Estadão (2023) observa que essas mudanças demográficas trazem um potencial significativo para impulsionar o crescimento econômico,

<sup>19</sup> Mais informações em: JUNGER DA Silva, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS Silva, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2023/Ref%C3%BAgio\\_em\\_N%C3%BAmeros/Refugio\\_em\\_Numeros\\_-\\_final.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf).

uma vez que a maioria desses jovens se encontra em idade economicamente ativa. No entanto, ele também destaca desafios críticos que acompanham essa transição demográfica.

Ao sistema educacional de Roraima coube o desafio de acolher uma parcela considerável de jovens imigrantes em suas escolas e não só lidar com o volume mas com as particularidades do processo de aprendizado de estudantes que, em geral, sabem pouco ou nenhum português. De acordo com o Censo Escolar de 2022, foram matriculados 8.136 estudantes venezuelanos na rede estadual, o que representa cerca de 10% do total de alunos. A crise migratória venezuelana tem gerado demandas adicionais para os serviços públicos em todas as áreas, inclusive na saúde, incluindo a assistência a essa população em hospitais de referência do Estado. Apenas na única maternidade estadual, são realizados mais de 1.600 partos mensalmente de bebês nascidos de mães venezuelanas, o que demonstra a necessidade de uma resposta eficaz e urgente para essa situação (Correia; Damasceno; Thaynan, 2023).

A falta de uma resposta adequada e que seja capaz de integrar os imigrantes em sua totalidade nos serviços públicos essenciais para garantir uma vida digna em seu novo território, resultou em maior vulnerabilidade para esses indivíduos, limitando suas oportunidades e, por conseguinte, levando-os a se estabelecer em áreas periféricas da cidade que são mais suscetíveis à cooptação pelo crime organizado, especialmente entre os mais jovens.

As peculiaridades das regiões de fronteiras, a fragilidade estatal e as novas configurações da soberania impostas pela questão ambiental consolidam a Amazônia como espaço privilegiado do mercado ilegal. O vazio de poder estatal é preenchido por agentes não estatais, dentre os quais podemos citar os grupos de segurança privada de mineradoras e grandes fazendas e os grupos de “vigilantismo comunitário”, mas também os grupos armados conectados às organizações criminosas ligadas ao tráfico de armas, drogas e animais, à extração ilegal da madeira e minérios, que, às suas maneiras, são o enforcement não-oficial que articula as noções de justiça e ordem naqueles territórios (Lima, 2022, p.53)

De acordo com Cepik (2011), as redes de corrupção, coação e cooptação são partes integrantes da atividade das organizações criminosas, não são apenas um derivado delas. O autor afirma também que a definição central da funcionalidade do acúmulo de capacidades concentra-se na ideia de como acumular habilidades para ganhos ilegais, ou seja, as organizações adquirem habilidades organizacionais, coercitivas, técnicas e políticas que são usadas para cometer esses crimes, podendo ser totalmente ou parcialmente ilegais. Esse critério sugere que grupos

criminosos não seguem um padrão fixo em sua estrutura, agressividade, conexões internacionais ou relações com o governo. Em vez disso, eles ajustam seus recursos não necessariamente associados à economia para se adaptar ao mercado em que operam e às pressões de forças policiais ou grupos rivais.

A desintegração do tecido social urbano possui estreita vinculação com o recrutamento para atividades ilícitas, de modo que os pobres, jovens, desempregados, presidiários, órfãos e imigrantes configuram uma força de trabalho potencial para as organizações criminosas. Nesse contexto de fragilidade social, a prática criminosa vai se despidendo da conotação negativa que lhe é reputada, sendo uma ferramenta de afirmação pessoal e material conforme o indivíduo passe a formar parte de um grupo, com suas próprias regras e sua própria história (Cepik; Borba, 2011, p. 379)

Compreendendo a conjuntura em que se deu e como se desenvolve a chegada dos imigrantes venezuelanos em Roraima e como alguns desses indivíduos se encontram ou são ajustados ao crime organizado dentro das muitas variáveis que levam os indivíduos à criminalidade organizada, partimos para o capítulo a seguir, para discutir os resultados obtidos através das entrevistas realizadas durante este estudo.

## **4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Após a coleta de dados, realizada em conformidade com os procedimentos delineados no capítulo denominado percurso metodológico, o presente capítulo se dedica a tarefa de analisar e interpretar as informações obtidas. Os instrumentos de pesquisa utilizados incluíram a condução de sete entrevistas, a análise de reportagens da mídia online e a revisão de referências bibliográficas relevantes, incluindo relatórios para além da literatura científica.

Antes da análise propriamente dita, conduzimos os dados pelos procedimentos de seleção e categorização. A etapa de seleção representa um minucioso exame dos dados, no qual o material coletado foi submetido a uma verificação crítica, tendo sido feito durante e após a transcrição dos áudios (Lakatos; Marconi, 2003). A categorização, por sua vez, emerge como uma necessidade básica de ofício para dividir os dados em categorias de análise possibilitando relacioná-los ou até mesmo entender o possível distanciamento entre os posicionamentos dos entrevistados e outras fontes no que se refere ao tema.

Uma vez superadas as fases de seleção e categorização, trabalhamos com atenção o caminho para a análise e interpretação dos dados, constituindo a investigação em si. Conforme Best (1972) destaca, essa etapa representa a aplicação lógica indutiva do processo de pesquisa. A relevância dos dados reside não apenas em sua natureza intrínseca, mas principalmente em sua capacidade de fornecer respostas às questões investigadas.

A análise e a interpretação, embora distintas, são atividades estreitamente interligadas. Este processo envolve duas operações: a análise, que consiste na tentativa de evidenciar, explicar e compreender as relações entre o fenômeno estudado e outros fatores, e a interpretação, que busca mostrar o significado implícito às descobertas. Esses processos se desdobram em complexas relações causais, formando a espinha dorsal do entendimento do fenômeno em análise (Lakatos; Marconi, 2003). Desta forma, os dados obtidos foram divididos em cinco categorias. Essas categorias são: Políticas públicas e a vulnerabilidade social como fator para cooptação, a ação da mídia, a corrupção no sistema: simbiose com o Estado, diversificação de ações econômicas do PCC e, por último, a ampliação da frente internacional.

#### **4.1 Políticas Públicas e a Vulnerabilidade Social como Facilitador para a Cooptação**

De acordo com Maria das Graças Rua (2009), as políticas públicas abrangem decisões e ações relacionadas à alocação de valores em bens públicos. A autora destaca a importância de esclarecer as distinções entre política pública e decisão política para um entendimento mais preciso. Enquanto a política pública geralmente engloba várias decisões e exige uma seleção estratégica de ações para implementação, a decisão política refere-se à escolha entre alternativas, expressando a adequação entre objetivos desejados e recursos disponíveis, de acordo com as preferências dos atores envolvidos.

Para Rikils (2019) o mínimo existencial engloba elementos essenciais para garantir a sobrevivência de todo ser humano. Sua abrangência e importância são destacadas nos direitos sociais da Constituição Federal, considerados o núcleo do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Iniciando pela exposição de políticas públicas existentes para integração dos imigrantes venezuelanos, a luz no enfoque das capacidades (Nussbaum, 2007) e da compreensão de mínimo existencial (Rikils, 2019) será guiada a discussão do conteúdo desta categoria de análise.

Conforme informado, a *Operação Acolhida* é uma iniciativa do Governo Federal (2018) posta em prática em Roraima como reação ao enorme fluxo de imigrantes no território e envolve uma ampla colaboração entre organismos públicos em níveis federal, estadual e municipal, além da participação ativa de diversos atores da sociedade civil, incluindo organizações internacionais e não governamentais. Essa operação foi estabelecida por meio da promulgação de três documentos iniciais em 2018, compostos por uma medida provisória e dois decretos<sup>20</sup>.

Em cooperação com as três esferas de poder, a iniciativa tem por missão prover auxílio imediato para acolher migrantes e refugiados venezuelanos em situação de vulnerabilidade. O objetivo formal é capacitar o Brasil a supervisionar o movimento de entrada e saída na fronteira, garantindo condições básicas de sobrevivência aos migrantes mais vulneráveis. Isso inclui oferecer abrigo temporário aos imigrantes até que estejam prontos para serem integrados ao sistema educacional e ao mercado de trabalho local. Adicionalmente, a operação visa

---

<sup>20</sup> Medida provisória n.º 820, decreto n.º 9.825 e decreto n.º 9.826, todos de 15 de fevereiro de 2018.

possibilitar que esses indivíduos sejam transferidos para outras cidades brasileiras, caso desejem, ou optem pelo retorno voluntário à Venezuela. A Operação é conduzida pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) (Ribeiro, 2021).

O Ministério da Defesa é o chefe do executivo que coordena a “Força Tarefa Logística Humanitária” (FT-Log), composta pelas Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), 11 ministérios e mais de 100 agências estão envolvidas com a execução da Operação Acolhida. Pela primeira vez em território nacional, militares brasileiros são convocados para uma missão humanitária, como é o caso dessa Operação (Campos, 2019). O Entrevistado 3, coronel da Polícia Militar de Roraima, argumenta:

É uma operação que está sendo indicada até para o prêmio Nobel da Paz, por conta da envergadura. Os militares do exército que trabalham lá não usam armas. Então a questão é totalmente humanitária. Os imigrantes que não são absorvidos ou não querem ir para a Operação Acolhida, eles ficam no estado ou voluntariamente, vão para outro estado. As políticas públicas desenvolvidas são no sentido de aumentar esse trabalho social. Então, cestas básicas, cartões, empregos, os balcões de emprego. Também fazer um trabalho em cima dos abrigos voluntários. Que se reúnem em determinado terreno, numa construção, e fazer aí um grande abrigo. O estado dá suporte de pré-natal e dentista. Então ele vai se adaptando. Não que falte, mas é um trabalho bem... como posso dizer para ti? Ele aumentou a demanda do estado, mas o estado tem procurado garantir a essas pessoas todos os serviços. (Entrevistado 3).

O Entrevistado 1, pesquisador e cientista social é morador de Boa Vista há mais de uma década, expôs seu ponto de vista quando questionado se as políticas públicas existentes foram suficientes para absorver as demandas dos imigrantes que buscaram, e ainda buscam, em Roraima melhores condições de vida, esclarece:

Eu fui no PTRIG (Posto de Interiorização e Triagem), na fronteira, já entrei lá, já me apresentaram o tal do projeto, fui no PTRIG daqui, já entrei, já vi o projeto aqui também, já entrei em abrigos aqui em Boa Vista e tenho um olhar de cientista social pro tema desde que eu estou pesquisando a questão do PCC. Ou seja, só pra falar que eu conheço alguma coisa desse fenômeno. Vamos lá. É uma loucura esse negócio da Operação Acolhida. Pra começar, uma das pessoas que montou isso foi o Pazuello. Aí depois virou ministro do Bolsonaro, o general Pazuello. E é atípico pra própria ONU. A ONU geralmente trata o exército como um dos agentes do conflito, não como parceiro, certo? [...] Aqui, muito rapidamente se resolveu abrigar. O abrigamento não é uma coisa que a ONU prevê de cara é a última coisa da lista [...] todo o discurso dos militares era um discurso humanitário, de direitos humanos, de atender os migrantes, de fazer a coisa. Então eles de fato vacinavam todo mundo, ficava aquela fila de duas mil pessoas, deve estar até hoje em Pacaraima, era geralmente por causa da Polícia Federal que é o trâmite mais longo pros migrantes mas que é um trâmite que tem que ser feito e que não tem jeito. (Entrevistado 1)

Ele descreve o que encontrou numa visita aos Postos de Integração e Triagem do estado de Roraima. Ele se mostrou surpreso por ter visto uma abordagem de fato humanitária dos militares enquanto estava por lá, como pesquisador. Pelo menos na entrada ao país, segundo ele, pode-se afirmar que as burocracias de documentação e vacinação estavam sendo cumpridas, apesar da fila constantemente quilométrica e do governo vigente à época não ser conhecido por práticas humanitária. Apesar disso, não deixa de destacar a dificuldade de absorver toda a demanda dos imigrantes depois que cruzam a fronteira e a cobrança dos cidadãos brasileiros frente a toda adversidade que o contexto apresenta

Então, é o gargalo, né? [...] Aí vem aqueles projetos maravilhosos, com o Carlos Wizard, com a Azul, pra fazer integração. Aí manda os cara perder dedo nesses frigoríficos, a gente tem um monte de relato de venezuelano que vai trabalhar e perde dedo e aí você espalha esses caras nesse tipo de atividade perigosa pelo Brasil afora. Tem uma demanda de emprego, uma demanda por essa mão de obra. Roraima é um lugar muito bolsonarista por natureza, é formado por militares, é uma coisa que é muito forte [...] Esse discurso de xenofobia é muito forte aqui, "ah, estão acabando com o nosso serviço público" como se já não tivesse destruído. Quando você vai ver o crescimento da população carcerária tem venezuelano, mas está crescendo mais brasileiro do que venezuelano. Então é isso, tem todo um discurso em torno dessa coisa (Entrevistado 1).

O Entrevistado conclui refletindo sobre como se distribuem na cidade aqueles que não conseguem uma moradia em uma região da cidade que tenha melhores recursos, afinal, apesar de existirem os abrigos da Operação, eles não são suficientes para acolher as pessoas que migraram e não é previsto que fiquem lá para sempre. A questão da vulnerabilidade social é patente. Roraima nas aglomerações sofre a exclusão espacial. A inexistência de políticas públicas suficientes empurra as pessoas para as periferias revelando “favelas horizontais” e comunidades rurais vivendo sem o mínimo básico para a sobrevivência (Kowarick; Caldeira, 1976). Para ele:

Fizeram o que deu pra fazer com as estruturas de Roraima que não é muito forte assim. Em Roraima a geografia é muito plana, então você não tem essa coisa de morros com favelas e como a terra costumava ser barata, foi expandindo a periferia né. Então quando você vai pra periferia de Roraima é muito mais você ir vendo algo mais parecido com a comunidade rural. Aquelas casas com galinha, sem saneamento básico, aquela coisa desse tipo. (Entrevistado 1).

Ao refletir sobre a mesma temática e complementando a resposta da narrativa a seguir endossa o coro de que faltam políticas públicas que os incluam no mercado de trabalho com dignidade



e não como mão de obra barata e desvalorizada, fazendo com que a má remuneração somada a falta de capacidade de integração plena resulte em absoluta vulnerabilidade social de famílias inteiras

A gente encontra ainda crianças sem escola, falta trabalho, eles também são explorados aqui na mão de obra, a gente vê que isso existe. [...] a mão de obra é mais barata, então assim extrapolam na carga de trabalho. Na dificuldade do idioma às vezes não conseguem se expressar, nós não conseguimos entender tão bem. Então tudo isso é uma dificuldade pra que eles se coloquem no mercado de trabalho. E a cidade é pequena também não tem muito a oferecer. Quanto a isso eu vejo que ainda falta muito pra melhorar em questão de política pública. Pra poder absorver esse povo de uma forma mais ampla. Trabalho e renda, educação, moradia. Tem praças que são tomadas por ele morando em barracas, acampados em frente à rodoviária. (Entrevistado 2)

Em outras linhas, também encontramos o mesmo caminho em outra entrevista: o problema da carência de políticas públicas capazes de lidar com a demanda é unânime. O Entrevistado 4, como os demais entrevistados, ressalta a inconveniência de o trabalho informal ser a única alternativa para muitos dos imigrantes, especialmente considerando que se trata de uma população majoritariamente em idade economicamente ativa. Além disso, não é o caso de esperar muitas mudanças no mercado de trabalho. O Brasil passa por um período de estagnação econômica e queda dos empregos qualificados, restando assim a precariedade das relações e o pagamento de baixos salários (Próni; Gomes, 2018) Sem empregos, os imigrantes aceitam o que lhes parecem como formas de sobrevivência mesmo que estejam análogas à escravidão.

O serviço público não consegue crescer no mesmo ritmo que cresce a chegada de venezuelanos, o mercado de trabalho não consegue também absorver no mesmo ritmo. E aí é uma percepção minha que eu vejo que muita das vezes um imigrante ele acaba sendo absorvido em situações de informalidade. Não tem carteira de trabalho assinada, às vezes até mesmo porque o próprio venezuelano não providenciou, às vezes ele tem algum receio por algo do passado dele na Venezuela, mas enfim, são situações que geram preocupação porque essa pessoa fica afastada da previdência e não tem uma renda formal. (Entrevistado 4)

Ao levar em conta o que foi dito anteriormente e pensando em uma possível resolução para a problemática da falta de oferta de trabalho formal para essa população, o promotor público complementa que:

Precisa de ter até mesmo uma atuação mais rígida, mais incisiva do Ministério Público do Trabalho e Emprego. O Ministério do Trabalho tem atuado nessas questões trabalhistas, mas tem muito a ser feito, mas o estado não vai conseguir sozinho, principalmente nessa questão financeira, a união tem que se fazer presente, em todos esses sentidos, não só presente mandando

servidores, mas também presente com recursos financeiros. Porque se isso daí não acontecer muito provavelmente a gente vai ter sérios problemas. (Entrevistado 4)

Todos os entrevistados, salvaguardadas as intensidades das falas, concordam que houve e segue havendo certo esforço e atenção para com as necessidades dos imigrantes venezuelanos. Todos, em algum nível, foram assistidos por alguma política pública, seja de vacinação, documentação, abrigo ou qualquer outro serviço público. O que todos concordam também é que, paralelamente à tentativa de suprir a procura, o estado foi submergido por um fluxo que não era previsto daquela dimensão e que requer uma oferta diária de serviços para manutenção da dignidade desses indivíduos. Mesmo com a contribuição das Organizações da Sociedade Civil e da iniciativa privada, os entrevistados percebem que as políticas não têm sido suficientes para garantir o mínimo existencial. O não atendimento dessa demanda acarreta problemas e sobrecargas para outras áreas da administração pública, incluindo a segurança pública.

Eu conversei com um venezuelano aqui que o cara falou assim pra ele "óh você aí, não está fazendo nada, carpe o quintal ali pra mim", uma semana carpindo um quintal. Uma mata que tem cobra, que tem o diabo ali naquele lugar. O cara pagou cem reais pro cara. O cara pagou cem reais. O cara foi abordado de uma maneira tão direta e o outro jogou um papo em cima dele, deixou lá o cara trabalhando assim, o que que eu vejo no interior de Boa Vista? Esses caras estão sendo caseiro em situação quase análoga à escravidão sabe? Então assim essas pessoas estão como miseráveis aqui em Boa Vista, entendeu? E quem não está como miserável está levando uma vida de periferia do Brasil. Então está trabalhando no mercadinho, está tirando um salário mínimo, tem que ter uma correria do aluguel. Região de garimpo as coisas são caras. O aluguel aqui é caro. A comida é cara.

A inexistência de um mercado de trabalho em uma conjuntura de baixos salários, pequenas possibilidades de inserção social em redes de cidadania os imigrantes não em sua maioria são expostos à cooptação por facções criminosas (Passos *et al.*, 2020). É deveras importante enfatizar que essa pesquisa de nenhum modo trata de forma óbvia a relação entre imigrante e criminoso. Muitos imigrantes, conforme vimos nas entrevistas, trabalham honestamente e não se envolvem em atividades ilícitas, mesmo que isso custe sua integridade física a troco de pouco dinheiro. A reflexão aqui proposta é justamente como um cenário de ausência de oportunidades formais e a presença da escassez de recursos e da instabilidade faz da vulnerabilidade social um fator facilitador da cooptação de pessoas pelas organizações criminosas. De acordo com o Entrevistado 1:

Esta situação em si vai gerar problemas, não tem muito como fazer né? Então a cooptação nessa situação é uma cooptação que pode ocorrer por vários

caminhos. Tanto aquele cara que é sacana e vê alguém passando necessidade, se aproveita dessa situação pra enganar, pra fazer uma coisa ou outra. Ou pessoas que são uma variação disso, que prometem mundos e fundos, que vai acontecer tal coisa e aí dá alguns indícios furados, e a situação de desespero das pessoas faz que acabam tomando decisões, entrando em situações que depois pra sair complica, né? Pela violência pura, a violência explícita pura [...] Então as pessoas estão no corre, os filhos dessas pessoas estão crescendo na periferia. Então você entrar pra uma facção é o que eu falei em relação aos filhos de garimpeiros. Vão entrar. Eles vão entrar. As pessoas que estão nos bares são as pessoas que estão nas festas. O cara é um “irmão” (do PCC), o cara tem a arma, tem as minas, tem o carro, faz as correrias e não sei o que. Então essa lógica é muito forte. (Entrevistado1)

Complementando sua fala utilizando um exemplo empírico de um imigrante venezuelano que conheceu, e foi cooptado pelo PCC, já no sistema penitenciário, ele acrescenta:

Em 2014 ele chegou, ele falou que chegou e foi pra uma casa onde tinha várias pessoas. Inclusive pessoas vendendo drogas [...] E ele aparentemente não era vinculado a nenhuma facção. Houve uma batida nessa casa e as pessoas que estavam lá foram levadas uma amarrada na outra. Em fila indiana com braço pra frente e pra trás. E ele falou que nunca passou tanta vergonha na vida. Fizeram ele atravessar todo Pacaraima e depois foi preso, Na PAMC (Penitenciária Agrícola de Monte Cristo), ele falou que ficou na cela, ou na ala, onde estavam os cabeças do PCC, da época. E aí houve uma cooptação no sentido de falar "fecha com a gente, a gente corre pelo certo" e aí começa o discurso ideológico do PCC que ele assume, primeiro que tem uma coisa de autodefesa dentro da prisão, mas segundo tem essa identificação. Foi quando ele falou aquela frase "eu vivi o crime, eu sei o que é o crime", ele entra naquele discurso, aí ele é batizado lá dentro. E aí, quando é batizado, sai como membro do PCC. (Entrevistado1)

Ao refletir especialmente sobre um cenário de vulnerabilidade o qual, segundo o Entrevistado 7, qualquer indivíduo privado de liberdade está exposto, e não apenas o imigrante, ele argumenta que em um ambiente dominado pelo PCC, se houver uma abordagem partindo de um “irmão” com intenção de integrá-lo à facção, negar o convite coloca o indivíduo em severo risco de vida:

A vulnerabilidade, naquele momento, talvez não seja nem social da pessoa estar miserável [...] a questão é a vulnerabilidade da integridade física dela também, né? Que é um ponto essencial. Porque assim, talvez ela tenha até pessoas que visitem ela, que tem até uma grana, questões sociais talvez não sejam a principal questão de todos os imigrantes cooptados, mas tem a questão da integridade física né? Tipo ou você entra ou você morre. E isso sem dúvidas é vulnerabilidade, acontece automaticamente em virtude de você estar em território dele. Se eu sou estrangeiro, estou num bairro que tem um sintonia ali, pronto, está vulnerável. Ah eu estou preso e estou num território que o presídio tem membro do PCC. Eu estou no pavilhão do PCC. Está vulnerável. Então é isso. Se tem alguém ali que é integrante automaticamente ele está vulnerável porque não tem como ele falar não, não tem, não existe não. Só se ele for louco e se ele não quiser viver, né? (Entrevistado 7)

Nas configurações onde inexistia vácuo de poder (Duarte, 2020), uma vez que o Estado não tem a competência de ocupar esse espaço em sua totalidade, ele é logo preenchido por um poder paralelo que lucra com a alta oferta de mão de obra e a demanda por algum tipo de assistência que pode facilmente ser suprida pela organização criminosa, mas não sem nenhum custo.

Fora do sistema eram aproveitadas determinadas áreas que eram mais povoadas. Tipo um bairro chamado Caimbé ou Treze de Setembro que era o mais povoado por venezuelanos, então diziam assim “nós vamos te entregar esse esses pontos de vendas de droga pra você poder fazer parte aqui da nossa organização e vocês dominam esse setor e automaticamente vocês franqueiam o elo com o fornecimento de vocês pra gente”. São esses dois pontos que eu acho que era um método que eles usavam. Vamos dizer assim. tem dentro da metodologia deles um assistencialismo que é só pra inglês ver mesmo. (Entrevistado 5)

O Entrevistado 5, tenente do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar de Roraima apresenta o que pode ser uma das principais explicações para o crescimento do número de batizados no estado nos últimos anos, uma metodologia amplamente executada pelo PCC desde os primórdios, já que a organização criminosa tem origem no sistema penitenciário e ampla experiência em cooptação dentro do sistema (Souza, 2007; Dias, 2011; Feltran, 2018; Feltran ; Dias, 2018)

Eu acho que tem um fator aí que colaborou com isso. A maior unidade prisional daqui de Roraima é a PAMC[...] aí por um período muito extenso, um ou dois anos, os criminosos vinculados à organização Comando Vermelho ficavam em unidade separada. E aí você acabava deixando a massa carcerária numa unidade onde o PCC dominava. Consequentemente, a cooptação do PCC era maior que a cooptação do Comando Vermelho. E era justamente a unidade onde os venezuelanos foram. Então eu acho que muito se deu também por esse fator (Entrevistado 5)

Diante do exposto, fica evidente que a dimensão do problema demanda uma capilaridade maior das políticas públicas implementadas em Roraima para lidar com a chegada massiva de imigrantes venezuelanos e a por ressonância com a vulnerabilidade objetiva e subjetiva que permeia essa população (Castel, 2009). As entrevistas revelam desafios enormes tanto para a administração pública quanto para os imigrantes venezuelanos e que apesar da Operação Acolhida, como iniciativa do Governo Federal e das leis criadas, na prática não há efetividade no alcance a todos conforme o que foi registrado no plano para fornecer assistência imediata e integrar os imigrantes em situação de vulnerabilidade.

As entrevistas destacam a dificuldade de absorver a demanda, a precariedade das condições de vida e a falta de políticas públicas eficazes para inclusão no mercado de trabalho e integração

social. O desafio se estende à esfera penal, onde a superlotação nas prisões e a presença de diferentes facções intensificam o acesso aos imigrantes (Conselho Nacional do Ministério Público, 2021), aumentando muito as chances de inclusive indivíduos que tenham sido presos por um crime de menor gravidade saíam membros da maior organização criminosa da América do Sul, conforme seus membros já previam no artigo 6 do estatuto do PCC de 1997 “ iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror ‘dos Poderosos’”.

#### **4.2 A ação da mídia**

Na televisão, o foco está na audiência, enquanto na internet, o foco reside no clique do leitor. Em uma análise discursiva realizada por Garcia; Silva (2018), são examinadas as manchetes de um jornal referentes ao incidente em que um policial disparou dois tiros, atingindo uma cadela durante uma abordagem. Os autores ressaltam a importância da construção sintática das frases e seu impacto na compreensão da narrativa. No exemplo mencionado, uma manchete publica: "Policial dá dois tiros e mata..." (Garcia; Silva, 2018, p. 7). Neste caso, o policial é apresentado como o sujeito responsável pelas ações “dar” e “matar”. Em contraste, em outro veículo de comunicação, a mesma manchete é formulada como: "Cadela de rua é baleada durante abordagem..." (Garcia; Silva, 2018, p. 8). Aqui, o sujeito é a cadela, e a intenção dessa edição é expor a situação sem expor o autor do tiro. Há formas diferentes de contar uma mesma história.

No que concerne à cobertura midiática das operações policiais, torna-se nitidamente perceptível a construção das narrativas que reproduzem arquétipos de vilões e heróis. Nesse contexto, o jornalista desempenha o papel de detetive, conforme observado por Veiga (2008). É comum que, ao desenvolver as notícias, esse profissional siga critérios de seleção, pautando-se na relevância do tema, considerando-o suscetível a ser noticiado, pois vale a pena sua publicação, e também em critérios de construção. De acordo com Traquina (2005), os critérios de construção incluem a simplificação, que frequentemente recorre a clichês e estereótipos, e a amplificação, sendo que quanto mais amplificado o fato, maior a probabilidade de a notícia chamar a atenção.

Como pode ser percebido na publicação abaixo (fig 3), a notícia sobre o PCC estar recrutando imigrantes venezuelanos na penitenciária está em muito mais evidência na capa da publicação.

É a que mais recebe espaço e letras garrafaís na impressão do jornal. Há muitas outras notícias sobre cultura, economia e política, mas o jornal entendeu que uma notícia sobre uma facção criminosa, a maior do país, portanto muito popular no imaginário do brasileiro, somado ao fenômeno migrante inserido no sistema penitenciário. No ano de publicação, 2018, é o ano que registra um aumento enorme de imigrantes no território em relação aos anos anteriores, conforme visto no gráfico do capítulo anterior, que demonstra o número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado. O encontro desses dois fenômenos numa manchete chama atenção do leitor sendo assim configura-se valor notícia.

Figura 3: Capa do Jornal O Estado de S. Paulo, em 5 de janeiro de 2018



Fonte: Jornal o Estado de São Paulo (2018).

Foram encontradas dezenas de notícias online referente a internacionalização do PCC, cooperação com facções estrangeiras para internacionalização, atuação em Roraima e zona de fronteira, bem como cooptação de imigrantes venezuelanos no território. Serão expostas a seguir apenas as que diretamente relacionam o PCC com os imigrantes venezuelanos. O que se observa é que as matérias encontradas e selecionadas para analisar o que a mídia tem publicado, nos últimos seis anos, sobre o tema do presente estudo cria uma cronologia dos movimentos

que tem feito o PCC em Roraima e tem conquistado espaço no estado, estrategicamente localizado na tríplice fronteira norte, assim como a integração dos novos membros imigrantes e a contribuição destes nas ações da organização até agora.

**Quadro 4: Notícias em jornais online sobre a atuação do PCC e a cooptação de imigrantes em Roraima**

<b>Jornal</b>	<b>Título da matéria</b>	<b>Mês e ano de publicação</b>
Diário do aço	Guerra de facções deixa 33 mortos em presídio em Roraima	Janeiro de 2017
Estadão	PCC recruta venezuelanos em prisão de Roraima e amplia frente internacional	Janeiro de 2018
Estadão	Depoimento: 'PCC promete sustentar a família dos venezuelanos lá fora'	Janeiro de 2018
Folha de SP	PCC cresce de 50 para 1.500 membros em Roraima em apenas quatro anos	Dezembro de 2018
UOL	30 venezuelanos são presos por suspeita de traficar com o PCC em Roraima	Outubro de 2019
El Pais	Venezuelanos ganham força e cargos-chave no PCC em Roraima após 'batismo' feito por liderança nacional	Fevereiro de 2021
TAB UOL	PCC atua em área de garimpo em Roraima e explora tráfico e drogas e prostituição até mesmo em terra ianomami	Fevereiro de 2022
UOL	PCC recruta venezuelanos para ampliar 'exército' em Roraima e no exterior.	Julho de 2023
BNC Amazônia	Facção recruta venezuelanos para tráfico na tríplice fronteira	Julho de 2023
Info Amazonia	Para os jovens migrantes venezuelanos em Roraima: Drogas, ouro e morte prematura	Agosto de 2023

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Para além da busca de reportagens online referentes à atuação do PCC em Roraima e a conexão do PCC com imigrantes venezuelanos, os entrevistados forneceram informações que possibilita a compreensão de suas percepções se a facção não seria um problema mais midiático, abordado à exaustão na TV e outras mídias e, em resumo, a resposta foi conforme segue:

Não. E eu tô falando com base em provas. Porque nesses processos vai ter até interceptação telefônica. Hoje em dia cada dia mais a interceptação telefônica perde força, porque hoje em dia o que vale é o WhatsApp. Às vezes até a ligação pelo WhatsApp é melhor do que a ligação convencional. Não é só algo passado pela mídia. É algo real, não é alarme, não é especulação, é algo que de fato existe (Entrevistado 4)

Nessa lógica, o policial penal que atua no sistema penitenciário do interior de São Paulo há quase trinta anos, argumenta que não só são verdade os feitos e a fama da organização criminosa, como é muito limitado o contato da imprensa com a totalidade de informações que compõem este universo, a ver

Na verdade, a imprensa sabe um por cento da realidade. Vamos dizer assim, eu tive prazer de ter contato com eles, então o pessoal fala que negócio de PCC eu sou um dos maiores especialistas do Brasil por causa da parte etnográfica. Nasceu o PCC, veio pra mim. Então pode-se dizer que eu sou meio que batizado, eu sou meio criado junto com eles, eu vi desde o nascimento, cara. Então começou a desinternação, começaram a sair os presos do anexo e foram pra mim, então o primeiro contato que um funcionário teve com o pessoal do PCC foi comigo. Então por isso que eu tive a oportunidade de mergulhar realmente, graças ao trabalho. Só que a imprensa não consegue ter acesso, porque não consegue ultrapassar as muralhas da prisão. E tem dificuldade de fazer pesquisa [...] Então, o que eu quero dizer é que a imprensa não tem acesso, né? Não consegue ter acesso porque até eu que trabalho lá que já tenho acesso eles queriam limitar, mas me limitar como? Então tem que mandar eu embora, sei lá o que que tem que fazer. Não dá pra entender um negócio desse. Não tem cabimento. Então você vê que o Estado faz uns absurdos, é tudo proposital. Na verdade o que a imprensa também fala é que um meio de sair do PCC é entrar em algum tipo de igreja evangélica. Primeiro que eu escutava muito deles (do PCC), eles falavam que era um covarde. O cara que fazia isso era um covarde. O cara que sai do partido e vira evangélico é um covarde. Ele não é mais do crime, é do “creme”. Então eles não veem muito bem esse acovardamento. (Entrevistado 7)

Todos os entrevistados responderam negativamente quando perguntados sobre ser ou não um problema midiático, afirmaram que apesar da ampliação das notícias na mídia, é fato que a facção opera em território venezuelano e que imigrantes venezuelanos têm sido cooptados. O Entrevistado 1 acrescentou que



também é provável que alguns migrantes acabem entrando por escolha, por um processo mais orgânico do que um processo ativo de cooptação do grupo em relação a eles. Porque são coisas diferentes, a gente costuma falar "os garimpeiros estão cooptando os indígenas" de fato a gente consegue ver isso, um mecanismo. Oferece ferramentas, depois retira a ferramenta e aí cria a necessidade. Isso é um mecanismo de cooptação. O PCC talvez os ofereça um caminho de prestígio, poder e enriquecimento que oferece também às outras pessoas não venezuelanas ali que estão no mesmo meio. Vários locais aqui, bairros, vamos dizer assim, já são dominados por venezuelanos (Entrevistado 1).

O Entrevistado de número quatro confirma e inclusive levanta um ponto que não tínhamos nos deparado até então, os venezuelanos são batizados e alguns deles utilizam nomes falsos, justamente por terem se aproximado já com a intenção de explorar o *modus operandi* do PCC

Já cooptou imigrantes venezuelanos. Nós já temos batismos, aquela ficha de batismo, de vários venezuelanos. Já tivemos venezuelanos do PCC, no sistema penitenciário federal, então eles realmente já recrutaram. O que é uma incógnita aqui é por parte dos venezuelanos com o PCC, porque muita das vezes eles entram pra estudar como é que é a metodologia da organização criminosa. Eles utilizam muitos nomes falsos aqui. Então nem o próprio crime sabe se aquele camarada que se batizou com aquele nome é aquela pessoa mesmo porque eles vão se infiltrando para ganhar território (Entrevistado 4).

Assim emerge a compreensão de que a cobertura midiática não apenas informa, mas molda as percepções públicas, contribuindo para a complexidade e a intrincada interconexão entre o Primeiro Comando Capital e os imigrantes venezuelanos, fenômeno que transcende as fronteiras do crime e adentra a esfera da migração e suas nuances.

#### **4.3 A corrupção no sistema: simbiose com o Estado**

O conceito de "crime organizado" é complexo devido à presença de diversos atores criminosos e organizações, dificultando o consenso na definição. Segundo Mingardi (2007), cinco critérios definem o crime organizado: hierarquia, previsão de lucros, divisão do trabalho, planejamento empresarial e simbiose com o Estado. Esta característica é a mais importante na configuração do crime organizado, de acordo com o autor. Ele argumenta que, se a promoção da Segurança Pública é dever estatal, é contraditório que o Estado facilite a existência de organizações criminosas em seu território.

O Entrevistado 1 destaca a complexidade da relação entre o crime organizado, a sociedade e o Estado, enfatizando a presença da convivência e corrupção no âmbito estatal. Ele argumenta que

não se trata apenas de falhas ou falta de estrutura do Estado, mas justamente da importância e necessidade do envolvimento da máquina pública para que o crime organizado execute suas atividades, inclusive transnacionalmente. O Entrevistado menciona a questão da fiscalização do espaço aéreo e critica a ineficácia das operações governamentais, como a Operação Acolhida, em manter-se livre do narcotráfico.

Essas coisas não ocorrem sem uma conivência ou corrupção do estado. Não é só a falta de estrutura do Estado. Não é só a falha. A incapacidade do estado brasileiro de ter realizado a tal da Revolução Brasileira, a modernização plena do país, né? Em moldes europeus como foi prometido. Tem tudo isso, né? Que não dá pra deixar de lado. São muitos problemas. Agora, você não sobe uma retroescavadeira de helicóptero sem que alguém veja. Cadê a fiscalização do espaço aéreo? Como é que é isso? Sobe avião pra área de terra Yanomami, um fluxo infernal e ninguém está vendo. O Estado que monta a operação acolhida não é capaz de manter a operação acolhida livre do narcotráfico. Ele cresce lá pra dentro ou se organiza ou utiliza de base ali dentro. Como é que passa toneladas de droga de um lado pro outro? Ou armas? Se tirar o narcotráfico da brincadeira e a gente falar só do ilícito tradicional do garimpo, é toda a sociedade que está nisso (Entrevistado 1).

O Entrevistado alerta para a tendência do crime organizado em acessar espaços influentes da sociedade, como salas de reuniões e grandes festividades. Ele argumenta que a conexão entre elementos é inegável e que não se pode ignorar a presença do crime organizado em diferentes estratos sociais, incluindo áreas mais abastadas:

No caso do PCC eu acho que tende a ser toda a sociedade, assim como o garimpo permeou historicamente a sociedade, o PCC tende a permear a sociedade. Eu fui na ABIN fazer uma palestra, depois a gente começou a conversar e um dos agentes falou "ah mas essa coisa do PCC acaba espantando empresários do garimpo", ou coisa do tipo, eu falei, por quê? Por que o PCC espanta empresários do garimpo? Porque se você tem faccionados que estão morando em Feltranes e se apresenta como um narcotraficante responsável pela parte de cocaína do PCC que está atuando na fronteira. Ele nunca vai se apresentar assim. Ele vai se apresentar como dono de secos e molhados, importador de vinhos, sei lá, empresário, empreendedor que é a palavra do momento pra todo mundo, inclusive de Uber a irmão do PCC. Então o cara se apresenta em sociedade desse jeito. Se ele entra em sociedade com um político, com um empresário local, num garimpo, como é que eu sei que o cara é do PCC ou não é do PCC? se ele está lavando o dinheiro do narcotráfico ou se ele vai usar aquela logística pra puxar ouro e puxar cocaína? E no final das contas o outro empresário tá ganhando dinheiro dele (Entrevistado 1).

Em resumo, o Entrevistado 1 enfatiza a necessidade de considerar a complexidade e a abrangência da presença do crime organizado, sugerindo que essa presença não se limita apenas às áreas de miséria e periferia, mas permeia diversos níveis da sociedade, incluindo o Estado, conforme visto também em Feltran (2018):

Então assim esses caras vão acessando o Estado, vão acessando as salas de jantar. As salas de reuniões, as grandes festividades, esses caras estão ali. Então essas coisas são imbricadas, não dá pra você pensar que elas não são. A gente tem mania de focar na miséria, na periferia, que é onde está a fervura, é onde está a febre, onde o fenômeno tá posto ali de uma maneira muito forte. Agora, isso se espalha pra Feltranes, palácios, sabe? Eu não vejo como você sustentar tráfico de toneladas de qualquer coisa sem que você tenha participação do estado. (Entrevistado 1)

A declaração do Entrevistado 3, coronel da Polícia Militar de Roraima, revela uma perspectiva preocupante sobre a relação entre facções criminosas, autoridades e servidores públicos. Ele descreve a facção na busca de indivíduos que, eventualmente, se tornarão autoridades ou servidores públicos, e sugere uma infiltração na estrutura do Estado. A menção de corrupção que ocorre antes mesmo de alguém assumir um cargo público destaca a extensão da influência dessas organizações. O exemplo dado, de um membro da família sendo associado a uma facção, ilustra como a influência pode atingir níveis pessoais e, posteriormente, se manifestar em esferas mais amplas, como o judiciário, vindo a compor o que é conhecido como “sintonia dos gravatas” (Dias, 2011; Feltran, 2018). A explanação sobre o uso da influência dentro da sociedade, especialmente quando a corrupção direta não é possível, destaca a adaptabilidade e a estratégia das facções em buscar controle e influência:

Então tu tem ali pessoas convivendo e, de repente, um membro da tua família é do PCC. Então você faz o mestrado, passa num concurso pro judiciário e eles acabam querendo usar esse tipo de influência dentro da sociedade, quando um não consegue corromper alguma autoridade (Entrevistado 3).

O Entrevistado 6 aborda a questão da corrupção estatal e a simbiose do crime organizado com o estado (Mingardi, 2007), oferecendo um exemplo claro de como isso se manifesta em Boa Vista, Roraima. Ele destaca uma vinculação entre grupos criminosos, políticos locais e a sociedade em geral, formando parte integrante desse contexto. O Entrevistado aponta o garimpo como uma atividade ilícita que atrai atenção, envolvendo investimentos significativos. Uma observação crucial é feita sobre esses investimentos, destacando que não são exclusivamente provenientes da criminalidade organizada. Há uma participação de uma associação, que inclui agentes estatais, agentes públicos e membros da sociedade. Essa dinâmica revela uma aceitação social da criminalidade, independentemente de sua origem, desde que haja uma redistribuição de renda percebida como benéfica. Essa percepção indica não apenas uma conexão entre o

crime organizado e o estado, mas também uma aceitação cultural que pode complicar os esforços de combate a essas práticas. Para ele:

Sem dúvidas tem uma vinculação com grupos, políticos locais, da própria sociedade, fazendo parte disso. No caso aqui, se a gente pensar na atividade ilícita que mais chama atenção é o garimpo, são investimentos vultuosos. Investimentos esses que não necessariamente foram feitos só pela criminalidade organizada e que às vezes levam parte de uma associação, com agentes estatais, agentes públicos ou da própria sociedade. Aqui percebe-se muito claramente uma aceitação desse tipo de criminalidade independente de quem seja. Socialmente é bastante aceito e aí meio que não importa de onde vem esse dinheiro, quem está financiando, quem está financiando, quem está fazendo, desde que exista alguma dinâmica de redistribuição de renda que as pessoas possam receber.

(Entrevistado 6)

O depoimento do Entrevistado 7, um policial penal, revela uma situação desafiadora, porém muito frequente dentro do sistema penitenciário. Ele descreve a abordagem dos detentos que tentam corrompê-lo em troca de favores ilícitos. A conversa gira em torno de oferecer luxos, jóias e propriedades em troca de cooperação para facilitar uma possível fuga. O Entrevistado 7 adota uma postura de resistência respondendo de maneira evasiva aos apelos do detento. Ao final do depoimento, o ele expressa a impossibilidade de aceitar a proposta dos detentos, destacando que tal atitude resultaria em sua própria prisão:

É a tal da simbiose. O crime organizado se alimenta da corrupção. Trabalhando no pavilhão os presos vinham pra mim e falavam assim “seu Diego, o senhor gosta de carro importado?” Eu falava, putz lá vem com o papo furado. Respondia, sim eu gosto. “O senhor gosta de joia, apartamento, cobertura em Copacabana?” Só falava, nossa chique, hein cara? Eu sou criado com eles. Então eu também sou malandro pra caramba, sou ligeiro caramba. Aí sobre essas coisas eles falam “então, mas o senhor não tem porque o senhor não quer, deixa eu ir embora”. Como é que eu deixo você ir embora? Então vai embora, joga a “tereza” e vai embora. Eles respondiam “Não, não é assim. Vou falar uma coisa pro senhor, eu dou o peso do senhor em jóias”. Eu falava, cara, só que aí você vai embora e eu vou ser preso, não, não posso.

(Entrevistado 7)

Em um outro exemplo, o mesmo Entrevistado (7) descreve um caso em que um detento, insatisfeito com o fato de a juíza responsável por seu caso não ceder a suborno, consegue, devido à negociação com funcionários corruptos, transferir-se para outra instituição prisional. Este episódio ilustra como a corrupção pode comprometer o sistema de justiça, permitindo que indivíduos influenciem indevidamente decisões judiciais em seu favor. O Entrevistado destaca que as propostas de corrupção não se limitam aos agentes penitenciários, alcançando também

juízes e promotores. O detento mencionou explicitamente ter comprado a transferência, indicando a conivência de funcionários do sistema prisional nesse esquema corrupto. Além disso, o Entrevistado ressalta a dificuldade de lidar com o crime organizado quando até mesmo aqueles encarregados de aplicar a lei estão envolvidos em práticas corruptas. A analogia com "boi de piranha" sugere que, ao focar em casos menores e individuais, as autoridades podem inadvertidamente permitir que crimes mais graves passem despercebidos.

A corrupção infelizmente existe. Propostas não faltam também, né? Tem muito. Inclusive para juízes e promotores. Os caras falavam pra mim “ Vou embora dessa cadeia porque a juíza aqui é zica brava. Ela não manda eu ir embora. Ela não dá semi-aberto, não dá nada. Meu crime é violento, homicídio. Então ela fala que eu não estou preparado pra ir pro semiaberto, então nega. Mas eu já consegui uma transferência para outra cadeia. Eu comprei a transferência. O diretor da cadeia entrou em contato com o outro diretor, eu comprei os dois” . E quando eu vi o cara foi embora pra outra cadeia mesmo. Depois eu vi que o cara ganhou o semiaberto que lá na outra cadeia que ele estava tinha um outro juiz e ele comprou o benefício do semiaberto dele. Isso foi favorável pra ele. Então como é que vai resolver o problema do crime organizado se as pessoas não cumprem a lei, se corrompem também? É difícil, tudo está envolvido com a parte da lei. É boi de piranha, eles mesmo entregam um coitado de um venezuelano que vai cair do tráfico com dois quilos, três quilos, mas desviou a atenção e passou um caminhão com toneladas. Até essa pessoa é muito importante. (Entrevistado 7)

Em um último exemplo, o Entrevistado fala de mais uma das muitas situações que ele presenciou na penitenciária que trabalha. Ele destaca a palavra "capacidade" como fundamental nesse contexto. Ele explora diferentes aspectos da capacidade dos detentos, desde a habilidade física de esconder objetos no corpo até a capacidade de gerenciar atividades ilegais dentro da prisão, como o tráfico de drogas e a presença de prostitutas. Além disso, a referência à capacidade de adquirir educação formal e buscar profissões legais, como ser advogado ou promotor, sugere uma dualidade na utilização dessas capacidades: tanto para atividades ilegais quanto para busca de status social e respeito, muito úteis para ajudar a facção a alcançar seus objetivos.

Olha, eu fiz uma sindicância lá [...] e nós pegamos o cara com seis celulares no ânus uma chave de fenda, um fone de ouvido e uma conta de luz paga. A conta de luz é porque eu acho que ele precisava dar a satisfação para o preso que aquela conta de luz foi paga, não adiantava falar, o cara queria ver. Eu fiquei até pensando, será que o PCC pagou alguma cirurgia pro cara pra encurtar o intestino? alguma coisa pro cara virar um avestruz, meu? Cabe tudo dentro do cara, cabe chave de fenda e não rasga o cara? não dá hemorragia? como assim? Não é todo mundo que faria isso, é a capacidade. A mulher tem

a capacidade de gerenciar as mulheres que vão visitar os presos. A mulher tem a capacidade de trazer prostitutas. Então tudo é sobre a tal da capacidade. O cara tem a capacidade de fazer um curso de direito para depois defender os líderes do PCC. Tem a capacidade de ser promotor, delegado federal, então a capacidade é a palavra chave. (Entrevistado 7)

Todos os entrevistados são servidores públicos e apesar de alguns terem feito um adendo dizendo que há os governantes e servidores corruptos mas há os que trabalham muito pela manutenção da lei e da ordem, todos reconheceram que não fosse a colaboração de autoridades e membros do Estado nas dinâmicas criminosas, as dimensões não seriam tão vastas.

#### **4.4 Diversificação de ações econômicas do PCC**

A análise da dinâmica do PCC revela uma intrincada teia de interações entre os pilares político e econômico que compõem sua estrutura. A categoria dedicada à simbiose com o estado oferece uma visão da importância e impacto sobre o aspecto político, destacando a complexa relação entre o partido e as instituições governamentais. Essa interdependência política não apenas evidencia a habilidade e do PCC em articular alianças estratégicas, mas também ressalta a importância do apoio político para a sua consolidação e expansão. Complementar a isto, a categoria presente lança luz sobre o aspecto econômico do PCC, revelando como a organização gerencia seus interesses econômicos em setores-chave. Os desafios que surgem para manter essa estrutura são amplificados pela necessidade de sustentar simultaneamente um apoio político contínuo e um crescimento econômico constante, destacando a dinâmica entre poder político e econômico que define a trajetória do PCC (Dias, 2011).

Esses dois pilares, enraizados desde a fundação do PCC, não se desenvolvem de maneira isolada, mas sim em constante interação e complementaridade. A organização evolui ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças políticas e oportunidades econômicas (Dias, 2011). Todos os entrevistados mencionaram o tráfico de drogas como atividade ilícita executada pelo PCC em Roraima, mas deram vários outros exemplos que demonstram como é complexa a teia de interesses econômicos e possibilidade de lucro com atividades ilícitas pela facção. Sobre este assunto, o entrevistado 2 que é defensor público, afirma:

O que eu mais destaco é o tráfico. O tráfico de drogas. No dia a dia, né, o número de apreensão de drogas, enfim. A sobrecarga do meu trabalho é oriunda do crime de tráfico de drogas em especial. E então é dessa forma que

eu vejo as facções mais organizadas. Também furto de motocicleta, eles levam pra Guiana Inglesa e eles trazem também droga da Guiana e da Venezuela. (Entrevistado 2)

No trecho a seguir o Entrevistado 1 revela um cenário que descreve a economia ilícita dentro da lógica do garimpo, onde o PCC aparece como um protagonista cada vez mais influente. O relato destaca a presença marcante da organização criminosa, que controla territórios, como currutelas, e domina serviços essenciais de logística. Cada participante no processo, seja garimpeiro, prostituta ou máquina, é submetido a um sistema onde a moeda é o ouro. O Entrevistado descreve vividamente a dinâmica, apontando para uma realidade na qual o garimpeiro ingressa nesse mundo com uma dívida em ouro, solidificando um ciclo difícil de romper e que pode resultar inclusive em formas de trabalho análogos a escravidão. De acordo com ele:

Existe um serviço de logística que é muito importante [...] Qualquer garimpeiro, qualquer prostituta, qualquer máquina, qualquer coisa que entrar, paga! A logística é paga em ouro. Então, o garimpeiro entra pra garimpar com uma dívida de quinze gramas de ouro. O ouro é duzentos e oitenta reais, o grama. A prostituta a mesma coisa. Então, pra sair ele vai ter que ter os quinze gramas também, ele já entra com dívida [...] Então você tem uma dinâmica de logística, serviços... Então, por exemplo, essa moça que eu entrevistei, ela me passou dois cenários do PCC no garimpo. O primeiro onde ela estava, uma currutela, o cara do PCC controlava a currutela. Então ele trabalhava basicamente com exploração sexual, exploração das meninas e vendia a droga. Um grama de cocaína equivale a um grama de ouro, literalmente uma mina de ouro. E os outros relatos, empresários que tem sistemas próprios de aviação, não depende dessas pistas abertas, contratam faccionado pra fazer a segurança. Óbvio, tem assaltos, isso é comum dentro do garimpo, então você tem os, antigamente chamava, 'guaxebas', eram seguranças de garimpo. Quem passa a fazer a segurança do garimpo? A facção. (Entrevistado 1)

O Entrevistado 5 menciona, para além do tráfico de drogas, o tráfico de armas e uso da "massa faccionada" como mais um meio para arrecadar fundos através da chamada "cebola", que representa a mensalidade paga pelos membros da facção. O Entrevistado esclarece ainda que a principal rota de tráfico de drogas se estende da Venezuela e Colômbia, passando por Roraima, até o Suriname e a Guiana Inglesa, culminando em Boa Vista. Essa revelação evidencia a amplitude geográfica das atividades ilícitas, destacando a complexidade das operações do PCC e sua presença em diferentes países da região. A exploração dessas rotas sugere uma estrutura logística elaborada para o tráfico de drogas, contribuindo para a compreensão da influência transnacional da organização criminosa. O entrevistado afirma:

O tráfico de drogas é o principal e o tráfico de armas é secundário. E aí eles utilizam a massa faccionada para aquela arrecadação da cebola, né? Pra poder arrecadar esse dinheiro paralelo. A cebola é a mensalidade, a mensalidade paga pelos membros faccionados, mas o forte mesmo é a rota de tráfico aqui da Venezuela, Colômbia, por Roraima, pro Suriname, com a Guiana Inglesa, para Boa Vista. (Entrevistado 5)

A análise revela a impressionante diversificação de atividades econômicas do PCC (Primeiro Comando da Capital), que demonstra uma estratégia de atuação abrangente visando maximizar seus ganhos financeiros. A organização criminosa busca oportunidades em diversos setores lucrativos, adaptando-se conforme as circunstâncias e as fontes de renda disponíveis. A região da Amazônia é apresentada como um exemplo, onde o PCC identifica nichos de mercado como o tráfico de madeira e o extrativismo ilegal de recursos florestais. A abordagem adotada varia de acordo com as características de cada localidade, como o tráfico internacional de drogas em São Paulo, a venda de animais exóticos no Amazonas e o controle de territórios em diferentes estados.

Eles trabalham com tudo que dá dinheiro. Então se tem um lugar ali que está secando a fonte, [...] eles não querem secar a fonte. Mesmo que pingue. Mas eles trabalham com diversos mercados e com tudo. Então eles veem a região da Amazônia, como é que a gente pode trabalhar no mercado da Amazônia? Tráfico de madeira, de extrativismo ilegal de madeira. Então lá é assim. São Paulo tem o Porto de Santos então a gente vai ficar com o tráfico internacional de drogas, na fronteira também com tráfico internacional, no Amazonas também temos vendas de animais exóticos lá. Vão pegar cobra, vão pegar peixe [...] Não necessariamente são eles que retiram esses materiais. Mas ninguém consegue trabalhar porque aquela região é de um sintonia [...] se você está praticando algum crime, o sintonia daquela quebrada, daquele estado, daquela região vai vir pra cima de você e vai perguntar quem é você, o que você tá fazendo, que não é assim, é território deles e vai querer [...] a porcentagem, você vai ter que molhar a mão deles não tem jeito. Nesse olhar obviamente ele vai querer cooptar você também. Aí você não quer entrar? Aí se você falar 'não' você já virou meio que um inimigo[...] Está dando dinheiro nisso daí? Está. Então é o seguinte, cara. Vamos matar esse cara e colocar um nosso no lugar dele lá. É assim que funciona. É assim que eu aprendi.

Em entrevista ao InfoAmazonia(2023)<sup>21</sup>, Gabriel Feltran confirma as informações compartilhadas pelos entrevistados supracitados, referentes à diversificação de ações econômicas do PCC, ele diz: “Vários outros mercados que não eram anteriormente o foco das

---

<sup>21</sup> A matéria, onde consta a entrevista, é a última dentre as listadas no quadro 3, apresentado na categoria “Ação da mídia”, neste capítulo. Disponível em: Costa, E., Rios, M., & Chagas, R. (2023). Para os jovens migrantes venezuelanos em Roraima: Drogas, ouro e morte prematura. Infoamazonia. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/08/22/para-os-jovens-migrantes-venezuelanos-em-roraima-drogas-ouro-e-morte-prematura/>. Acesso em: 16 de set. 2023.



atividades do grupo entraram em cena nestes 30 anos. O mercado de ouro, criptomoedas, madeira, terrenos urbanos e rurais, eventos, jogadores de futebol... onde há dinheiro. E quem tem dinheiro pode entrar”.

#### **4.5 Ampliação da Frente Internacional**

A interseção entre a cooptação de imigrantes venezuelanos e a expansão da frente internacional do Primeiro Comando da Capital na Venezuela representa um ponto crucial de análise neste estudo. Esse fenômeno intrincado revela-se como um encontro entre dois eventos distintos: o fluxo migratório e a presença do PCC na região, ambos crescentes. Apesar dos desafios evidentes para a segurança nacional e a administração pública nos países de origem e destino dessas atividades criminosas, a transnacionalização do crime é socialmente configurada, sendo impulsionada pelos interesses dos agentes envolvidos (Greene, 2006).

Nesse contexto, a análise cuidadosa dessa interação complexa busca compreender como a cooptação de imigrantes venezuelanos se revelou útil para a ampliação da presença do PCC na Venezuela e como essa convergência de fenômenos têm contribuído para a operação eficaz dessa facção criminosa. Suas operações têm uma abrangência global, atendendo clientes na Europa e América do Norte, e utilizando a África Ocidental como um ponto de trânsito muito relevante. Essa tendência foi inicialmente observada pelas autoridades judiciais brasileiras em 2009 e tem se mantido nos anos mais recentes, gerando considerável repercussão na mídia e entre as autoridades especializadas no assunto (Ferreira, 2018). Não é uma novidade a influência do PCC nos países da América do Sul, pelo contrário, a facção já é muito consolidada, mas segue tendo o caráter expansionista como uma de suas principais características e usa de todos os recursos disponíveis, inclusive recursos humanos, para seguir dominando territórios e lucrando muito com as atividades ilícitas que desempenha.

O Entrevistado 1, pesquisador, compartilha suas percepções sobre sua pesquisa e destaca a novidade e a recenticidade do fenômeno como aspectos positivos para a pesquisa, mas que dificultam algumas afirmações. Ele descreve o crime organizado como algo em constante transformação, dinâmico e em um estado de ebulição no território. Ele sugere que o período entre 2016 e 2017, marcado por confrontos entre facções como PCC, Comando Vermelho e

Família do Norte, resultando na hegemonia do PCC na região, é um exemplo significativo desse dinamismo e transformação

A ideia do crime organizado que eu até coloquei no projeto que eu comecei a trabalhar [...] Eu comecei justamente incomodado com essa ideia de crime organizado, porque basicamente isso é um debate dentro da área, né? Eu coloquei o tema porque eu naquele momento não sabia muito bem como chamar mesmo. Sabia que era um problema e coloquei ali e comecei a estudar. O que eu percebo? Primeiro: é algo novo, é algo recente. E isso é positivo para estudar, o fenômeno, você vai vendo como ele vai se transformando aqui nesse momento e é muito dinâmico, é difícil você falar, 'olha, tá assim. é isso,' porque tá num processo de ebulição, vamos dizer assim. Então, tá se assentando. De certa forma eu acho que o maior quadro que a gente pode ter disso é o que aconteceu entre 2016 e 2017 com as facções, né? A grande briga do PCC, Comando Vermelho, Família do Norte que levou a hegemonia do PCC na região, tá? (Entrevistado 1)

Quando indagado sobre a possibilidade de membros venezuelanos integrados ao PCC facilitarem a cooperação com as facções locais, o Entrevistado 4, promotor de justiça, enfatizou que a presença de membros venezuelanos no PCC poderia facilitar a colaboração. Isso se deve à livre circulação na fronteira, proporcionando uma comunicação aberta entre as facções. Ele também mencionou os desafios de comunicação devido à diferença de idiomas entre português e espanhol. Nesse contexto, a presença de membros fluentes na língua nativa pode agregar valor, permitindo uma colaboração mais natural entre os membros do PCC e os representantes das facções venezuelanas em Roraima.

Com certeza. Até mesmo por uma questão de comunicação e esse livre acesso na fronteira [...] isso daí facilita demais, porque o venezuelano ele pode entrar e sair, levar essas informações para o sindicato de forma aberta. Facilita a questão da comunicação, porque às vezes nós temos a impressão que português e espanhol é tudo a mesma coisa e não é. Nós temos vários casos aqui de venezuelanos que se não tiver um tradutor juramentado nós não conseguimos fazer audiência. Hoje eu convivo com venezuelanos porque tem vários deles em cumprimento de pena nessas audiências [...] a impressão que eu tenho é que o PCC também começa a crescer na Venezuela porque a partir do momento que estabelece uma cooperação entre sindicato e o PCC, da mesma forma que o PCC abre o espaço aqui pro sindicato eu entendo que são vias de mão dupla, né? O sindicato também abriu esse espaço pro PCC na Venezuela [...] A execução penal tem vários casos, vários venezuelanos que não conseguem compreender nada. E aí eu não sei se é porque já tem um tempo que eu venho convivendo mas eu consigo entender o que eles tão falando, mas tem vários deles que não conseguem. E a partir do momento que o PCC tem aumentado nos seus quadros a quantidade de membros que são venezuelanos até essa questão da linguagem facilita. (Entrevistado 4)

O Entrevistado 1 também destaca a comunicação entre nativos da língua como um facilitador

É muito difícil falar com qualquer pessoa em outra língua. Falar com pessoas que falam gíria a cada duas palavras? Você não entende direito. Então um cara desse ele consegue fazer essa amarração. Então eu acho que sim. Eu acho que é estratégico. É estratégico ele ir do outro lado da fronteira e ter o cara lá também[...] isso abre um caminho para criar pontes entre as facções de lá. (Entrevistado 1)

Além disso, o Entrevistado compara essa dinâmica à estratégia do exército, que incorpora membros locais para adquirir conhecimento da tecnologia local. Nesse contexto, ele sugere que membros venezuelanos trazem consigo uma "tecnologia local" específica, compreendendo a realidade venezuelana, a língua, contatos e redes comerciais. Essa integração, segundo o entrevistado, enriquece as capacidades do PCC, tornando a cooperação com as facções venezuelanas mais eficiente e facilitando o entendimento das dinâmicas locais em vários níveis

Da mesma forma que [...] um filho de garimpeiro que já atuou no garimpo e se torna um faccionado, ele incorpora à facção uma tecnologia local, que passa por conhecer o trabalho de garimpo, ter contato com as pessoas [...] todas essas tecnologias sociais. Se pega um cara como eu joga dentro do garimpo, eu não vou saber fazer nada, certo? Então assim, você precisa do cara local pra te dar a tecnologia local. O exército faz isso. O exército tem indígenas que qualquer treinamento de selva passa pelo conhecimento da tecnologia local dos indígenas ou dos caboclos. Então, na medida em que o PCC faz isso, ele incorpora uma tecnologia local. À medida que entra um venezuelano que conhece a realidade venezuelana e a língua [...] que tem contatos na Venezuela, que está cometendo ilícitos aqui, é possível que tenha cometido lá também. Então tem contatos com o meio ilícito na Venezuela ou eventualmente com membros do comércio ou coisa do tipo. É uma tecnologia que se incorpora ao PCC. É óbvio que isso facilita a relação com a Venezuela. (Entrevistado 1)

Sobre facções venezuelanas atuando em Roraima, foi frequentemente mencionado o Trem de Aráguá, que foi descrita como extremamente violenta. Apesar de aparentemente ser a mais popular, não é a única. Uma facção que teria surgido no contexto da operação acolhida, chamada "Casa Podrida" e há relatos contraditórios sobre seu status atual. O Entrevistado relata que alguns afirmam que a facção já acabou, enquanto outros sustentam que ainda está ativa. Em contato com a polícia civil ele também descobriu outras facções venezuelanas atuando no território.

Durante a pesquisa, um pessoal do mestrado que trabalha com migração começou a falar que nas entrevistas de imigração começou a aparecer reiteradamente facções venezuelanas, ideia de facções venezuelanas. Especialmente uma chamada "Casa Podrida". E aparentemente nasceu dentro da operação acolhida. [...] Dizem que já acabou, dizem que não acabou e aí um pessoal da civil disse que descobriram onde era a tal da Casa Podrida que trabalhava junto com os abrigos, enfim então isso me chamou atenção, principalmente porque aqui no Brasil facção geralmente nasce em presídio. Aqui em Roraima nasce também em abrigo humanitário. E aí começaram a

aparecer os "Trens". Conversando com a Polícia Civil. Aí começa a aparecer a ideia do Trem del Sur, Trem del Llanos, Trem de Aráguá, Sindicato do Crime e Casa Podrida. Então começa a aparecer uma galera venezuelana (Entrevistado 1)

O Entrevistado 5, que tem dezesseis anos de experiência na inteligência penitenciária lidando especificamente com organização criminosa assegura que por meio da cooptação dos imigrantes venezuelanos, seja no sistema penitenciário ou na rua, o PCC coopera mais facilmente com as facções venezuelanas. Ele menciona um indivíduo conhecido como "Pista Loka" que atua como elo do PCC na Venezuela. em uma breve busca pelo vulgo do indivíduo foi possível encontrar algumas reportagens, sobre seus crimes, datadas de 2017. Ele é descrito como uma base importante do PCC no país vizinho, e é responsável por estabelecer conexões com organizações criminosas locais. Ele explica que membros do PCC foragidos de Roraima já se refugiaram na Venezuela, contando com o apoio de Ramon. Em troca, o PCC expande seu conhecimento em metodologias criminosas, influenciando as doutrinas das organizações venezuelanas. Para o entrevistado 5:

Inclusive a gente tem um alvo, vamos dizer assim, que é conhecido como "pista loka" que ele é o elo do PCC na Venezuela. É Ramon Lopes de Jesus da Costa, o nome dele. Então esse é um criminoso que inclusive é base do PCC na Venezuela. Tem organizações criminosas venezuelanas e isso facilita o link com a droga e com armamento. Então ele circula na alta cúpula lá da Venezuela. Inclusive ele é foragido aqui do estado de Roraima, já fez dezenas de ameaças às autoridades e aos policiais. Eu sou um, ele já gravou uns três vídeos. É um elo forte. Já houve casos de foragidos daqui, membros do PCC, se esconderem na Venezuela e o suporte lá era esse criminoso. E o que eles ganham com isso? Eles estabelecem uma rota internacional, seja para arma de fogo ou seja para o tráfico de drogas. E em troca expandem o conhecimento que eles têm nessa metodologia do crime, vamos dizer assim, mesmo as suas doutrinas nas organizações venezuelanas. como eu falei, acaba facilitando porque serve de elo ou de proteção ou por essa rede criminoso de uma rota de tráfico, de expansão a nível internacional. Então ela facilita até porque a própria fragilidade na questão jurídica da Venezuela permite isso, né? Permite que eles fiquem transitando tranquilamente. A nossa extensão de faixa de fronteira é muito grande e você não consegue policiar essa faixa de fronteira de forma efetiva (Entrevistado 5).

A fragilidade jurídica na Venezuela é apontada como um facilitador para as atividades do PCC, mais uma vez sendo mencionada a circulação menos regulada de membros na extensa faixa de fronteira. Em suma, a análise das entrevistas destaca a estratégia do PCC na ampliação de sua frente internacional por meio da integração de imigrantes venezuelanos. A maioria dos entrevistados concordou que o PCC coopta imigrantes por serem mão de obra disponível, os incorpora em atividades estratégicas e aproveita suas competências e habilidades para atender

aos objetivos da facção. Isso ocorre com os batizados brasileiros, a utilidade específica que os imigrantes podem fornecer para fortalecer suas operações em escala internacional, por serem tradutores naturais não apenas da língua, mas da geografia e da cultura da Venezuela. O fenômeno da imigração é, assim, explorado como uma oportunidade estratégica para intensificar as atividades do PCC, solidificando sua presença global.

Além disso, ao responderem a mesma pergunta, das divergências de opinião entre os entrevistados, apenas o Entrevistado 6, cientista social, internacionalista e pesquisador acerca das temáticas de migração, expressou incerteza por não ter dados concretos. O Entrevistado 3, coronel da PM, não argumentou sobre ampliação internacional, mas negou a possibilidade de a cooptação acontecer especificamente no sistema penitenciário, sobre isto ele disse “eu acho que eles não se comunicam [...] no sistema penitenciário [...] eles não têm contato um com o outro, assim não tem como haver uma cooptação. Lá não entra celular há cinco anos. Se há algum tipo de cooptação é fora”. No entanto, conforme visto, não é necessário alguém do exterior da penitenciária para cooptação ser bem-sucedida, os detentos batizados realizam a função de integrar novos membros.

Os outros entrevistados todos convergiram na visão de que a cooptação de imigrantes venezuelanos em Roraima tem sido uma prática efetiva para o PCC expandir suas operações internacionalmente, evidenciando uma abordagem seletiva que tem maximizado as contribuições específicas de cada membro. Assim, a compreensão dessas percepções e afirmações provenientes das entrevistas oferece uma visão mais completa das estratégias do PCC na América do Sul, o que revela uma adaptação dinâmica às circunstâncias.

## CONCLUSÃO

A interseção, não planejada, entre dois grandes fenômenos no estado de Roraima emerge como um tema de relevância crucial para a Segurança Pública e a Cidadania. Neste capítulo conclusivo, busca-se sintetizar as descobertas e argumentos, destacando as principais contribuições deste trabalho e ponderando sobre suas implicações mais abrangentes. O objetivo central desta dissertação foi analisar de que modo se dá a contribuição dos imigrantes integrados ao PCC em Roraima na transnacionalização da facção.

Para atingir esse objetivo, delineamos como objetivos específicos: apresentar elementos relativos ao perfil e trajetória do PCC em território nacional e internacional; avaliar de que modo a vulnerabilidade se apresenta como um fator facilitador para a cooptação; analisar a conveniência e o impacto facilitador na persistência do crime, tornando-o progressivamente mais robusto e desafiador de ser enfrentado, devido à simbiose com as estruturas estatais, bem como demonstrar a diversidade de ações econômicas do PCC no território.

Ao analisar os relatos dos profissionais que pesquisam as temáticas de organizações criminosas e imigração ou atuam em órgãos públicos, é unânime que existem esforços dedicados à tentativa de suprir as necessidades dos imigrantes venezuelanos. Todos foram beneficiados por serviços públicos como vacinação e documentação já quando atravessam a fronteira. Contudo, simultaneamente aos esforços, o estado foi sobrecarregado por um fluxo de dimensões imprevistas.

A vulnerabilidade social dos imigrantes venezuelanos em Roraima é evidente. Os dados destacam os desafios em absorver a demanda, as condições precárias de vida e a falta de políticas públicas eficazes para a inclusão no mercado de trabalho e integração social. A complicação se estende ao âmbito penal, onde já se encontram venezuelanos presos, bem como a presença de facções. Observa-se também que o processo de cooptação, quando conduzido por membros do PCC que se aproximam dos imigrantes, ocorre de maneira semelhante à abordagem utilizada com os brasileiros, com um discurso assistencialista que envolve promessas de apoio financeiro e pertencimento a um grupo que oferecerá integração e proteção, que eles não têm encontrado via Estado.

A complexidade e a amplitude da presença do crime organizado sugerem que essa presença não se restringe apenas às áreas de miséria e periferia, ela permeia diversos níveis da sociedade, incluindo o Estado. O garimpo é apontado como uma atividade ilícita que atrai atenção, envolvendo investimentos significativos. A organização criminosa busca oportunidades em diversos setores lucrativos, adaptando-se conforme as circunstâncias e as fontes de renda disponíveis. Embora o tráfico de drogas esteja sempre presente, demais nichos de atuação podem variar de acordo com as características que podem ser exploradas financeiramente em cada localidade.

Apesar dos desafios enfrentados pelos países onde essas atividades criminosas acontecem, a transnacionalização do crime é moldada socialmente, impulsionada pelos interesses dos agentes envolvidos. A influência do PCC nos países da América do Sul está firmemente estabelecida e expandindo. Ao analisar os dados disponíveis, chegou-se à conclusão de que a presença de membros venezuelanos no PCC, especialmente em regiões fronteiriças, poderia facilitar as atividades que envolvem esse processo. Isso se deve à livre circulação na fronteira, proporcionando uma comunicação aberta entre os membros das facções, geográfica, linguística e culturalmente, para além dos possíveis contatos e redes comerciais que são compartilhados

Os dados coletados por este estudo confirmam que por meio da cooptação dos imigrantes venezuelanos o PCC passa a ter uma base importante no país vizinho, que é responsável por estabelecer conexões com organizações criminosas locais e receber membros brasileiros da facção em território venezuelano. A resposta ao problema desta pesquisa: como o PCC utilizou da vulnerabilidade de imigrantes venezuelanos, em Boa Vista, para ampliação de sua frente internacional? se relaciona também com a literatura que discorre sobre crime organizado transnacional e a expansão do PCC (Werner, 2009; Biondi, 2014; Jozino, 2014; Manso; Dias, 2018; Feltran, 2018; Ferreira, 2018; Oliveira; Krueger, 2018; Coutinho, 2019; Campos, 2020; Teixeira, 2020; Machado, 2021; Ferreira; Framento, 2021; Vila et al, 2021)

Em síntese, compreende-se que alguns elementos determinariam que a cooptação fosse diminuída, partindo do suprimento efetivo das demandas e integração plena dos imigrantes. Considerando o perfil do PCC, a inexistência da tentativa de cooptação não é uma possibilidade, por terem demanda por membros, dadas as ofertas constantes de atividades ilícitas a serem executadas. Com isso, apresentam-se algumas propostas necessárias para que o Estado ocupe

o espaço de maneira devida para proporcionar uma melhor qualidade de vida e um cenário onde as propostas e discursos das organizações criminosas não sejam tão sedutores para aqueles que não foram devidamente incluídos na sociedade e no mercado de trabalho roraimense:

A integração plena dos imigrantes venezuelanos em Roraima, considerando processos de desenvolvimento para essa região que conforme foi apresentado no tópico intitulado “Território”, carece muito. A proposta de criação de uma plataforma online integrada para reunir informações sobre iniciativas de acolhimento e integração de imigrantes venezuelanos é uma ideia promissora e pode ser uma medida de enfrentamento a cooptação pelo crime organizado. Alguns pontos a serem considerados para a implementação bem-sucedida dessa proposta são (1) a colaboração institucional que deve envolver ativamente órgãos públicos, organizações não governamentais, instituições de ensino e outros atores relevantes para garantir uma colaboração efetiva na criação e manutenção da plataforma. (2) Informações abrangentes, que garantam detalhes sobre os serviços disponíveis em diferentes áreas, como moradia, saúde, educação, trabalho e renda, assistência jurídica, entre outros. Isso permite que os imigrantes encontrem ajuda formal conforme suas necessidades específicas.

Bem como (3) acessibilidade por meio da criação de uma versão física da plataforma para ser distribuída nas fronteiras, juntamente com informações sobre como acessar o site e o aplicativo, que considere também pessoas com deficiências e suas demandas de leitura em braille e descrição de áudio, por exemplo. Isso ajudaria a garantir que os imigrantes tenham conhecimento imediato dos recursos disponíveis assim que cruzam a fronteira. (4) Disponibilização das Informações considerando idioma e cultura disponibilizando as informações também na língua espanhola. (5) Divulgação efetiva realizada por meio da implementação de campanhas de conscientização para destacar a existência da plataforma, promovendo a sua utilização entre os imigrantes. Isso pode incluir parcerias com organizações locais, mídias sociais e outros canais de comunicação relevantes. (6) Estabelecimento de um sistema de feedback para os usuários da plataforma, permitindo ajustes e melhorias contínuas com base nas necessidades reais dos imigrantes.

O perfil da população migrante é jovem, mas demanda direcionamento. Uma possível resolução para a problemática da falta de oferta de trabalho formal para essa população seria uma atuação mais incisiva dos órgãos públicos, com apoio da união para consolidação e



fiscalização das ações. Sendo o tráfico de drogas o crime que mais encarcera, não só em Roraima, mas no Brasil (28%), um debate sobre a descriminalização das drogas foi levantado pelos entrevistados como uma opção à redução do encarceramento e conseqüentemente evitaria uma aproximação do crime organizado em um cenário que, conforme visto, praticamente anula as chances de negarem quando abordados pela facção, pela vulnerabilidade física a qual ficam expostos em um ambiente dominado pelo PCC. Além de contribuir para o aumento significativo da população carcerária, a criminalização das drogas apresenta um desafio substancial para a saúde pública no que diz respeito ao tratamento desse complexo problema social.

A regulamentação da venda e legalização do consumo devem ser consideradas também como uma opção realista e eficiente de enfrentamento ao crime organizado. Diante desse cenário de criminalização, o narcotráfico expandiu-se vigorosamente, transformando-se em um negócio de grande escala e mercado clandestino. À medida que leis e iniciativas domésticas e internacionais foram aperfeiçoadas na busca pela supressão do tráfico de drogas, tornou-se uma prática comum o crime organizado articular suas redes, buscando e estabelecendo uma presença transnacional bem-sucedida, ainda com todo esforço, gasto e vidas perdidas em razão da guerra às drogas (Rodrigues, 2012).

Sabendo, como dito, que nem todos os imigrantes se envolvem com o crime organizado, a definição e compreensão desse fenômeno demandam pesquisas futuras. Essas pesquisas poderão investigar se os indivíduos já possuíam experiência na criminalidade antes de imigrar e quais foram as motivações que os levaram a se associar ao PCC, em detrimento de outras facções atuantes no território.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Luis. 30 venezuelanos são presos por suspeita de traficar com o PCC em Roraima. **UOL Notícias**, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/14/30-venezuelanos-sao-presos-sob-suspeita-de-elo-com-pcc-em-pacaraima-rr.htm>. Acesso em: junho de 2022.

ADORNO, Sergio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, set.-out. 2007, p. 7-29. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10264/11894>. Acesso em: 10 de julho de 2023

ALESSI, Gill. Venezuelanos ganham força e cargos-chave no PCC em Roraima após ‘batismo’ feito por liderança nacional. **El País**, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-07/venezuelanos-ganham-forca-e-cargos-chave-no-pcc-em-roraima-apos-batismo-feito-por-lideranca-nacional.html>. Acesso em: 08 de julho de 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Venezuelan Migration in Brazil: Socio-economic and vulnerability profiling of Persons of Concern in Pacaraima, Boa Vista and Manaus**. 2019. Disponível em: [https://www.r4v.info/sites/default/files/2021-06/reach\\_bra\\_report\\_profiles\\_of\\_venezuelan\\_persons\\_of\\_concern\\_july\\_2019.pdf](https://www.r4v.info/sites/default/files/2021-06/reach_bra_report_profiles_of_venezuelan_persons_of_concern_july_2019.pdf). Acesso em janeiro de 2023

ALBANESE, Jay S. *Organized Crime in Our Times*. 6th ed. Routledge, 2015.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Venezuela situation**. 2019a. Disponível em: <https://www.unhcr.org/venezuela-emergency.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

ALVES, Thiago Augusto Lima. **Imigrantes venezuelanos: o Brasil e sua política de proteção aos direitos dos refugiados**. In: Congresso FoMerco, 2019. Disponível em: [https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1570149578\\_A RQUIVO\\_bcd1b2db2cbbec3a39e5aefab6f1efc4.pdf](https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1570149578_A RQUIVO_bcd1b2db2cbbec3a39e5aefab6f1efc4.pdf). Acesso em: 17 de outubro de 2023.

BAENINGER, R. Migrações Transnacionais de Refúgio no Brasil. In: Carmem Lussi. (Org.). **Migrações Internacionais: Abordagens de Direitos Humanos**. 1ed. Brasília, 2017, v. 1, p. 13-29. Disponível em: <https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2023

BAPTISTA, Rodrigo; VILAR, Isabela. Projeto da nova lei de migração segue para sanção presidencial. **Agência Senado**, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/projeto-da-nova-lei-de-migracao-segue-para-sancao-presidencial#:~:text=Hist%C3%B3rico,adotado%20durante%20o%20regime%20militar>. Acesso em 21 de setembro de 2023

BARROS, P. S. (2006). Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana. **Cadernos PROLAM/USP**, ano 5, vol. 2, p. 209-237. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81813>. Acesso em 15 de outubro de 2022

BEST, J. W. *Como investigar en educación*. 2. ed. Madrid: Morata, 1972. Capítulo 7.

BRASIL. **Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm). Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a lei de imigração. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm). Acesso em 10 de agosto de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm). Acesso em: 10 de agosto de 2023.

BRASIL. **Ministério da Justiça**. Organização Internacional para as Migrações, Agência das Nações Unidas Para as Migrações. Política Nacional de Refúgio Consolidada. Brasília, 2017. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/politica\\_de\\_refugio\\_no\\_brasil\\_VOL\\_UME2.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/politica_de_refugio_no_brasil_VOL_UME2.pdf) . Acesso em: 15 de outubro. 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 12 de set. 2023

BIDERMAN, C., MELLO, J.M.P., LIMA, R.S. et al. **Pax Monopolista and Crime: The Case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital** . São Paulo. *Journal of Quantitative Criminology* 35, 573–605 (2019).

BIGOLI, Paula dos Santos; BEZERRO, Eduardo Buzetti Eustachio. Facções Criminosas: o Caso do PCC – Primeiro Comando da Capital. **Colloquium Humanarum**, v. 11, n. 3, p. 71-84, 2015. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1209>. Acesso em 22 janeiro de 2023.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC**. Editora Terceiro, 2010. Disponível em: <[bit.ly/3t7Ck3Q](https://bit.ly/3t7Ck3Q)> . Acesso em 10 de março de 2023.

BLOCK, Alan A. The Organized Crime Control Act, 1970: Historical Issues and Public Policy. **The Public Historian**, v. 2, n. 2, p. 39-59, 1980. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/3376969](http://www.jstor.org/stable/3376969)>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BOA VISTA. **Aumento populacional** - Boa Vista é a capital com maior taxa de crescimento entre 2018 e 2019, segundo dados do IBGE. 2019. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2019/08/aumento-populacional-boa-vista-e-acapital-com-maior-taxa-de-crescimento-entre-2018-e-2019-segundo-dados-do-ibge> . Acesso em: 08 de setembro de 2022

BUZAN, B.; WÆVER, O.; DE WILDE, J. **Security**: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner, 1998.

CAMBRICOLI, Fabiana. Com imigração venezuelana, Boa Vista vive problemas de metrópole. **Estadão**, 28 out. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/com-imigracao-venezuelana-boa-vista-vive-problemas-de-metropole/>. Acesso em: 28 out. 2023.

CAMPOS, Julia. **Operação Acolhida**: o trabalho de militares brasileiros na primeira missão humanitária em território nacional. 2019. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/57698-operacao-acolhida-o-trabalho-de-militares-brasileiros-na-primeira-missao-humanitaria-em-territorio-nacional>. Acesso em: 1 de novembro. 2023.

CARVALHO, Reginaldo Pereira de. **O petróleo e a crise econômica venezuelana**: impactos socioeconômicos na zona de fronteira Brasil-Venezuela no período de 2008 à 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3rXvjCD>. Acesso em: 15 de outubro. 2023

CARVALHO, Marco Antônio. Depoimento: 'PCC promete sustentar a família dos venezuelanos lá fora'. **Estadão**, 2018. Disponível em: <<https://t.co/zjgK2y05p6>>. Acesso em: julho de 2022.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Vozes, Petrópolis, 2009.

CASTLE, Allan. Transnational Organized Crime and International Security. Working Paper, No. 19, *Institute of International Relations, The University of British Columbia*, 1997. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/46409/WP19.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CASTELLS, Manuel. **End of Millennium**: The Information Age: Economy, Society and Culture Volume III. Blackwell Publishers Ltd, 2010

CARVALHO, Marco Antônio. PCC recruta venezuelanos em prisão de Roraima e amplia frente internacional. **Estadão**, 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/em-nova-ofensiva-pcc-recruta-venezuelanos-em-prisao-de-roraima/>. Acesso em: março de 2022

CARVALHO, Reginaldo Pereira de. **O petróleo e a crise econômica venezuelana**: impactos socioeconômicos na zona de fronteira Brasil-Venezuela no período de 2008 a 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Roraima, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3rXvjCD>. Acesso em 16 de outubro de 2023

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado, estado e segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 375-405, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/yc9kXFhYxqNPJXDJHNPPBNB/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 19 mar. 2023.

“**Cerca de 70 facções atuam no Brasil**”, diz o ministro da Segurança Pública. Brasília. **O GLOBO**. 03 de setembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/cerca-de-70-faccoes-atuam-no-brasil-diz-ministro-da-seguranca-publica-23035855>. Acesso em: 17 de março de 2023

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV): **Humanitarian situation in Venezuela**. International Committee of the Red Cross. 2019. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/qahumanitarian-situation-venezuela>. Acesso em: 24 de setembro de 2022.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório de visita ao sistema prisional**. Roraima, 2021. Disponível em: [https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Comissoes/CSP/RELAT%C3%93RIOS\\_DE\\_VISITAS/RELATORIO\\_RORAIMA\\_2021\\_.pdf](https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Comissoes/CSP/RELAT%C3%93RIOS_DE_VISITAS/RELATORIO_RORAIMA_2021_.pdf). Acesso em: 14 de novembro de 2023.

CORREIA, C., Damasceno, C., Thaynan, L. Qual é o Estado com população mais jovem do Brasil? **Estadão**, Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/qual-e-o-estado-com-populacao-mais-jovem-do-brasil-veja-dados-do-censo/>, Acesso em: 4 de novembro de 2023.

COSTA, Emily; FARIAS, Elaíze; BRASIL, Kátia. Garimpeiros ligados ao PCC atacam aldeia Yanomami. **Ponte**, 2021. Disponível em: [https://ponte.org/garimpeiros-ligados-ao-pcc-atacam-aldeia-yanomami/?utm\\_source=twitter&utm\\_medium=post&utm\\_campaign=20210511\\_garimpeiros-ligados-ao-pcc-atacam-aldeia-yanomami&utm\\_content=home](https://ponte.org/garimpeiros-ligados-ao-pcc-atacam-aldeia-yanomami/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=20210511_garimpeiros-ligados-ao-pcc-atacam-aldeia-yanomami&utm_content=home). Acesso em: agosto de 2022.

COSTA, Emily; RIOS, Mariana; CHAGAS, Rodrigo. Para os jovens migrantes venezuelanos em Roraima: drogas, ouro e morte prematura. **InfoAmazonia**, 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/08/22/para-os-jovens-migrantes-venezuelanos-em-roraima-drogas-ouro-e-morte-prematura/>. Acesso em: outubro de 2023.

COSTA, Camila de Freitas Torres. **Famílias monoparentais venezuelanas em São Paulo: uma análise interseccional sobre a migração**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-10052023-191049/pt-br.php>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

COTTA, Francis Albert (Org.). **Ciências policiais e tecnologias inovadoras na segurança cidadã**. Jundiaí. Paco Editorial, 2022.

CRESSEY, Donald R. Methodological problems in the study of organized crime as a social problem. *The Annals of the American Academy*, 374, p. 101-12, 1967.

CRUZ, Maria Daiana Targino da, et al. crime organizado: Uma abordagem sobre as facções dominantes no Brasil. **Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública**, v. 8, nº2, (2020). Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/article/download/7865/7466> . Acesso em 02 de fevereiro de 2023.

**DIÁRIO DO AÇO.** Guerra de facções deixa 33 mortos em presídio em Roraima. 2017. Disponível em: <https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0047136-guerra-de-faccoes-deixa-33-mortos-em-presidio-em-roraima>. Acesso em: novembro de 2022.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência:** expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.8.2011.de-13062012-164151. Acesso em: 11 de março de 2022.

DUARTE, Thais Lemos. ARAUJO, Isabela Cristina Alves. PCC em pauta: Narrativas jornalísticas sobre a expansão do grupo pelo Brasil. **Dilema: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 13, n. 2 (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v13n2.23020>. Acesso em: 09 de setembro de 2022.

Duarte, Thais Lemos. "Vácuo No Poder? Reflexões Sobre a Difusão Do Primeiro Comando Da Capital Pelo Brasil." **Revista Crítica De Ciências Sociais** 122. (2020): 77-96. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/10663>. Acesso em: 09 de setembro de 2022.

DUARTE, T. L.; ARAÚJO, I. C. A. de. Caminho sem volta? Faces da expansão do PCC a Minas Gerais. **Tempo Social**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 173-196, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/170870>. Acesso em: 30 de março de 2023.

*Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) 2016.* Disponível em: <https://www.proyectoencovi.com/encovi-2016>. Acesso em: 8 de outubro de 2023.

Entenda a queda do preço do petróleo e seus efeitos. **G1.** São Paulo, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html>. Acesso em: 13 de out. 2023.

ESTADÃO. **PCC recruta venezuelanos em penitenciária de Roraima.** Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/Estadao/status/949191236161687552>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The Penguin Dictionary of International Relations*. 1ª ed. Londres: Penguin Books, 1998.

Facção recruta venezuelanos para tráfico na tríplice fronteira. **BCN AMAZONAS.** Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/municipios/facao-recruta-venezuelanos-traffic-triplice-fronteira/>. 2023. Acesso em: outubro de 2023.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos:** Uma história do PCC. São Paulo. Companhia das Letras. 2018

FERREIRA, Marcos Allan S. V. Brazilian criminal organizations as transnational violent non-state actors: a case study of the Primeiro Comando da Capital (PCC). **Trends Organ Crim**, v. 22, p. 148–165, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12117-018-9354-7>. Acesso em: 20 de fev.2023

FERREIRA, Marcos Alan S. V. FRAGMENTO, Rodrigo De Souza. Atores Não-estatais Violentos Transnacionais Na América Do Sul. **Revista Brasileira De Segurança Pública** 14.1 (2021): 72-87.

GARCIA, Juliano dos Santos; SILVA, Adilson José da. Mídia e polícia: uma análise discursiva. **Revista de Ciências Policiais: da Academia Policial Militar do Guatupé**, Guatupé, v. 1, n. 10, p.161-172, 2018. Anual. Disponível em: <http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/apmg/ano2018-edicao1-volume1>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

"Com políticas de estímulo ao setor produtivo, Roraima registra crescimento econômico recorde". **G1**, 02 fev. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/especial-publicitario/governo-de-roraima/governo-de-roraima/noticia/2022/02/02/com-politicas-de-estimulo-ao-setor-produtivo-roraima-registra-crescimento-economico-recorde.ghtml>>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

GREENE, J. R. (2006). **The Encyclopedia of Police Science**, Third Edition. Routledge. Disponível em: <[bit.ly/3yLQKqb](http://bit.ly/3yLQKqb)> acesso em: 15 de março de 2023.

HAMMAR, T. European Immigration policy: a comparative study. In: MESSINA, A.; LAHAV, G.. **The migration reader: exploring politics and policies**. Boulder, Colo.: Lynne Rienner Publishers, 2005. P. 235-245.

HISAYASU, Alexandre. PCC 10 Anos: O Poder Financeiro [Infográficos]. **Estadão**, 2016. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/poder-financeiro>. Acesso em: 26 de agosto de 2023

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Roraima - **Cidades e Estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **População de Roraima no Censo Demográfico 2010**. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/resultados/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_roraima.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_roraima.pdf). Acesso em: 16 de outubro de 2023.

JENKINS, J. Craig. Nonprofit Organizations and Policy Advocacy. In: POWELL, Walter W.; STEINBERG, Richard (ed.). **The Nonprofit Sector: A Research Handbook**. New Haven: Yale University Press, 2006. cap. 13, p.307-332. Disponível em: <https://bit.ly/3R8vtkj>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. **Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações**. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2023/Ref%C3%BAgio\\_em\\_N%C3%BAmeros/Refugio\\_em\\_Numeros\\_-\\_final.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf). Acesso em: 15 de outubro de 2023.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984,

KOWARICK, Lúcio & Brant, CALDEIRA, Vinicius (orgs.). **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo, Loyola. 1976 Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6308653/mod\\_resource/content/1/VVAA\\_SP1975-CRESCIMENTO%20E%20POBREZA.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6308653/mod_resource/content/1/VVAA_SP1975-CRESCIMENTO%20E%20POBREZA.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Ana Carolina G.; CASTRO, Mariana de Araújo. Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, vol. 13, nº 26, janeiro - junho de 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12824> . Acesso em: 14 de out. de 2023

LIMA, Renato S. (Coord.). Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/relatorio-governanca-capacidades.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

MACHADO, Gabriela. "The International Expansion of Sao Paulo's Primeiro Comando Da Capital (PCC): Notes on the Illicit Drug Trade in South America." **Rivista Di Criminologia, Vittimologia E Sicurezza** XIII.XIII, 2, 2019 (2019): 43-65. Disponível em: [http://www.vittimologia.it/rivista/articolo\\_machado\\_201902.pdf](http://www.vittimologia.it/rivista/articolo_machado_201902.pdf). Acesso em: 18 de jul. de 2023.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila. **A Guerra: Ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo. Editora Todavia, 2018.



MARQUES, Adalton. (2009), **Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões.** São Paulo, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-15032010-103450/pt-br.php>. Acesso em 08 de setembro de 2023.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2002.

MINGARDI, Guaracy. O trabalho da Inteligência no controle do crime organizado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 21, p. 51-69, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10266>. Acesso em: agosto de 2022.

Ministério Público do Mato Grosso do Sul. "**Tráfico de pessoas aproveita vulnerabilidade de migrantes e refugiados.**" Notícias. 2016. Disponível em: <https://www.mpms.mp.br/noticias/2016/08/trafico-de-pessoas-aproveita-vulnerabilidade-de-migrantes-e-refugiados>>. Acesso em: 01 de novembro 2023

MILLS, Charles Wright [1959]. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6192184/mod\\_resource/content/1/MILLS%2C%20W.%20A%20imagina%C3%A7%C3%A3o%20sociol%C3%B3gica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6192184/mod_resource/content/1/MILLS%2C%20W.%20A%20imagina%C3%A7%C3%A3o%20sociol%C3%B3gica.pdf). Acesso em 10 de outubro de 2023.

MOLLER, Frida. News Reports and Written Narratives: **Collecting Information using different types of empirical sources.** In: Höglund, Kristine and Magnus Öberg. Understanding Peace Research: Methods and challenges. London: Routledge. 2011

MOREIRA, J.B. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947- 2010).** Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 2012. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/850466>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

NUSSBAUM, Martha C. **Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership.** United States of America. Harvard University Press, 2007.

OLIVEIRA, Giovanni França de. KRUGER, Caroline. "As Relações De Reciprocidade E Dívidas Morais Entre O Presídio E a Rua: A Expansão E Transnacionalização Do Primeiro Comando Da Capital (PCC) Na Fronteira Brasil-Bolívia." **Dilemas : Revista De Estudos De Conflito E Controle Social** 11.1 (2018): 28-52.

OLIVEIRA, Ebenézer Marcelo Marques de; SAMPAIO, Cyntia; **Centro de Estudos Migratórios; Laudes Foundation; Missão Paz; Conectas Direitos Humanos.** ESTRANGEIRO, NUNCA MAIS! MIGRANTE COMO SUJEITO DE DIREITO. São Paulo, 2020. Disponível em: [https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/03/Estrangeiro-Nunca-Mais\\_Livro-Lei-de-Migracao1.pdf](https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/03/Estrangeiro-Nunca-Mais_Livro-Lei-de-Migracao1.pdf). Acesso em: 14 de outubro de 2023.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). *Asamblea General. Protección de los migrantes*. 19 de diciembre de 2017. Punto 1. Disponível em: <[www.refworld.org/es/pdfid/5a9f010a4.pdf](http://www.refworld.org/es/pdfid/5a9f010a4.pdf)>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

PCC é a maior organização criminosa da América do Sul, diz Promotor. **Exame**, São Paulo. 13 de julho de 2018. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=363227&pesq=&pagfis=6>. Acesso em: 9 maio 2022

PEREIRA, Felipe. PCC no Garimpo. **UOL Tab**.. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/pcc-no-garimpo/>. Acesso em: outubro de 2023.

Prefeitura de Pacaraima. **História do Município**. Disponível em: <http://www.pacaraima.rr.gov.br/4/pagina>. Acesso em: 25 out. 2023.

PRONI M.; GOMES, D. A precarização da estrutura ocupacional brasileira no período 2014-2018. In: **16º Encontro Nacional da ABET**, 2018, Salvador (BA). Disponível em: [https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=18](https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=18). Acesso em: 15 de novembro de 2023.

PAIVA, Rafael Bianchini Abreu. A tragédia econômica venezuelana. **Carta Capital**, Conjunturando, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3lCiLJk>, Acesso em: 13 de out. 2023

PASSOS, R. O.; LIMA Porto, M. M.; MACHADO Jaborandy, C. C. Políticas públicas e proteção aos imigrantes venezuelanos: uma análise a partir do conceito de burden-sharing: Public policies and protection of Venezuelan immigrants: an analysis based on the concept of burden-sharing. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 44, n. 2, 2020. DOI: 10.5216/rfd.v44i2.55404. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/55404>. Acesso em: 28 out. 2023.

PEREZ, Fabíola. PCC recruta venezuelanos para ampliar 'exército' em Roraima e no exterior. **UOL**, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/07/03/pcc-venezuelanos-trafico-roraima.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: outubro e 2023

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1991.

RIBEIRO, Thomas Pinto. **Migração Venezuelana em Roraima: Uma Análise de Dinâmica de Sistemas Para o Programa Federal de Interiorização**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RIKILS, Fabiana. **Imigrantes Venezuelanos no Município de Boa Vista - Roraima e as Políticas Públicas Sociais**. Dissertação . Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2434/5/Fabiana%20Rikils.pdf>

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto int.** [online]. 2012, vol.34, n.1, pp.9-41. ISSN 0102-8529. Disponível em: <<https://bit.ly/34YwyT8>> Acesso em: 12 novembro de 2021

RODRIGUES, A. M. A. **Carandiru: formas de lembrar, maneiras de esquecer. Informação, memória e esquecimento.** São Paulo, 2021. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-24082021-234649/publico/AdrianaMarianadeAraujoRodriguesVC.pdf>. Acesso em: 7 de maio de 2023

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. **CAPES: UAB**, 2009. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Rua%202009.pdf?dl=0>. Acesso em: 12 de outubro de 2023

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006, p. 274-307. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/scwmP45yrcfVQ3MG8nwJNrB/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 de agosto de 2022

SANTOS, Rafael José dos; PRADO, Gustavo dos Santos. "A imigração venezuelana para o Brasil": um debate histórico, econômico e jurídico. 2021. Disponível em: [https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci\\_2021/11-10-2021--13-16-51.pdf](https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2021/11-10-2021--13-16-51.pdf).

SCORCE, Carol. Roraima, o epicentro da crise humanitária dos imigrantes venezuelanos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/575799-roraima-o-epicentro-da-crise-humanitaria-dos-imigrantes-venezuelanos>. Acesso em: 26 out de 2018.

SECRETÁRIO-GERAL DA ONU. (2013, 18 de dezembro). **Declaração do Secretário-Geral do ONU em reunião do Conselho de Segurança sobre tráfico de drogas.** [Discurso]. Disponível em <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2013-12-18/secretary-generals-remarks-security-council-meeting-drug-trafficking>. Acesso em 18 mar. 2023

Sem autor: LEIA A ÍNTEGRA DO ESTATUTO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de maio de 1997. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/25/cotidiano/30.html>>.

SENADO FEDERAL. **35 anos de criação do estado de Roraima e 80 anos do território federal são celebrados no Senado.** 2023. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2023/10/35-anos-de-criacao-do-estado-de-roraima-e-80-anos-do-territorio-federal-sao-celebrados-no-senado#:~:text=O%20Territ%C3%B3rio%20Federal%20do%20Rio,anos%20do%20estado%20de%20Roraima](https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2023/10/35-anos-de-criacao-do-estado-de-roraima-e-80-anos-do-territorio-federal-sao-celebrados-no-senado#:~:text=O%20Territ%C3%B3rio%20Federal%20do%20Rio,anos%20do%20estado%20de%20Roraima.). Acesso em: 22 de outubro de 2023.

SERVA, Leão. PCC cresce de 50 para 1.500 membros em Roraima em apenas quatro anos. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/pcc-cresce-de-50-para-1500-membros-em-roraima-em-apenas-quatro-anos.shtml>>. Acesso em: março de 2022.

SILVA, C. R. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In: BAENINGER (Org.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó' – **NEPO/UNICAMP**, 2018. Disponível em: <https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

SIMÕES, Gustavo da Frota et al (Org.). **Perfil Sociodemográfico e Laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2017. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/32684-detalhes> . Acesso em: 10 de out. de 2023

SHELLEY, Louise. (1995) Transnational Organized Crime: An Imminent Threat to the Nation-State? **Journal of International Affairs** volume 48,2. Winter 1995 pág: 463-489.

SOSA, Edgar Corzo. La situación vulnerable en frontera de las personas en movimiento. Página 77-98 In: HERNÁNDEZ, Alberto; CAMPOS-DELGADO, Amalia (Coords.) et al. **Migración y movilidad en las Américas**. 2023. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248268/1/Migracion-movilidad-Americas.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2023.

SOUZA, Fatima. **PCC, a facção**. Rio de Janeiro, 2007. Record.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** - Volume 2. Florianópolis: Insular, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5537285/mod\\_resource/content/1/teorias-do-jornalismo-vol-2-nelson-traquina.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5537285/mod_resource/content/1/teorias-do-jornalismo-vol-2-nelson-traquina.pdf). Acesso em: 01 de setembro de 2022

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. (2002), **Results of a Pilot Survey of Forty Selected Organized Criminal Groups in Sixteen Countries**. Viena, CICP. Disponível em: [https://www.unodc.org/pdf/crime/publications/Pilot\\_survey.pdf](https://www.unodc.org/pdf/crime/publications/Pilot_survey.pdf). Acesso em: 12 mar. 2023."

VALOIS, Luís Carlos. **O Direito Penal da Guerra às Drogas**. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. 1ª edição. Editora Companhia das Letras, 1999.

VAZ, A. C. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. **Análise Estratégica**, v. 3, n. 3, p. 1-7, 2017. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/1171> . Acesso em: 25 fev. 2023.

VEIGA, Isabela R. A cobertura jornalística das operações da Polícia Federal: um olhar sobre a história do jornalismo e a notícia como construção social. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 6., 2008, Niterói. **Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**, 2008. v. 12, p.1-16. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

VILLA, Rafael Duarte, Camila de Macedo Braga. FERREIRA, Marcos Alan S. V. Violent Nonstate Actors and the Emergence of Hybrid Governance in South America. **Latin American Research Review** 56(1), pp. 36–49. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Mw5r8NkmHmf5gMwGQfgwg3S/abstract/?lang=pt>. Acesso em 16 de out. 2023

VILLA, Rafael Duarte. "Venezuela: mudanças políticas na era Chávez." **Estudos avançados** 19.55 (2005): 153-172.

VON LAMPE, K. Organized crime in Europe: Conceptions and realities. *Policing*, v. 2, n. 1, p. 7-17, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/238412294\\_Organized\\_Crime\\_in\\_Europe\\_Conceptions\\_and\\_Realities](https://www.researchgate.net/publication/238412294_Organized_Crime_in_Europe_Conceptions_and_Realities). Acesso em: 19 mar. 2023.

WAEVER, Ole. Security, the speech act: analyzing the politics of a word. In **Research Training Seminar**. Jerusalem/Tel Aviv, 25-26 June 1989. Copenhagen: Centre of Peace and Conflict Research. 1989

WEISBROT, Mark; SACH, Jeffrey. Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela. **Center for Economic and Policy Research**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3s87hj0>, acesso em: 15 de out. 2023

WERNER, Guilherme Cunha. (2005) **Crime Transnacional e Lavagem de Dinheiro: A agenda internacional e a tomada de posição do Brasil**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH/USP. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001424171>> . Acesso em:19 mar. de 2023

WERNER, Guilherme Cunha. **O crime organizado Transnacional e as Redes Criminosas: Presença e Influência nas Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04092009-163835/publico/GUILHERME\\_CUNHA\\_WERNER.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04092009-163835/publico/GUILHERME_CUNHA_WERNER.pdf). Acesso em 27 fev. de 2023.

ZERO, Marcelo. Para entender a Venezuela. **Carta Capital**, Brasil Debate, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3tGFXZF>, acesso em: 15 de out.2023

## **Anexo I: Roteiro da entrevista**

1. Me fale sobre seu cargo, o que você faz no seu trabalho?
2. O que tem a dizer sobre o crime no estado de Roraima?
3. Existe crime organizado em Roraima? Quais são as evidências?
4. Não seria um problema midiático?
5. Quais as organizações criminosas atuantes no estado?
6. (Caso falem sobre a presença do PCC no estado) Quais as principais atividades ilícitas que eles executam no estado e que você tem conhecimento?
7. O PCC tem cooptado imigrantes venezuelanos em Roraima?
8. Como o seu trabalho se relaciona com o fenômeno pesquisado?
9. Você acredita que por meio da cooptação dos imigrantes venezuelanos (seja no sistema penitenciário ou na rua) o PCC coopera mais facilmente com as facções venezuelanas? Essa cooperação com as facções venezuelanas facilita a atuação do PCC na Venezuela?
10. Considerando a sua vivência, como a presença dos imigrantes venezuelanos impactou a sua área de trabalho? (Quais acontecimentos/números referente a isto?)
11. As políticas públicas existentes foram suficientes para absorver as demandas das pessoas naquele momento? faltou alguma política pública? em que área? (moradia, renda, saúde, educação, segurança etc)
12. Você entende que os imigrantes venezuelanos cooptados pelo pcc eram ou estavam vulneráveis no momento da cooptação? se sim: a vulnerabilidade pode ter sido um fator que facilitou a cooptação desse indivíduo pela facção? Se não: por quê não?
13. Você tem conhecimento de quais as estratégias/abordagem utilizada para a cooptação dos venezuelanos imigrantes?
14. Existe algo que poderia ter sido feito que evitaria a cooptação?
15. Qual a sua opinião sobre a afirmação “há tanta sociedade e Estado dentro do crime organizado quanto há crime organizado na sociedade e no Estado” ?
16. Tem alguma coisa referente a esse fenômeno que eu não perguntei, mas você acha importante acrescentar?

## **Anexo II: Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)**

**Caro (a) Senhor (a),**

Eu, Emile Carolaine de Souza Ribeiro aluna *do* Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania na Universidade do Estado de Minas Gerais, portadora do RG xxxxxxx, sendo meu telefone de contato xxxxxx, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é “A Ampliação da Frente Internacional do Primeiro Comando da Capital e os Imigrantes Venezuelanos em Roraima”, cujo objetivo deste estudo é analisar de que modo o Primeiro Comando da Capital se serviu da vulnerabilidade de imigrantes venezuelanos em Roraima para ampliação de sua frente internacional, para compreender como os imigrantes venezuelanos cooptados colaboraram com as atividades ilícitas da organização criminosa.

A pesquisa contribuirá para investigar a relação entre migração e vulnerabilidade especificamente neste cenário, considerando as políticas públicas locais para interiorização dos imigrantes venezuelanos e o impacto deste fluxo no território. Além de buscar compreender as estratégias utilizadas no processo de cooptação dos membros venezuelanos imigrantes e da internacionalização da Organização Criminosa. Colaborando, neste sentido, com a comunidade científica e até mesmo com gestores públicos através dos dados coletados e analisados neste estudo, que podem servir de subsídios para elaboração e desenvolvimento de políticas públicas no enfrentamento do fenômeno. Este estudo de caso será realizado por meio de abordagem qualitativa, tendo como fontes a literatura acadêmica-científica, assim como documentos e entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais competentes na temática pesquisada e que atuam no território. Mediante análise indutiva, partindo da observação dos fenômenos, analisando-os com intuito de descobrir as causas de sua manifestação. Depois busca-se descobrir como se relacionam, por meio da comparação e então generaliza-se a relação descoberta, entre fenômenos e fatos semelhantes. Gostaria de convidá-lo (a) a colaborar de forma **VOLUNTÁRIA** com esta pesquisa.

Sua participação como entrevistado(a) será fundamental para o sucesso deste estudo. Esperamos que compartilhe informações relevantes, tanto relacionadas ao desempenho de sua profissão/cargo quanto ao fenômeno pesquisado. Sua contribuição nos ajudará a alcançar os objetivos propostos e enriquecerá o estudo com dados valiosos. Trata-se de uma entrevista semiestruturada de, em média, 15 perguntas com previsão de até uma hora de duração. Podendo ser menos ou um pouco mais a depender do ritmo das respostas. A coleta dessas informações ocorrerá de forma online, via chamada de vídeo através da plataforma Zoom Meeting, podendo ocorrer pausas de até 10 minutos caso o entrevistado solicite, em local reservado, estando presente apenas a pesquisadora e o entrevistado. A chamada de vídeo será gravada apenas para fins de transcrição do áudio da conversa após o fim desta. O comando de gravação só ocorre após o recebimento deste termo assinado.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer valor financeiro. Os riscos envolvidos na sua participação consistem em: risco moderado em relação à confidencialidade e privacidade, além de possíveis consequências emocionais em virtude de algum evento traumático que possa ser lembrado durante sua fala na entrevista. Ao longo do procedimento, os entrevistados podem compartilhar informações pessoais ou sensíveis, tornando essencial garantir a confidencialidade

desses dados ao expor e publicar o trabalho, para salvaguardar a privacidade dos participantes. Assim, asseguramos que todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo absoluto e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. Não existe outra forma de obter dados com relação ao procedimento em questão e que possa ser mais vantajoso do que o usado nesta pesquisa. Eu, Emile Carolaine de Souza Ribeiro, como responsável pela condução desta pesquisa, tratarei os seus dados com o devido profissionalismo e sigilo, garantindo a segurança da sua privacidade.

O Sr(a) tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa, e caso seja solicitado, darei todas as informações que o senhor (a) quiser saber. O senhor (a) também poderá consultar a qualquer momento o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais, responsável pela autorização para a realização deste estudo.

Não existirão despesas ou compensações pessoais para nenhum participante em qualquer fase do estudo. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados deverão ser veiculados por meio de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível sua identificação. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O termo de consentimento livre e esclarecido deve ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida, esse termo de consentimento será impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo A AMPLIAÇÃO DA FRENTE INTERNACIONAL DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL E OS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM RORAIMA, com o objetivo de analisar de que modo o Primeiro Comando da Capital se serviu da vulnerabilidade de imigrantes venezuelanos em Roraima para ampliação de sua frente internacional. Para compreender como os imigrantes venezuelanos cooptados colaboraram com as atividades ilícitas da organização criminosa. Eu tirei todas as minhas dúvidas sobre o estudo e minha forma de participação com o(a) pesquisador (a) Emile Carolaine de Souza Ribeiro, responsável por ele. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade, os riscos e benefícios e a garantia de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também, que minha participação é isenta de despesas ou gratificações e que tenho garantia do acesso aos resultados, onde os meus dados apenas serão divulgados com a minha autorização. Concordo voluntariamente em participar deste estudo sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido anteriormente ao estudo

**DADOS DO (a) VOLUNTÁRIO (a) DA PESQUISA:**

Nome Completo:

Endereço:

RG:

Fone:

Email:

**DADOS DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL:**

Nome Completo:

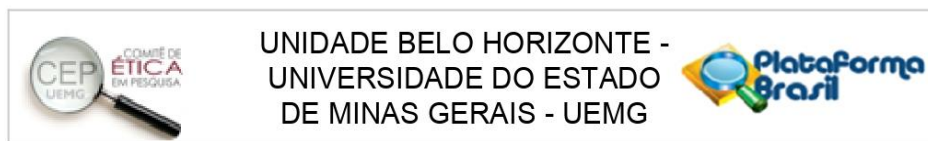
Endereço:

RG:

Fone/ Email:



## Anexo III: Parecer do Comitê de Ética



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A AMPLIAÇÃO DA FRENTE INTERNACIONAL DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL E OS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM RORAIMA: UM ESTUDO DE

**Pesquisador:** Emile Carolaine de Souza Ribeiro

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 74718923.9.0000.5525

**Instituição Proponente:** Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves - FaPp

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.425.675

#### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" e "Comentários e Considerações sobre a pesquisa" foram retiradas dos arquivos Informações Básicas do Projeto e do Projeto Detalhado.

Este estudo visa analisar como o Primeiro Comando da Capital (PCC) utiliza da vulnerabilidade dos imigrantes venezuelanos em Roraima para cooptá-los. O estudo de caso será conduzido com o objetivo de compreender primeiramente a situação na Venezuela que resultou na imigração significativa de cidadãos venezuelanos para o Brasil. Além disso, serão abordadas as políticas públicas brasileiras existentes e as iniciativas para interiorização dos imigrantes que ingressaram no país através de Roraima, estado situado na fronteira. Serão investigados principalmente os impactos dessa realidade no território, a vulnerabilidade dos imigrantes e a conveniência de uma abordagem por parte da organização criminosa nesse contexto. Partindo da observação dos fenômenos, mediante análise indutiva, será utilizada a abordagem qualitativa.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:**

O objetivo geral é analisar de que modo o Primeiro Comando da Capital se serviu da vulnerabilidade de imigrantes venezuelanos em Roraima para ampliação de sua frente internacional. Para compreender como os imigrantes venezuelanos que foram cooptados

**Endereço:** Rua Gonçalves Dias, 1434, sala 41, 4º andar  
**Bairro:** Lourdes **CEP:** 31.630-900  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3916-8747 **Fax:** (31)3330-1570 **E-mail:** cep.reitoria@uemg.br